



# ANGOLA

## ECONOMIC

### UPDATE

*Desenvolvimentos e questões económicas que moldam o futuro de Angola*



Após ter sido atingida pela crise financeira global, a economia de Angola está agora a recuperar dinamismo, com um robusto crescimento do PIB apoiado por sólidos saldos orçamentais e externos, uma taxa de câmbio estável e inflação moderada.

O reforço dos controlos orçamentais e uma gestão mais exigente das finanças públicas iriam permitir ao governo dinamizar o investimento público com vista a apoiar uma ampla diversificação económica e uma mais rápida criação de emprego reduzindo, ao mesmo tempo, a considerável vulnerabilidade de Angola aos choques externos.

Os progressos registados no clima de investimento e na estrutura regulamentar financeira possibilitaram a rápida expansão do sector bancário, se bem que constrangimentos sistémicos no acesso ao crédito dificultem seriamente a eficiência da economia, como um todo.

*Esta é a versão traduzida do texto original. Em casos de inconsistências e ou imprecisões, queiram por favor consultar o documento original em Inglês.*



# Prefácio

O Angola Economic Update analisa os desenvolvimentos económicos recentes em Angola e situa-os num contexto global de médio prazo. Avalia as implicações das tendências macroeconómicas e das reformas de políticas em termos dos objectivos de desenvolvimento declarados pelo governo. Cada edição cobre um tópico selecionado e inclui um Capítulo Especial onde se destaca uma área de particular importância. O Angola Economic Update destina-se a um público vasto, incluindo formuladores de políticas, líderes empresariais, organizações internacionais e a comunidade de analistas e profissionais que se interessam pela economia de Angola em rápida evolução.

Esta Primeira Edição de Angola Economic Update foi preparada pela Unidade de Gestão Económica e Redução da Pobreza da Região África do Banco Mundial. A equipa foi liderada por Marco Antonio Hernandez (Economista do País), sob a supervisão de Julio Revilla (Economista Chefe). A equipa era composta por Sean Lothrop, Jorge Loyola, Andrew Blackman, David Stephan, Vasco Molini, Anna Kochanova e Roger Sullivan.

John Panzer (Gestor Sectorial) e Laurence Clarke (Director de País) forneceram as orientações globais. A colaboração de importantes responsáveis políticos angolanos foi essencial para a produção deste relatório.

As constatações, interpretações e conclusões aqui expressas são exclusivas dos seus autores e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho dos Directores Executivos do Banco Mundial ou dos países que eles representam. O Banco Mundial não garante a exactidão dos dados incluídos neste relatório nem endossa as fronteiras, títulos ou outras informações contidas em qualquer mapa deste relatório.

Para mais informações sobre o Banco Mundial e suas actividades em Angola, é favor visitar [www.worldbank.org/angola](http://www.worldbank.org/angola). Se pretender ser incluído na lista de distribuição por email da série Angola Economic Update e de outras publicações relacionadas é favor contactar [rsaute@worldbank.org](mailto:rsaute@worldbank.org).

Para quaisquer questões e comentários relacionados com esta publicação, queira contactar Marco Antonio Hernandez no endereço [marcohernandez@worldbank.org](mailto:marcohernandez@worldbank.org).

# Abreviaturas e Acrónimos

ACR	Relatório sobre a Competitividade de África
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
BoP	Balança de Pagamentos
BNA	<i>Banco Nacional de Angola</i>
BUE	<i>Balcão Único do Empreendedor</i> (Single Desk for Entrepreneurs)
CIRC	<i>Central de Informação de Riscos de Crédito</i> (Central Credit-Risk Information Registry)
COMEF	Comité de Estabilidade Financeira
CPI	Índice de Preços no Consumidor
DB	Doing Business
UE	União Europeia
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
FSC	Comité de Estabilidade Financeira
FSDEA	<i>Fundo Soberano de Angola</i>
FY	Ano Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
IHH	Índice Herfindahl-Hirshman
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicações
IFC	Corporação Financeira Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
LMIC	País de Rendimento Médio Baixo
LNG	Gás Natural Líquido
MBPD	Milhões de Barris por Dia
MPC	Comité de Política Monetária
MTFF	Quadro Fiscal de Médio Prazo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIM	Gestão do Investimento Público
QFO	Operação Para-orçamental
TCER	Taxa de Câmbio Efectiva Real
SMEs	Pequenas e Médias Empresas
SSA	África Subsariana
FSDEA	Fundo Soberano de Angola
TFP	Produtividade Total dos Factores
EUA	Estados Unidos da América
WEF	Fórum Económico Mundial
WBES	Inquéritos às Empresas do Banco Mundial
WDI	Indicadores do Desenvolvimento Económico

**ANGOLA ECONOMIC UPDATE**  
**Recuperação Económica de Angola e Desafios Futuros**  
Junho 2013 | Número 1

## Índice

**Prefácio i**

**Abreviaturas e Acrónimos ii**

**Índice iii**

**Lista de Gráficos iv**

**Lista de Quadros v**

**I. SUMÁRIO EXECUTIVO vi**

*Uma Forte Recuperação mas a Economia Continua Vulnerável a Choques Externos vii*

**II. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES 1**

*Economia de Angola Retoma Fôlego 1*

*A Inflação está a Baixar mas as Questões Estruturais Permanecem 7*

*Política Orçamental: Desafios e Oportunidades 8*

*Balança de Pagamentos: Um Excedente Confortável Mas Vulnerável 15*

*Política Monetária e Cambial: Um Enfoque na Estabilização e Resiliência 17*

**III. PERSPECTIVAS E RISCOS ECONÓMICOS 21**

*As Perspectivas Globais Estão A Ganhar Ímpeto? 21*

*Perspectivas para Angola: Crescimento Sólido apesar de um Ambiente Global de Incerteza 25*

*Cenários de Risco: Sensibilidade de Angola a Choques Globais 29*

**IV. CAPÍTULO ESPECIAL: O RÁPIDO CRESCIMENTO DO SECTOR FINANCEIRO DE ANGOLA NUM CONTEXTO DE DESAFIOS ESTRUTURAIS 33**

*Introdução 33*

*O Sector Financeiro Angolano 35*

*Acesso ao Crédito e seu Impacto nas Empresas 40*

*Regulamentos Financeiros e Instituições Relacionadas 50*

*Conclusão 53*

**V. ANEXOS 54**

**VI. BIBLIOGRAFIA 60**

## Lista de Gráficos

Figura 1: A economia de Angola teve uma forte expansão em 2012.....	1
Figura 2: ...suportada pelo aumento da produção e preços do petróleo.....	1
Figura 3: A retoma económica mundial desacelerou em 2012.....	2
Figura 4: Mas a actividade económica global pode estar em recuperação.....	2
Figura 5: Ganhos robustos na produção de cimento apontam para uma pujante actividade da construção. ....	3
Figura 6: A recuperação dos preços e da produção de petróleo e os rendimentos crescentes estimularam toda a economia .....	3
Figura 7: O Desenvolvimento Económico Sustentável Exige uma Gestão Abrangente dos Recursos Naturais .....	6
Figura 8: Inflação global e inflação subjacente estão a baixar .....	7
Figura 9: Produtos alimentares voláteis dominam o cabaz do consumidor e as flutuações nos preços dos alimentos impulsionam variações na inflação dos preços no consumidor.....	8
Figura 10: A taxa de inflação de Angola continua elevada pelos padrões regionais.....	8
Figura 11: A dependência de Angola de receitas de recursos não renováveis combinada com o horizonte relativamente curto das reservas deixa a economia numa situação vulnerável no que toca a melhorar os seus débeis indicadores de desenvolvimento humano.....	10
Figura 12: Os preços do petróleo continuam a ser fulcrais para as contas externas de Angola, com as alterações dos preços a conduzirem a modificações na balança comercial e na conta corrente.....	16
Figura 13: ...o que por seu turno leva a flutuações na Balança de Pagamentos, enquanto os fluxos da conta financeira são muito inferiores aos fluxos da conta comercial.....	16
Figura 14: A apreciação efectiva real do Kwanza de Angola está a prejudicar a competitividade da economia.....	20
Figura 15: Projecta-se que a actividade económica dos Principais Parceiros Comerciais de Angola registre um crescimento modesto .....	21
Figura 16: Projecta-se que os preços das matérias-primas sigam o mesmo curso do crescimento global, com preços relativamente estáveis durante 2013-2014.....	21
Figura 17: A procura mundial de petróleo continua a ser impulsionada pela procura crescente dos mercados emergentes.....	23
Figura 18: Os inventários de petróleo da OCDE aumentaram durante 2012, estabilizando os preços internacionais do petróleo.....	23
Figura 19: Projecta-se que Angola tenha um desempenho superior aos das economias congéneres em 2013 .....	25
Figura 20: Angola continua a ser uma das economias com uma classificação .....	27
Figura 21: O Desempenho Logístico de Angola continua a estar abaixo da média da SSA .....	28
Figura 22: Um choque dos preços do petróleo teria um impacto negativo nas receitas de exportação e nas receitas dos impostos .....	29
Figura 23: Um choque dos preços dos alimentos iria afectar negativamente a inflação e o consumo.....	31
Figura 24: O crédito ao sector privado angolano cresceu 2009 mas manteve-se igual desde o início da crise financeira global.....	35
Figura 25: O acesso ao crédito das empresas angolanas é bastante inferior à média de países comparáveis. ....	37
Figura 26: Empréstimos a empresas em Angola têm maior probabilidade de exigir garantias do que a empresas em países comparáveis. ....	38

Figura 27: As empresas angolanas dependem muito mais dos recursos internos para financiar investimentos do que as empresas em países comparáveis. ....	39
Figura 28: O acesso das PME angolanas aos serviços financeiros registou melhorias mas continua baixo face às PME de países comparáveis .....	41
Figura 29: ...com tendências semelhantes no que toca ao acesso ao crédito a descoberto.....	41
Figura 30: As firmas mais pequenas, mais recentes e de capital local têm menor probabilidade de ter acesso a financiamento .....	42
Figura 31 As PME angolanas crescem mais lentamente do que as PME em países comparáveis ou do que grandes empresas em Angola, com implicações profundamente negativas para a competitividade do mercado e o dinamismo económico.....	44
Figura 32: A concentração de empresas em Angola é muitíssimo mais alta do que em países comparáveis .....	46
Figura 33: Menos de 25% das empresas em Angola funcionam num mercado com mais de 5 concorrentes .....	46
Figura 34: Os constrangimentos de crédito são particularmente graves para os pequenos fabricantes, enquanto o crescimento das grandes empresas transformadoras é semelhante ao das suas congéneres em países comparáveis .....	47
Figura 35: O sector bancário de Angola tem uma das mais altas taxas de concentração da região .....	48

## Lista de Quadros

Quadro 1: A produção de bens alimentares aumentou rapidamente nos últimos anos mas o baixo rendimento é uma ameaça à segurança alimentar .....	4
Quadro 2: Do lado das despesas, o crescimento do PIB foi comandado pelo consumo privado .....	5
Quadro 3: A situação orçamental foi reforçada, mantendo-se a ponderação das despesas face às despesas correntes .....	9
Quadro 4: Angola tem uma taxa de investimento muito reduzida quando comparada com a maior parte dos países da África Subsariana, a par de um rácio muito baixo entre a dívida externa pública e o PIB.....	11
Quadro 5: Quatro Tipos de Fundos Soberanos.....	14
Quadro 6: A Balança de Pagamentos de Angola continua a ser impulsionada pelos desenvolvimentos do excedente comercial enquanto os fluxos financeiros permanecem relativamente reduzidos.....	16
Quadro 7: A política monetária tem sido conservadora, com o CPM a fazer relativamente poucos ajustamentos..	18
Quadro 8: Prevê-se que o petróleo, construção e comércio liderem o crescimento do PIB e que outros sectores também contribuam .....	26
Quadro 9: Previsão de indicadores económicos fundamentais da Angola.....	26
Quadro 10: O clima de negócios melhorou em vários indicadores mas Angola está atrás das médias da SSA.....	27
Quadro 11: Um choque do preço do petróleo iria reduzir o crescimento do PIB, transformando em défices os excedentes gémeos da conta corrente e do orçamento .....	30
Quadro 12: Um aumento dos preços globais dos alimentos deverá aumentar consideravelmente a inflação e reduzir o consumo privado .....	32
Quadro 13: O Crescimento dos Activos Financeiros e da Concessão de Crédito e a Expansão da Infraestrutura do Sector Financeiro.....	35
Quadro 14: Razões para Não se Fazer um Pedido de Empréstimo, por Dimensão da Empresa, 2006 e 2010 .....	40

# I. SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia de Angola está a recuperar, depois de um período de crescimento relativamente fraco, prevendo-se um crescimento do PIB da ordem de 8,1% em 2012. De 2009 até meados de 2011, o crescimento do PIB estagnou devido a um declínio dos preços mundiais do petróleo e a um abrandamento da produção nacional de petróleo. A decorrente queda das receitas petrolíferas, a principal fonte das receitas do estado, teve impacto na economia não petrolífera devido a uma redução do consumo privado, cortes nas despesas públicas e acumulação de atrasados significativos às empresas nacionais, em particular no sector da construção. Contudo, em 2012, a combinação dos altos preços do petróleo e do aumento da produção dinamizou o crescimento do PIB e provocou um enorme aumento das receitas fiscais, permitindo ao governo liquidar os seus atrasados e aumentar as despesas públicas.

Em 2013, a posição fiscal do governo foi reforçada, a inflação baixou para valores de um só dígito e as reservas internacionais continuaram a acumular. A recuperação do sector petrolífero permitiu ao governo impulsionar as despesas públicas, mantendo ao mesmo tempo um sólido excedente orçamental global que está estimado em 8,6% do PIB. A inflação caiu para 9%, a taxa mais baixa em mais de duas décadas, o que se deve ao declínio dos preços dos alimentos e aos esforços do banco central de Angola (*Banco Nacional de Angola—BNA*) no sentido de estabilizar a taxa de câmbio nominal. No sector externo, as grandes receitas das exportações e as entradas de investimento directo estrangeiro (IDE) impulsionaram a procura agregada, conduzindo a um aumento das importações e a uma modesta redução do excedente da balança corrente, actualmente estimada em 6,7% do PIB. As sólidas entradas de capital líquido permitiram a Angola aumentar as suas reservas internacionais para o equivalente a 7,4 meses de importações, duas vezes e meia superior ao nível de 2009.

Entre os aspectos mais salientes da economia angolana contam-se os níveis de investimento muito baixos, tanto público como privado. A taxa de investimento total de Angola é actualmente da ordem de 13% do PIB, bastante abaixo da média de três anos da África Subsariana (SSA) de 24%. O investimento público representa cerca de 10% do PIB, enquanto o investimento privado corresponde a apenas 3%,<sup>1</sup> face a uma média de 13% na SSA. Desde o início da retoma, as autoridades adoptaram medidas para aumentar o investimento público, que subiu cerca de 3% em 2011 e 17% em 2012. O orçamento de 2013 prevê um aumento abrupto de 60% das despesas de capital em termos nominais.

Existe espaço fiscal para aumentar o investimento público sem desestabilizar as finanças públicas. Com um excedente orçamental, poupanças significativas e um ônus da dívida externa leve e controlável (cerca de 20% do PIB), Angola está em condições de incrementar as despesas de investimento no médio prazo. Um programa de investimento público alargado podia financiar projectos de infraestruturas fundamentais e acelerar o crescimento, em especial na economia fora das matérias-primas. No entanto, com vista a assegurar que o novo investimento seja direccionado para os objectivos de desenvolvimento prioritários, que esses novos gastos sejam efectuados com eficiência e que as lições aprendidas com projectos passados sejam aplicadas a esforços futuros, será necessário intensificar a eficácia do processo de investimento público.

O reforço dos sistemas de gestão do investimento público (PIM) iria ajudar a maximizar o impacto do aumento do investimento público. O reforço do PIM iria permitir ao governo incrementar as despesas de

<sup>1</sup> Os dados disponíveis sobre investimento privado em Angola são limitados. A expansão da recolha e publicação de dados sobre taxas reais e nominais do investimento privado, desagregados por sector económico e região iria permitir uma avaliação mais abrangente da dinâmica do crescimento económico e complementar os esforços do governo destinados a promover o desenvolvimento do sector privado e a acelerar a criação generalizada de emprego.



investimento assegurando, ao mesmo tempo, que o financiamento seja direccionado para projectos que promovam os seus objectivos prioritários, sobretudo em termos de intensificação da resiliência macroeconómica e competitividade internacional. O PIM sairia melhorado com a expansão de concursos para contratos públicos, a par de reformas concebidas para melhorar a selecção, execução e monitorização de projectos de investimento público. Seria útil avaliar a orientação e equidade das despesas públicas com vista a reforçar adicionalmente os elos entre despesas públicas, sustentabilidade orçamental e estratégias de desenvolvimento específicas dos sectores.

**As autoridades fizeram progressos significativos no sentido de aumentar a transparência e responsabilização da gestão das finanças públicas mas ainda permanecem desafios.** O governo aperfeiçoou os processos de recolha e comunicação das transferências e receitas petrolíferas, o que deverá aumentar a transparência e responsabilização da gestão do sector do petróleo. Em especial, o Orçamento Nacional 2013 inclui, pela primeira vez, operações para-orçamentais realizadas pela empresa pública Sonangol, o que vai ajudar a reduzir a incerteza orçamental associada com os fluxos das receitas petrolíferas. Os fundos soberanos, que Angola recentemente instituiu, podem ter um papel importante no que toca a estabilizar despesas face à volatilidade do preço do petróleo e/ou acumular poupanças de longo prazo, prevendo um eventual declínio do sector petrolífero, embora fosse importante que o seu mandato e quadro regulamentar sejam especificados com mais clareza. Os esforços em curso para melhorar a gestão macroeconómica podiam ser complementados com um quadro fiscal de médio prazo, que iria facilitar ainda mais a execução de grandes projectos de investimento públicos plurianuais.

**A médio prazo, reequilibrar a composição das despesas públicas, passando de despesas correntes para despesas de capital, iria ajudar a aliviar os estrangulamentos presentes nas infraestruturas e impulsionar o crescimento nos sectores não petrolíferos.**

As despesas correntes representam três quartos de todas as despesas públicas e, nos últimos três anos, aumentaram a uma taxa duas vezes superior à das despesas de capital. Estima-se que os custos dos subsídios aos combustíveis sejam os mais altos da SSA, atingindo 5% do PIB em 2012 – o equivalente a metade de todas as despesas de capital. O programa de subsídios aos combustíveis baseia-se, em parte, em objectivos de bem-estar social, mas a experiência internacional sugere que apenas uma pequena fração desses subsídios chega aos pobres.

## **Uma Forte Recuperação mas a Economia Continua Vulnerável a Choques Externos**

**O sector petrolífero registou um crescimento de 5,2% em 2012 apoiado na alta dos preços do petróleo e na resolução dos problemas de produção.** A produção do sector petrolífero caiu cerca de 5,6% em 2011 fruto de dificuldades técnicas inesperadas; contudo, depois de ter baixado para uma média de menos de 1,6 milhões de barris por dia (mbpd) na primeira metade de 2011, a produção de petróleo recuperou para uma média de quase 1,8 mbpd em 2012. Em 2012, o petróleo correspondia a 46% do PIB de Angola e a 96% das exportações.

**A gestão orçamental responsável durante a retoma do sector petrolífero teve efeitos indirectos positivos no comércio e na construção.** As políticas orçamentais mais rigorosas e as sólidas receitas petrolíferas melhoraram a situação orçamental do estado, permitindo-lhe liquidar atrasados incorridos durante a crise de 2008-2009. Este facto, a par de um aumento do IDE relacionado com o petróleo, impulsionou o crescimento no sector da construção para um notável valor de 21,8% em 2012, um acréscimo face a uma taxa de crescimento, já elevada, de 12% em 2011. Estima-se que o sector comercial tenha registado um crescimento de 9,3% em 2012, em que a procura por parte do consumidor é a força motriz de uma robusta actividade comercial. Os rendimentos per capita em ascensão encorajaram os retalhistas internacionais a entrarem no mercado nacional, gerando actividade adicional na construção.

**O crescimento da agricultura e da indústria transformadora tem sido consideravelmente forte nos últimos anos, mas ambos os sectores continuam a ter um desempenho inferior ao seu potencial.** A agricultura, que emprega dois terços da mão-de-obra angolana, obteve um crescimento relativamente robusto de 7,3% em 2012 mas permaneceu abaixo da sua taxa média de 10 anos de 13%. Em 2012, a seca reduziu a produção de muitos alimentos básicos, incluindo o milho. O crescimento do sector da indústria transformadora foi muito modesto, a uma taxa aproximada de 1,3%, o que representa uma descida abrupta face aos 13% em 2011 e aos 10,7% em 2010. O aumento do investimento, destinado a dinamizar a produtividade na agricultura e na indústria transformadora, podia contribuir significativamente para a criação de emprego, tendo especialmente em conta a dinâmica entre capital e factor humano da mão-de-obra angolana.

**A apreciação do Kwanza angolano está a diminuir consideravelmente a competitividade da economia não petrolífera, tornando as importações relativamente baratas face aos produtos nacionais.** As políticas monetárias, gizadas para estabilizar a taxa de câmbio nominal num contexto de entradas volumosas de IDE, provocaram uma apreciação da taxa de câmbio efectiva real de Angola de 9% entre 2011 e 2012. Um Kwanza mais forte teve um impacto negativo nos fabricantes angolanos e em especial nos agricultores que também enfrentam uma queda no custo dos alimentos importados.

**Mas o panorama económico global de Angola é positivo, com um crescimento do PIB projectado em 7,2% em 2013 e 7,5% em 2014.** Estas projeções baseiam-se em aumentos sustentados da produção de petróleo, preços internacionais relativamente estáveis e crescimento continuado dos sectores não petrolíferos, em especial a construção. Prevê-se que as entradas líquidas de fundos permaneçam sólidas, intensificando as reservas de moeda estrangeira e reforçando a situação fiscal do estado, enquanto se espera que a inflação continue a baixar gradualmente. Por último, a produção de gás natural líquido (GNL), que deverá iniciar-se em 2013, poderia contribuir com 2 pontos percentuais adicionais para a taxa de crescimento do PIB, durante o seu primeiro ano.

**Apesar de uma perspectiva de curto prazo favorável, a dependência de Angola das receitas do petróleo e das importações deixa a economia altamente vulnerável a choques externos.** As exportações de petróleo são responsáveis por uma percentagem expressiva das receitas fiscais e externas de Angola, tendo uma análise de simulação indicado que um choque nos preços mundiais do petróleo iria reduzir consideravelmente o crescimento do PIB. Acresce que a dependência de Angola em termos de importações de bens estratégicos e de consumo – alimentos, sobretudo – significa que qualquer aumento substancial nos preços internacionais dos alimentos se traduziria numa inflação galopante e consumo reduzido. Consequentemente, um choque considerável dos preços dos alimentos teria um efeito devastador na população pobre do país.

## **O Sector Financeiro de Angola: Crescimento Rápido num Contexto de Desafios Estruturais**

**A oferta de crédito ao sector privado de Angola aumentou extraordinariamente durante a última década: o número de bancos cresceu rapidamente e as firmas têm acesso a uma gama crescente de serviços financeiros.** Após o fim da Guerra Civil em 2002, o governo lançou um ambicioso programa de liberalização financeira. No fim da década, apenas um dos três maiores bancos de Angola era público. Os activos totais do sector financeiro subiram de menos de USD 3 000 milhões em 2003 para mais de USD 57 000 milhões em 2011, enquanto o número de bancos a funcionarem no país passava de 9 para 23. Em 2006, as empresas angolanas estavam entre as que, no mundo inteiro, tinham menor probabilidade de utilizar serviços financeiros básicos mas, em 2010, a percentagem de firmas angolanas com contas correntes e de poupança estava próxima da média da SSA e dos países de rendimento médio baixo do mundo inteiro. O rápido crescimento de capital financeiro foi impulsionado pelo sector petrolífero, mas não exclusivamente, e a oferta de capital a todos os principais sectores económicos aumentou progressivamente, se bem que de forma desigual.

**Contudo, a indústria financeira angolana apresenta ineficiências estruturais, resultantes da incapacidade dos credores para avaliarem correctamente a fiabilidade creditícia dos potenciais mutuários.** A falta de informações financeiras fiáveis em todo o sistema deve-se, em parte, à inexperiência do sector em termos de indústria competitiva e liderada pelo sector privado, situação que é agravada pelas debilidades das principais instituições do sector, tanto públicas como privadas. Os mercados privados complementares, que poderiam gerar informações de crédito, – incluindo seguros, contabilidade e mercados de capitais privados – ou não existem ou estão subdesenvolvidos. E embora o governo tenha ampliado as suas capacidades no domínio de registo de propriedades e manutenção de registos públicos, a sua aptidão para definir claramente direitos de propriedade e certificar a posse de bens ainda não é total.

**Em virtude de informações financeiras inadequadas, os mutuantes demonstram preferências claras por firmas que possuem determinadas características, as quais são utilizadas como indicadores substitutos imprecisos de fiabilidade creditícia.** Uma análise de dois Inquéritos do Banco Mundial às Empresas em Angola, conduzidos em 2006 e 2010, apoiada por comparações com outros países, mostra que a generalizada assimetria de informação está a prejudicar a eficiência do sistema financeiro angolano. As empresas maiores e mais antigas gozam de um acesso ao crédito bastante melhor do que as suas congéneres menores e mais recentes; as empresas estrangeiras têm menos restrições de crédito do que as empresas nacionais; e as firmas situadas em Luanda têm melhor acesso do que as empresas sediadas fora da capital. As práticas de concessão de crédito, concebidas para ajudar os bancos a lidar com um sector financeiro que dispõe de poucas informações, reforçam as vantagens das empresas maiores, mais antigas, de base urbana e de capital estrangeiro: é exigida caução em quase todos os empréstimos, sendo dada preferência a activos líquidos e garantias pessoais; uma grande parte de empréstimos é rejeitada com base em caução inadequada. Consequentemente, as empresas são altamente dependentes dos seus recursos internos próprios para financiamento do investimento. Estas condições têm implicações profundamente negativas na concorrência de mercados, mecanismos de preços e incorporação tecnológica.

**Em virtude do acesso desigual ao crédito, muitos dos principais sectores económicos de Angola incluem apenas um número restrito de empresas muito grandes e uma profusão de firmas muito pequenas, indicando a ausência de empresas médias.** Isto resulta em mercados pouco competitivos, dominados por um pequeno número de empresas muito grandes que gozam de grandes margens preço/custo e, em alguns casos, de poder de mercado significativo. O próprio sector financeiro está extremamente concentrado e a sua preferência por empresas maiores e mais enraizadas contra as pequenas empresas mais recentes criou um padrão de crescimento profundamente atípico em toda a economia. Ao contrário de outros países, onde as pequenas e médias empresas habitualmente crescem depressa para competir com empresas de maior dimensão e, em seguida, registam um abrandamento do crescimento em virtude da diminuição de retornos, as grandes empresas em Angola crescem rapidamente ou até mais rapidamente do que as pequenas e médias empresas. Consequentemente, a diferença de dimensão entre elas não muda ao longo do tempo, as quotas de mercado continuam profundamente concentradas, os incentivos à competitividade ficam reduzidos e as empresas dominantes podem explorar o seu poder de mercado para maximizar os lucros à custa dos consumidores, danificando ainda mais a eficiência da economia como um todo.

**O governo realizou progressos consideráveis na criação das condições necessárias para o fomento do sector financeiro mas permanecem desafios críticos.** As empresas angolanas gozam actualmente de um acesso expandido ao sistema financeiro, mas o sistema ainda não é capaz de avaliar com rigor os seus méritos como mutuárias. A continuação do reforço das instituições e do quadro regulamentar iria apoiar a existência de um sector financeiro diversificado, eficiente e competitivo, o que será uma condição vital para o contínuo crescimento e desenvolvimento de Angola.



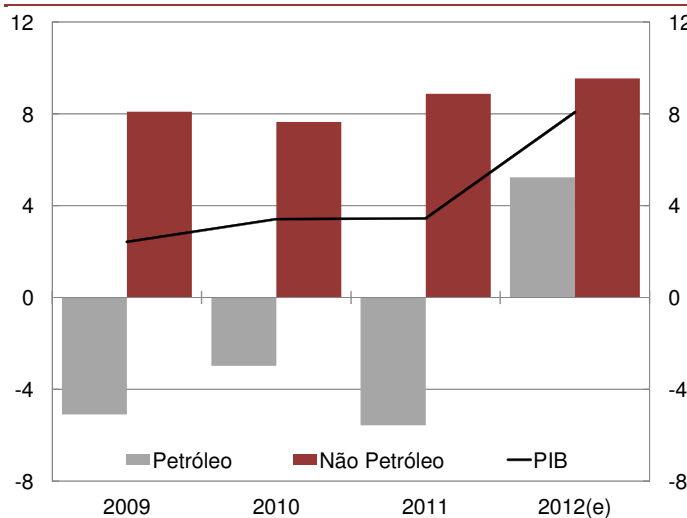
## II. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

### Economia de Angola Retoma Fôlego

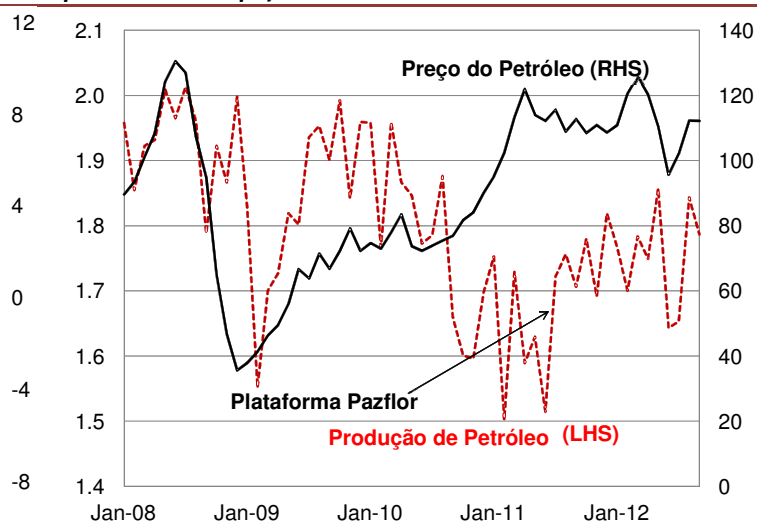
O PIB de Angola cresceu 8,1% em 2012, uma subida expressiva face aos 3,4% em 2011. Depois de um grande esforço para responder às condições externas negativas, que começaram em 2008 e cujo impacto foi ampliado por problemas de produção no sector petrolífero interno, a economia angolana está agora a recuperar e projecta-se que o crescimento se mantenha forte no futuro próximo. O abrandamento económico foi agravado pela acumulação de atrasados aos fornecedores do estado, o que ressalta a vulnerabilidade do orçamento aos choques das receitas petrolíferas e as questões estruturais relacionadas com o desempenho da empresa pública petrolífera Sonangol. No entanto, em 2012, os altos preços do petróleo combinados com volumes de produção crescentes estimularam as receitas das exportações, reforçando a situação orçamental do estado e permitindo a liquidação dos atrasados, o que proporcionou uma infusão de capital na economia não petrolífera, sobretudo na indústria da construção. O aumento das receitas do petróleo permitiu ao governo regressar aos níveis anteriores à crise em matéria de despesas públicas, projectando-se uma subida das despesas no futuro próximo. Embora a agricultura tenha registado um crescimento robusto de 7,3%, a produtividade marginal no sector continua muito baixa. Mais de dois terços dos angolanos trabalham na agricultura e a contínua baixa produtividade do sector tem profundas implicações no emprego, pobreza e desigualdade de rendimentos, bem como na segurança alimentar e na vulnerabilidade macroeconómica aos elevados preços mundiais dos alimentos

O sector do petróleo continua a ser a força motriz da economia angolana e o aumento da produção petrolífera juntamente com os altos preços do petróleo comandaram a recuperação do crescimento em 2012. Atualmente, o petróleo representa cerca de 46% do PIB de Angola e 96% das suas exportações. O crescimento no sector petrolífero recuperou de um declínio de 5,6% em 2011 para um crescimento estimado de 5,2% em 2012, contribuindo com 1,8 pontos percentuais para o crescimento global do PIB (Figura 1). Depois de ter caído para menos de 1,6 mbpd no segundo trimestre de 2011, a produção de petróleo recuperou em 2012, tendo alcançado uma média estimada de quase 1,8 mbpd nesse ano. Os preços do petróleo angolano (“Angola mix”) permaneceram estáveis em torno de USD 110 em 2012 (Figura 2). A produção do sector dos diamantes também recuperou, impulsionada pelos preços crescentes dos diamantes, com o sector a registar um crescimento de 4,6% em 2012, após um modesto declínio de 0,7% em 2011. As indústrias extractivas, em geral, verificaram uma expansão de cerca de 5,2% em 2012, após uma contracção de 5,3% em 2011.

**Figura 1: A economia de Angola teve uma forte expansão em 2012...**  
(Crescimento real do PIB, variação percentual anual)



**Figura 2: ...suportada pelo aumento da produção e preços do petróleo**  
(Índice de preço do petróleo do Banco Mundial; produção de petróleo em mbpd)



Nota: (e) = estimativa; mbpd = milhões de barris por dia.

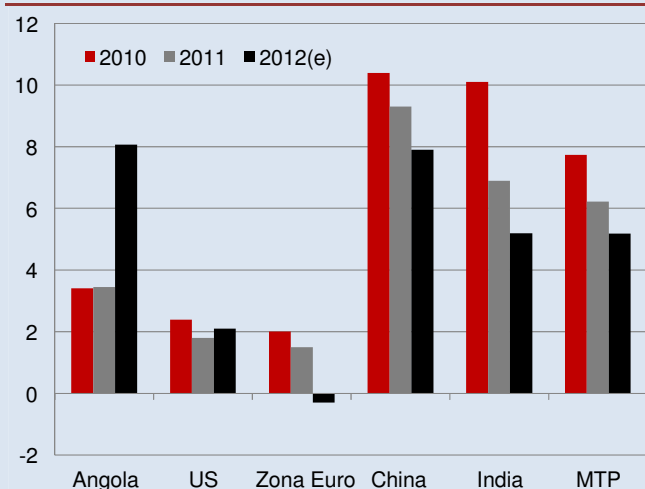
Fonte: estimativas das autoridades angolanas e dos funcionários do Banco Mundial.

A economia de Angola continua a sofrer o impacto negativo de uma economia mundial ainda em dificuldades, mais de quatro anos após a crise financeira global. O crescimento em países de rendimento elevado permaneceu modesto, enquanto as economias dos países em desenvolvimento durante 2012 abrandaram para as taxas de crescimento agregadas mais baixas da década. Em resposta às condições externas em deterioração, alguns bancos centrais implementaram pacotes de estímulos monetários, embora os preços das matérias-primas tenham continuado deprimidos até ao início de 2012. Os elevados níveis de dívida, défices orçamentais expressivos e questões ainda por resolver da dívida soberana nas economias desenvolvidas, em especial na zona euro, são riscos para os mercados mundiais financeiros e de matérias-primas

O crescimento global manteve-se anémico em 2012, na ordem de 2,3%, a sua taxa mais baixa desde o início da crise financeira global. O PIB agregado da zona Euro contraiu em 0,3%, enquanto a economia dos Estados Unidos teve um crescimento de 2,1% em 2012, um aumento face aos 1,8% no ano anterior mas ainda inferior ao seu potencial tradicional. Entretanto, o crescimento também baixou nas principais economias emergentes: o PIB da China cresceu 7,9%, a sua taxa mais branda desde finais da década de 90, enquanto a economia da Índia caía para 5,2% comparativamente aos 6,9% registados em 2011. Estas taxas de crescimento baixas produziram impacto na economia de Angola, sobretudo através da redução na procura de exportações (Figura 3).

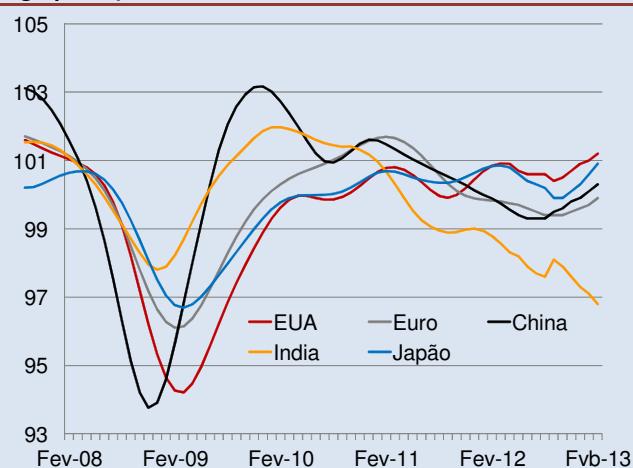
**Figura 3: A retoma económica mundial desacelerou em 2012**

(Crescimento real do PIB, %)



**Figura 4: Mas a actividade económica global pode estar em recuperação**

(índice de Indicadores Compostos Avançados - Composite Leading Indicator da OCDE, 100=tendência da actividade a longo prazo)



Nota: O crescimento dos parceiros comerciais é ponderado através dos valores das exportações de Angola, (e) = estimativa.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial com base em dados do DEC Prospects Group do Banco Mundial e OCDE.

**Não obstante, a actividade económica global começou a mostrar alguns sinais positivos que podem indicar uma retoma modesta nos principais mercados mundiais.** Tendo permanecido lenta até ao fim do primeiro semestre de 2012, a produção industrial ganhou terreno e as economias emergentes deram sinais de um leve crescimento no início de 2012. Houve melhorias em vários indicadores parciais, tais como o índice da OCDE de Indicadores Compostos Avançados, o Índice dos Gestores de Compras relacionado com a actividade transformadora global e os indicadores de confiança do consumidor nas maiores economias (Figura 4). Registou-se uma moderação nos preços mundiais das matérias-primas com o arrefecimento do crescimento mundial mas, no fim do ano, os preços retomaram a sua ascensão em linha com o aumento da actividade global. Dados recentes indicam, contudo, que a retoma nos mercados emergentes, incluindo a China, é mais gradual do que previsto anteriormente, enquanto as recentes perturbações nos mercados financeiros associadas com questões da dívida soberana em Chipre também afectaram a recuperação global.

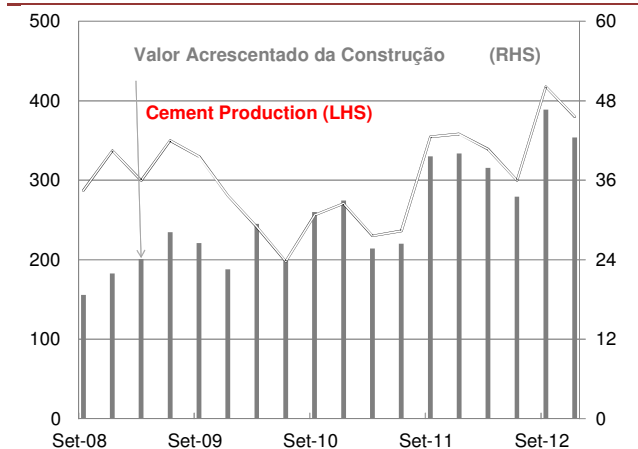
A recuperação do sector petrolífero foi complementada com reformas na gestão das finanças públicas, que ajudaram o governo a liquidar os atrasados ao sector privado e impulsionaram a rápida expansão da indústria da construção. A queda das receitas durante a crise levou à formação de atrasados recíprocos entre a Sonangol, o Tesouro e fornecedores privados, em especial as firmas de construção encarregadas da construção de projectos de investimento público.<sup>2</sup> Políticas orçamentais mais restritivas melhoraram a posição das receitas do estado, permitindo a liquidação de atrasados acumulados durante a crise de 2008-09. Esta injeção de liquidez fomentou o crescimento no sector da construção para um valor notável de 21,8% em 2012, uma subida face a uma taxa de crescimento já elevada de 12% em 2011. Receitas fiscais mais elevadas também permitiram ao governo investir em projectos de infraestruturas de larga escala, tais como o aeroporto internacional de Luanda, com 10 000 hectares, actualmente em fase de construção. A retoma da indústria da construção fez crescer os fornecedores de factores de produção, tais como a produção de cimento, tendo ultrapassado, em 2012, os níveis anteriores à crise (Figura 5). Enquanto a actuação do sector da construção continua intimamente associada com as despesas públicas, a procura do sector privado por edifícios de habitação, escritórios e comerciais representou um estímulo adicional.

Os fortes ganhos das exportações e os rendimentos crescentes estão a impulsionar o crescimento no sector comercial e a fomentar investimentos importantes na actividade retalhista. Consolidando a sua recuperação após a crise, estima-se que o sector comercial tenha crescido cerca de 9,3% em 2012. O aumento dos rendimentos per capita animou os grandes retalhistas, como o Grupo Teixeira Duarte (Portugal), a entrar no mercado local, o que gerou actividade adicional na indústria da construção (Figura 6).

Os sectores de serviços, como as telecomunicações e financeiros, também estão a registar um crescimento robusto. As indústrias da tecnologia de comunicação e informações de Angola estão a em rápida expansão, com o lançamento de serviços 4G em Luanda previsto para fins de 2012. O uso de telemóveis e de internet cresceu constantemente, servindo cerca de 52% e de 12% da população, respectivamente, em 2012. O sector financeiro continua a desenvolver-se, com o mercado de crédito a registar um crescimento de cerca de 50% ao ano durante os últimos cinco anos. No entanto, embora o sector bancário de Angola seja actualmente um dos maiores da África Subariana (SSA), permanecem ainda importantes constrangimentos e distorções. Estas questões são discutidas pormenorizadamente no Capítulo Especial incluído neste Economic Update.

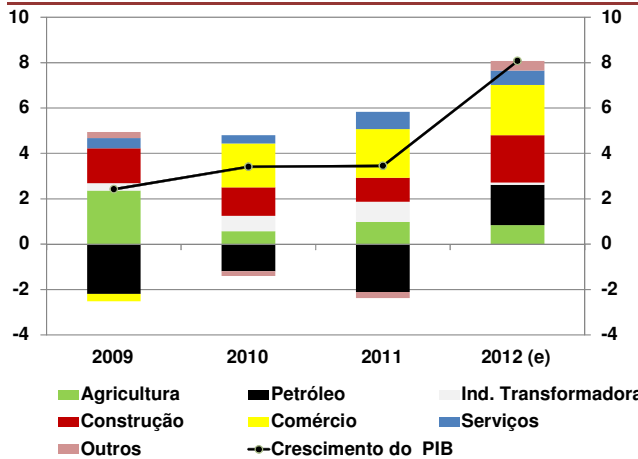
A indústria transformadora desacelerou em 2012, após vários anos de crescimento sólido. O valor acrescentado no sector transformador subiu apenas 1,3% em 2012, depois de ter crescido 13% em 2011 e 10,7% em 2012. Desde meados de 2011 até ao fim de 2012, a produção de têxteis assim

**Figura 5: Ganhos robustos na produção de cimento apontam para uma pujante actividade da construção. (Toneladas de produção de cimento, valor acrescentado)**



Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Figura 6: A recuperação dos preços e da produção de petróleo e os rendimentos crescentes estimularam toda a economia (Contribuições para o crescimento real do PIB, pontos percentuais)**



Fonte: Autoridades angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial

<sup>2</sup> A queda dos preços do petróleo, na sequência da crise 2008-2009, contribuiu para uma tendência descendente na produção nacional de petróleo, enfraquecendo consideravelmente a posição orçamental de Angola. Em virtude de receitas petrolíferas mais reduzidas, a empresa pública de petróleo Sonangol acumulou atrasados ao Tesouro o que, por seu turno, levou o governo a falhar uma série de pagamentos, em especial contratos com empresas de construção relativos a projectos de infraestruturas públicas. O BNA estimou que o montante de atrasados acumulados entre 2008 e 2009 era de USD 6 800 milhões.

como de maquinaria e equipamento contraiu significativamente, o que teve um impacto negativo no desempenho do sector. O sector transformador de Angola continua reduzido, tendo representado menos de 6% do PIB em 2012. Com as importações de bens de capital e de bens de consumo a responderem a uma grande percentagem da procura, existe espaço considerável para a expansão do sector transformador nacional. Os aumentos sustentados do rendimento per capita e a urbanização também seriam um apoio adicional.

**Questões estruturais importantes são um entrave ao desenvolvimento do sector transformador.** A que mais se destaca é a apreciação da taxa de câmbio efectiva real que, por seu turno, está associada com o sector extractivo e o valor elevado das exportações de matérias-primas.<sup>3</sup> Em segundo lugar vem a falta de crédito – discutida com mais pormenor no Capítulo Especial deste Economic Update – que as empresas transformadoras consideram ser um dos grandes obstáculos ao crescimento. Por fim, serão decisivas melhorias adicionais no clima geral de negócios para apoiar o crescimento do sector transformador. (Caixa 8, abaixo, descreve as principais conclusões do mais recente relatório do Banco Mundial *Doing Business* relativamente a Angola.)

**O sector agrícola registou um crescimento sólido de 7,3% mas ficou abaixo da taxa média anual dos últimos 10 anos, da ordem de 13%.** Em 2012, a seca danificou seriamente as colheitas, incluindo a produção de cereais essenciais, como por exemplo o milho, em pelo menos 10 das 18 províncias de Angola e muito especialmente nas regiões costeiras e no Planalto Central. Uma avaliação efectuada pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas de Angola, em Maio de 2012, estimava que 1,8 milhões de pessoas ficariam expostas a insegurança alimentar por causa da seca. Angola, no seu todo, continua a estar fortemente dependente de bens alimentares importados, representando cerca de 15% das importações anuais.

**Melhorar a produtividade do sector agrícola é fundamental para se reduzir a pobreza.** Mais de dois terços da mão-de-obra de Angola trabalham na agricultura.<sup>4</sup> No entanto, menos de 30% da terra arável de Angola está presentemente a ser cultivada, e a produtividade por acre é das mais baixas da região (Quadro 1). Dada a existência de terra e as condições climáticas geralmente favoráveis do país, o sector agrícola de Angola tem um potencial considerável. Os esforços recentes destinados a facilitar o acesso a mercados, através de melhorias nas infraestruturas em áreas rurais, aumentaram a produção agrícola, estando as colheitas em Angola a crescer mais rapidamente do que na média da SSA nos últimos anos, mas muito mais tem de ser feito para que a produtividade de Angola fique a par da dos seus concorrentes regionais.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> As exportações de matérias-primas de elevado valor podem prejudicar a economia no sentido mais vasto, através da apreciação da taxa de câmbio efectiva real, fenómeno que é conhecido como o efeito da ‘Doença Holandesa’. A procura externa de exportações de recursos leva à procura da moeda do país exportador e a procura crescente dessa moeda aumenta o seu valor relativo. Em consequência, as outras exportações do país rico em recursos tornam-se efectivamente mais caras nos mercados estrangeiros, enquanto as importações ficam mais baratas no mercado nacional. Os valores crescentes da moeda podem diminuir radicalmente a competitividade dos produtores e exportadores nos sectores não-recursos e, em particular, na indústria transformadora e na agricultura.

<sup>4</sup> Presentemente não existem dados detalhados sobre o mercado de trabalho em Angola. A recolha e publicação de dados mais abrangentes sobre emprego, salários e participação da mão-de-obra permitiriam uma avaliação mais precisa do progresso relativo aos objectivos das políticas governamentais em matéria de criação de emprego e crescimento inclusivo.

<sup>5</sup> Várias iniciativas públicas e privadas centram-se no aumento da produtividade agrícola, incluindo as operações da agência pública Gesterra que apoia projectos de agricultura de larga escala, sobretudo de cultivo de cereais. Alguns projectos também prestam assistência aos pequenos agricultores que fazem cultivos alimentares. Espera-se que sejam lançados brevemente dois projectos privados de larga escala de açúcar e etanol.

**Quadro 1: A produção de bens alimentares aumentou rapidamente nos últimos anos mas o baixo rendimento é uma ameaça à segurança alimentar (Índice de produção de alimentos; rendimentos, kg por hectare)**

Índice de Preços dos Alimentos (2005/06=100)	2000	2005	2010
Angola	71	106	153
Quênia	77	97	125
Malawi	102	87	163
Moçambique	91	94	113
Nigéria	85	104	94
África do Sul	82	100	91
Zâmbia	96	102	121
África Subsariana	100	118	130*
Rendimento dos Cereais (kg por hectare)	2000	2005	2010
Angola	572	599	644
Quênia	1375	1646	1613
Malawi	1676	778	2206
Moçambique	868	741	1006
Nigéria	1172	1422	1413
África do Sul	2755	3315	4162
Zâmbia	1682	1902	2547
África Subsariana	1131	1174	1336*

Nota: \* = 2009.

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI) do Banco Mundial



Do lado das despesas, o consumo privado foi o motor do crescimento em 2012, impulsionado pela expansão da economia não petrolífera e os melhores salários do sector público. O consumo privado subiu 14,7% em 2012, um aumento face a um valor anémico de 1,6% em 2011 (Quadro 2). O crescimento do consumo foi sustentado pelo aumento dos rendimentos per capita resultantes do forte desempenho de sectores essenciais não petrolíferos, como a construção e o comércio retalhista. O consumo foi estimulado pelos aumentos dos salários do sector público, que subiram 6,1% em 2012 em termos reais, após um aumento anterior de 10,3% em 2011. A procura global interna teve um aumento de cerca de 12,5% em 2012, uma subida face aos 6,9% em 2011. Mas o investimento público continua a fazer apenas uma contribuição marginal para a procura agregada. (Consultar o capítulo sobre política orçamental abaixo para mais informações sobre investimento público).

## Quadro 2: Do lado das despesas, o crescimento do PIB foi comandado pelo consumo privado

(Crescimento real em percentagem, salvo indicação contrária)

	2009	2010	2011	2012(e)
<b>Procura Interna</b>	<b>23.3</b>	<b>-20.5</b>	<b>6.9</b>	<b>12.5</b>
Consumo Privado	50.3	-28.3	1.6	14.7
Consumo Público	-14.0	10.6	26.3	2.7
Investimento Priv.	32.2	1.0	10.0	24.3
Investimento Púb	-27.0	-15.1	2.9	17.3
Exportações	0.7	0.5	0.3	5.5
Importações	24.7	-25.6	4.7	11.2
<b>Rúbricas por Memória (Quota percentual do PIB)</b>				
Invest. Privado.	3.3	2.9	2.8	3.4
Invest. Público	12.8	9.6	8.9	10.1
<b>PIB</b>	<b>2.4</b>	<b>3.4</b>	<b>3.4</b>	<b>8.1</b>

Nota: (e) = estimativa; Priv. = Privado; Pub. = Public. Invest. = Investimento

Fonte: Autoridades angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial

Caixa 2

### O Paradoxo da Abundância

#### Compreender os Desafios e Oportunidades da Gestão de Recursos Naturais

O sector dos recursos naturais de Angola é a força motriz da economia e as reservas petrolíferas do país podem apoiar um rápido crescimento do PIB no médio prazo. No entanto, a questão de política talvez mais importante com que Angola se depara é como converter a sua riqueza de recursos naturais em desenvolvimento económico e social sustentável fora do sector petrolífero, criando a base para um crescimento contínuo à medida que as reservas de recursos naturais do país, gradual mas inevitavelmente, se esgotam. Neste contexto, a abordagem 'Cadeia de Valor da Gestão dos Recursos Naturais<sup>6</sup> fornece um enquadramento útil para endereçar esta questão complexa e de importância crítica. A cadeia de valor descreve os passos que o governo de Angola pode dar para converter eficazmente a riqueza petrolífera do país em capital produtivo. Sublinha também os importantes desafios técnicos e de governação que Angola precisaria de vencer para poder atingir as suas metas de desenvolvimento.

Como o grau de concentração das exportações é um dos mais altos do mundo, o desafio de gestão de recursos naturais é mais agudo em Angola do que em muitos outros países. Com o petróleo a ser responsável exclusivo por mais de 95% das receitas de exportação, Angola é o país de África com menor diversificação de exportações, rivalizando com o Iraque neste domínio. A extraordinária dependência de Angola do petróleo afecta a economia de várias formas. Primeiro, as exportações de petróleo geram entradas de divisas estrangeiras, provocando a apreciação do Kwanzas; este facto mina a competitividade do sector não petrolífero ao tornar os produtos angolanos efectivamente mais caros para os consumidores estrangeiros, enquanto os artigos estrangeiros ficam mais baratos para os consumidores nacionais. Segundo, o sector do petróleo e suas indústrias acessórias tendem a oferecer os retornos mais altos tanto do capital financeiro como do capital humano, pelo que atraem a maior fatia do crédito doméstico e empregam a mão-de-obra mais qualificada do país. Tal contribui para prejudicar ainda mais a competitividade das indústrias não petrolíferas, que têm de lidar com a escassez e carestia do capital de investimento e com os custos laborais elevados dos trabalhadores qualificados. Por último, a receita gerada pelo sector petrolífero fomenta a procura interna de bens e serviços não transaccionáveis, como a electricidade e a construção, com aumentos dos custos de produção no sector de transaccionáveis não petrolíferos. Este efeito está ilustrado no elevado grau com que os sectores da construção, imobiliário e comércio interno de Angola (todos não transaccionáveis) têm consistentemente ultrapassado o crescimento da agricultura e indústria transformadora (ambas transaccionáveis). A explosão dos valores da propriedade e dos preços retalhistas em Luanda nos últimos anos é mais uma indicação dos efeitos de distorção do sector do petróleo na economia mais vasta: segundo o inquérito sobre custo de vida Mercer, Luanda é agora a segunda cidade mais cara do mundo, depois de Tóquio.

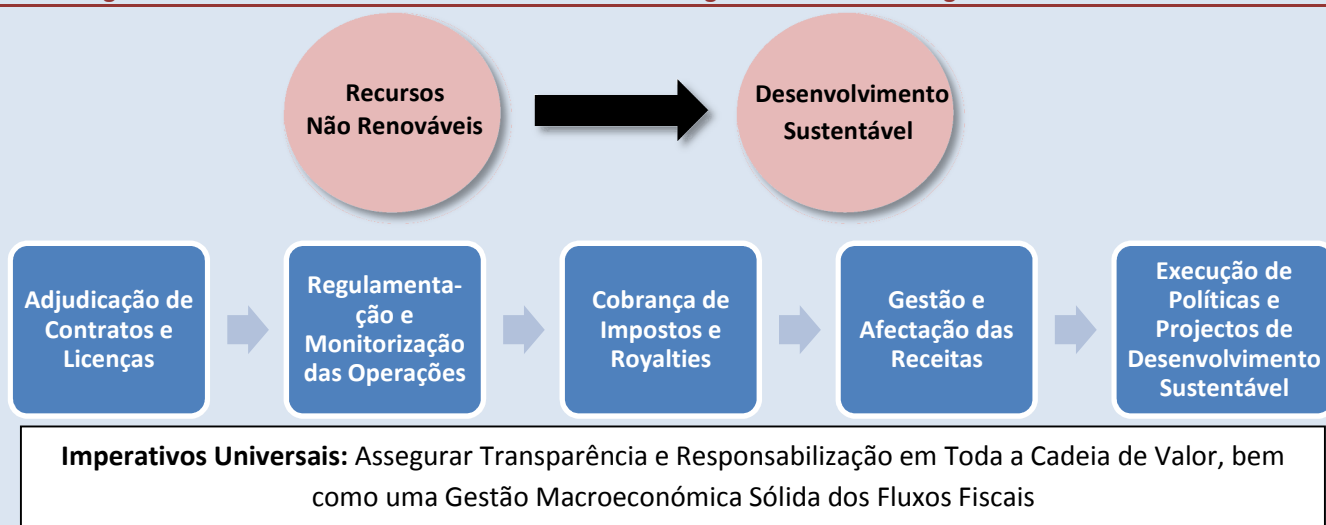
A experiência internacional dá inúmeros exemplos das formas que o aparente benefício da riqueza de recursos naturais pode, de facto, ser uma maldição; no entanto, também oferece exemplos de países que escaparam à maldição, utilizando as

<sup>6</sup> Para uma descrição mais exaustiva desta abordagem é favor consultar Barma et al. (2011).

suas reservas de recursos para apoiar a diversificação e a competitividade fora do sector dos recursos. Se existe uma lição abrangente a tirar da experiência da gestão de recursos naturais é que a boa governação, competência administrativa e integridade institucional são absolutamente essenciais para o sucesso ou fracasso de um país. Os países ricos em recursos com instituições deficientes ficam expostos à corrupção e à busca de rendas ilegítimas; as receitas de recursos mal administradas podem ter impactos devastadores na economia de um país, seu ambiente e até na sua estabilidade política e, em alguns casos, conduzem mesmo a um violento conflito relativamente aos direitos dos recursos. E até mesmo países com instituições sólidas e estáveis podem sofrer consequências económicas profundamente negativas, se não tomarem as medidas adequadas para levarem em conta os efeitos das exportações de recursos. Foi o caso dos Países Baixos na década de 70, quando o país sofreu um prejuízo económico duradouro (apesar da sua sofisticação administrativa) por não ter sido capaz de desenvolver uma política eficaz para compensar o impacto das exportações de gás natural na competitividade de outros sectores, tendo daí resultado que este fenómeno fosse actualmente conhecido por “Doença Holandesa”. No entanto, já em tempos mais recentes, uma série de países demonstrou que, na verdade, são possíveis respostas de políticas eficazes e que existe presentemente uma comunidade internacional crescente com histórias de sucesso respeitantes aos recursos naturais.

Tanto os casos de sucesso como os de insucesso forneceram exemplos que foram consolidados na abordagem da “Cadeia de Valor da Gestão dos Recursos Naturais” que serve de guia para o desenvolvimento de políticas dos recursos naturais com base na transparência, responsabilização e sólida gestão macroeconómica. A abordagem da cadeia de valor está desenhada com vista a garantir que a receita de recursos não renováveis seja convertida num desenvolvimento económico inclusivo e permanente. Na Figura 7 estão ilustrados os elementos básicos da cadeia de valor. Cada ‘elo’ da cadeia é importante: a adjudicação inicial de contratos e licenças, a cobrança de receitas, a gestão e afectação dessas receitas e a execução de políticas e projectos de desenvolvimento sustentável.

**Figura 7: O Desenvolvimento Económico Sustentável Exige uma Gestão Abrangente dos Recursos Naturais**



Fonte: Banco Mundial

A abordagem de cadeia de valor tem três componentes principais e cada uma delas enfatiza as competências técnicas e institucionais necessárias para uma gestão de recursos bem-sucedida. A primeira componente é a **extração**, que abrange a adjudicação de contratos e licenças bem como a monitorização das operações de recursos. É vital que Angola estabeleça e mantenha um enquadramento jurídico e regulamentar com vista a assegurar o valor máximo pelos projectos submetidos a concurso. A segunda componente é a **tributação**, em particular a **eficiência** da cobrança de impostos e a governação e gestão dos fluxos de receitas. Recentemente, Angola fez um progresso importante em termos de maior transparência dos recursos petrolíferos, incluindo a publicação de relatórios sobre o fluxo de fundos. A última componente principal é o **investimento das rendas dos recursos**. Medidas no sentido de melhorar o quadro da gestão das finanças públicas de Angola, em especial a gestão do investimento público, iriam contribuir para assegurar o investimento das receitas em projectos públicos de alta qualidade que proporcionem um crescimento de base alargada e a redução da pobreza.

A transparência e a responsabilização na gestão das receitas de recursos são fundamentais para assegurar que se obtém o valor máximo da exploração da riqueza de recursos. A abordagem da cadeia de valor destaca a necessidade de informações oportunas e acessíveis sobre receitas dos recursos. Especificamente, a transferência das receitas de recursos para o orçamento deveria basear-se em normas públicas claras e previsíveis para que a gestão das receitas não seja uma questão de discricção

administrativa. O investimento das receitas dos recursos deveria assentar em normas igualmente simples e transparentes. A recente inclusão das receitas relacionadas com o petróleo no Orçamento Nacional de 2013 e a redução de operações para-orçamentais da Sonangol são passos positivos

**Em termos de gestão macroeconómica mais vasta, a cadeia de valor realça a necessidade de se manter uma rigorosa disciplina orçamental e monetária.** Para além do recém-criado Fundo Soberano de Angola (ver **Caixa 4**, abaixo) a adopção de um quadro fiscal de médio prazo (MTFF) baseado em suposições conservadoras da produção e do preço do petróleo iria permitir a geração de excedentes orçamentais consistentes ao longo do tempo; poderiam acumular-se reservas financeiras durante anos de receitas petrolíferas especialmente elevadas, que seriam utilizadas para sustentar despesas orçamentais consistentes quando as receitas do petróleo caíssem. O reforço da capacidade institucional e a maior coordenação entre as agências de política económica são essenciais para a prossecução de políticas eficazes e responsáveis, enquanto uma monitorização e avaliação independente é fundamental para se determinar a eficiência global das despesas públicas.

## A Inflação está a Baixar mas as Questões Estruturais Permanecem

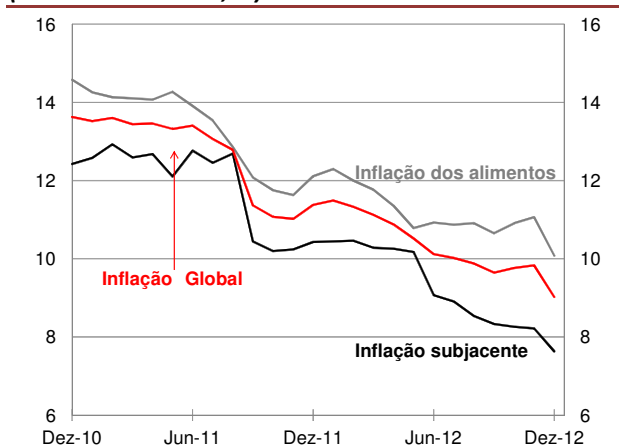
*As importações de alimentos são uma componente primordial do cabaz de consumo de Angola e, conseqüentemente, a inflação dos preços no consumidor é altamente sensível a alterações nos preços mundiais dos alimentos e na taxa de câmbio. Nos últimos anos, o decréscimo nos preços mundiais dos produtos alimentares, conjugado com medidas do BNA destinadas a estabilizar a taxa de câmbio nominal, produziu um declínio consistente na inflação. Após ter atingido um pico em 2010, a inflação está agora em mínimos históricos. No entanto, pressões inflacionárias estruturais continuam a ser problemáticas.*

**No fim de 2012, e pela primeira vez em mais de 20 anos, a taxa de inflação global caiu para valores de apenas um dígito.** A inflação anual caiu de 15,3% em 2010 para 11,4% em 2011 e baixou para 9% em Dezembro de 2012. Se bem que a tendência global seja descendente, os recentes aumentos dos produtos alimentares estão a contribuir para uma taxa mais alta do que deveria ser noutras circunstâncias. Os preços internacionais dos bens alimentares subiram mais de 12% entre 2011 e 2012. Dada a enorme percentagem de bens importados no cabaz do consumidor, o BNA centrou as suas políticas na estabilização da taxa de câmbio para reduzir as pressões inflacionárias (Figura 8).

**A inflação subjacente caiu mais rapidamente do que a inflação global ao longo dos últimos meses**<sup>7</sup> A inflação subjacente — uma medida da inflação estrutural subjacente que exclui os preços voláteis da energia e dos alimentos — baixou drasticamente nos últimos meses devido a declínios abruptos nos preços dos transportes e alojamento e cafés e restaurantes, duas categorias importantes para a inflação subjacente. A taxa de inflação combinada para estas duas categorias baixou de mais de 25% em 2010 para um valor de apenas um dígito em 2012 (Figura 9).

**Apesar da tendência descendente da inflação, o custo de vida em Angola continua alto comparativamente aos países vizinhos.** Mesmo tendo recentemente caído para valores de apenas um dígito, Angola registou a taxa de inflação global mais alta no período 2006-2012, tanto entre os países exportadores de petróleo como países de rendimento médio baixo na região da SSA (Figura 10). Conquanto políticas monetárias e fiscais conservadoras tenham ajudado a conter a inflação e a reduzir a

**Figura 8: Inflação global e inflação subjacente estão a baixar**  
(Crescimento anual, %)



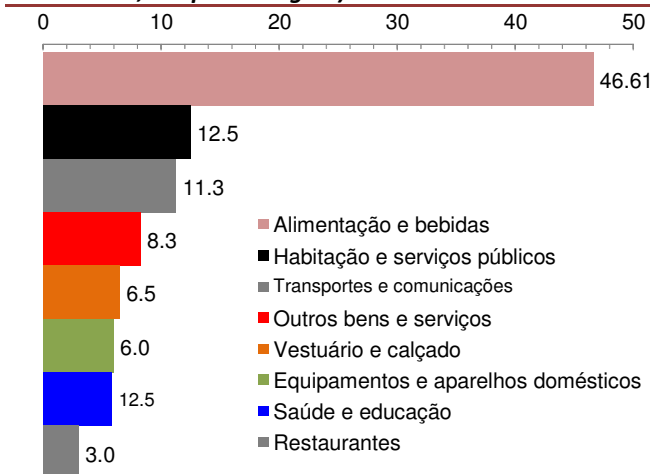
Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

<sup>7</sup> A inflação subjacente é um indicador que explica a tendência da inflação tipicamente associada aos factores da procura. Os choques da procura reflectem desequilíbrios persistentes entre a evolução das despesas e o crescimento potencial da economia que podem afectar permanentemente a evolução dos preços. A política monetária deveria dar uma resposta adequada para corrigir o desequilíbrio. Em contrapartida, embora os choques da oferta possam provocar alterações significativas nos preços, estes só produzem efeitos temporários, pelo que não há necessidade de se recorrer a medidas monetárias

volatilidade dos preços, a inflação estrutural mantém-se elevada devido à grande dependência do país das importações, a estrangulamentos nas infraestruturas básicas incluindo transportes e energias, mercados não competitivos e geograficamente truncados e a outros factores que são um entrave ao fluxo de bens. O facto de tudo isto ocorrer num contexto de rendimentos per capita em ascensão significa que o crescimento económico está a ter um forte impacto nas pressões inflacionárias.

**Figura 9: Produtos alimentares voláteis dominam o cabaz do consumidor e as flutuações nos preços dos alimentos impulsionam variações na inflação dos preços no consumidor**

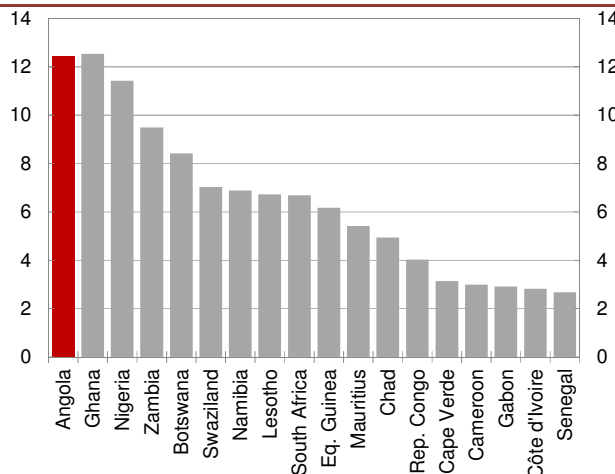
*(Quota da componente de despesa no cabaz do consumidor, em percentagem)*



Fonte: Autoridades angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Figura 10: A taxa de inflação de Angola continua elevada pelos padrões regionais**

*(Inflação no final do período, taxa percentual média, 2006-2012)*



## Política Orçamental: Desafios e Oportunidades

*Tratando-se de um país em desenvolvimento rico em recursos, a política orçamental do país tem um papel essencial no seu crescimento de médio prazo. Políticas orçamentais eficazes podem estabilizar a economia relativamente a choques externos e o investimento público, especialmente em infraestruturas, é um mecanismo fundamental para transformar as receitas do sector dos recursos em bens públicos valiosos, capazes de apoiar a diversificação económica e o crescimento inclusivo. Embora as autoridades tenham dado passos no sentido de aumentar a resiliência da economia a partir do início da crise financeira global, ainda existe uma margem considerável para fortalecer a política orçamental. A solidez do perfil de endividamento público e a dinamização das receitas proporcionadas pela recuperação do sector do petróleo de Angola oferecem uma oportunidade valiosa de expansão das despesas de desenvolvimento e de atracção de mais investimento do sector privado na economia não petrolífera. No entanto, para maximizar o seu impacto, as novas despesas públicas têm de ser eficientes e produtivas. São essenciais regras orçamentais sólidas e sistemas robustos de gestão do investimento público para se poder assegurar uma política orçamental de alta qualidade. As reformas recentes destinadas a reduzir as operações para-orçamentais da Sonangol e a aumentar a transparência da gestão das receitas petrolíferas são passos positivos. O recém-criado fundo soberano de Angola (FSDEA) tem capacidade para reforçar a estabilidade macroeconómica do país ao permitir isolar as receitas petrolíferas, minimizando a sua respectiva volatilidade, mas ainda é preciso definir pormenorizadamente o seu mandato e quadro regulamentar. O sucesso do FSDEA exige a adopção de normas claras e simples sobre o seu funcionamento e a estipulação das circunstâncias e regras, ao abrigo das quais o orçamento pode utilizar o fundo para estabilização e outros fins aprovados. Reformas adicionais da política orçamental poderiam incluir a introdução de um quadro orçamental de médio prazo que apoie o planeamento orçamental multianual, permitindo que os gastos em infraestruturas sejam executados mais eficazmente ao longo de ciclos orçamentais múltiplos.*

**Actualmente, Angola goza de uma sólida situação orçamental apoiada por indicadores de uma dívida pública de baixo nível, tendo as poupanças orçamentais regressado aos níveis anteriores à crise. Quando as receitas petrolíferas**

baixaram durante a crise de 2008-2009, o governo decidiu consolidar as despesas públicas. Em consequência, a situação orçamental e da dívida passou a ser exequível e, em 2012, o excedente orçamental global chegou a 8,6% do PIB. Entretanto, depois de ter atingido um valor superior a 100% do PIB não petrolífero durante a crise, o défice primário do sector não petrolífero baixou para um valor estimado de 51,5% do PIB não petrolífero em 2012. Esta melhoria no défice do sector não petrolífero foi impulsionada por um crescimento sólido das receitas fora do petróleo e pela moderação no crescimento dos encargos com os salários públicos e dos custos das aquisições públicas. À medida que a economia recuperava, o peso da dívida pública baixava para cerca de 20% do PIB, menos de metade do que era em 2004.

**O crescimento, tanto das receitas como das despesas, abrandou em 2012.** As receitas cresceram 4,1% após aumentos colossais de 44,9% e 59,2% em 2011 e 2010, respectivamente (Quadro 3). Enquanto a produção de petróleo crescia 5,2% em 2012, o preço médio do petróleo mantinha-se largamente inalterado em relação a 2011, limitando o crescimento das receitas petrolíferas. As receitas não petrolíferas, especialmente os impostos de rendimento, tiveram um forte aumento em 2012 mas ainda representavam apenas 15% de todas as receitas. Em linha com um crescimento de receitas mais lento, o crescimento das despesas desacelerou para 7,1% em 2012, bastante abaixo do crescimento de 36,8% em 2011. As despesas de capital subiram 29% em 2012, valor bastante superior aos 15,3% em 2011.

**As despesas correntes continuam a dominar o lado da despesa do orçamento.** As despesas correntes representaram cerca de três quartos do total das despesas públicas, sendo aproximadamente metade afectado à aquisição de bens e serviços e a pagamentos de transferência. Os gastos com subsídios continuam muito elevados, correspondendo a 18% das despesas correntes; a maior parte destes fundos são transferências directas para empresas públicas, incluindo a Sonangol, para cobrir perdas decorrentes de políticas de fixação de preço abaixo do mercado, que o governo conserva. Estima-se que os custos dos subsídios aos combustíveis tenham chegado a quase 5% do PIB em 2012 – a taxa mais alta da SSA – o que equivale a quase 65% de todas as despesas de capital.

**Quadro 3: A situação orçamental foi reforçada, mantendo-se a ponderação das despesas face às despesas correntes (Indicadores orçamentais selecionados para o Governo Central de Angola; percentagem do PIB, salvo outra indicação)**

	2008	2009	2010	2011	2012(e)
<b>Receitas e Subvenções</b>	<b>52.1</b>	<b>35.7</b>	<b>43.2</b>	<b>50.2</b>	<b>46.0</b>
Das quais: Petrolíferas	42.1	25.0	32.8	40.1	37.5
Das quais: Não petrolíferas	10.0	10.7	10.4	10.1	8.5
<b>Despesas</b>	<b>54.7</b>	<b>41.1</b>	<b>35.3</b>	<b>38.7</b>	<b>36.5</b>
Despesas Correntes	40.2	28.3	25.7	29.8	26.4
Das quais: Subsídios	7.2	6.1	6.6	8.1	4.8
Das quais: Outras Transferências (incl. para Sonangol)	15.5	4.1	1.5	1.7	1.7
Despesas de Capital	14.5	12.8	9.6	8.9	10.1
<b>Saldo Orçamental Primário</b>	<b>-2.6</b>	<b>-5.4</b>	<b>7.9</b>	<b>11.5</b>	<b>9.6</b>
<b>Saldo Orçamental Primário Não Petrolífero*</b>	<b>-106.1</b>	<b>-56.2</b>	<b>-48.3</b>	<b>-55.6</b>	<b>-51.6</b>
<b>Saldo Orçamental Global</b>	<b>-4.6</b>	<b>-7.6</b>	<b>6.8</b>	<b>10.5</b>	<b>8.6</b>
<b>Rubricas por Memória (Variação Percentual Anual, Nominal)</b>					
Receitas		-35.6	59.2	44.9	4.1
Despesas Correntes		-33.9	19.3	44.8	0.5
Despesas de Capital		-16.7	-1.3	15.3	29.0

Notas: (e) = estimativa. \* = Percentagem do PIB não petrolífero.

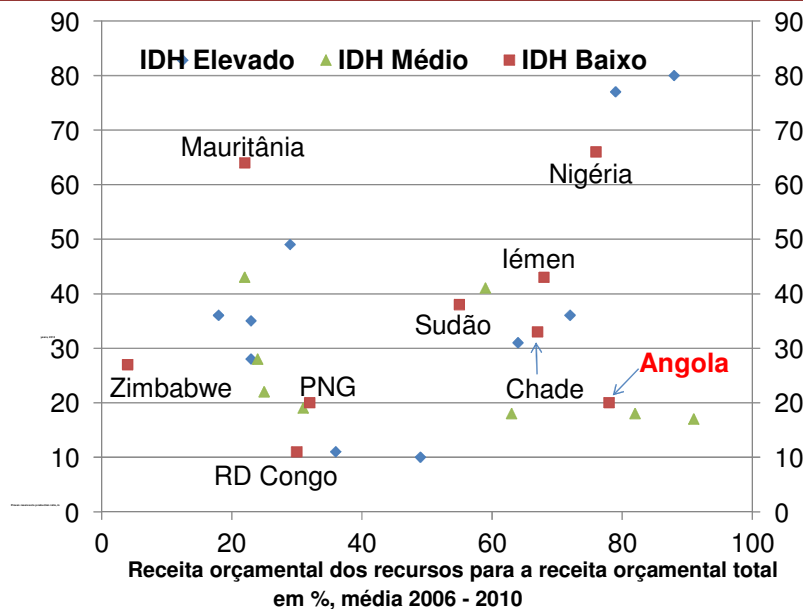
Fonte: Autoridades angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Angola enfrenta o desafio duplo de ser altamente dependente das receitas de petróleo e de, ao mesmo tempo, ter um horizonte relativamente curto de reservas petrolíferas.** A Figura 11 realça a enorme dependência orçamental de Angola do sector de recursosperante uma riqueza em recursos naturais ainda não suficientemente confirmada. Actualmente, 80% das receitas públicas de Angola provêm do sector petrolífero e a despesa anual está altamente correlacionada com as receitas petrolíferas anuais (com um coeficiente de correlação superior a 0.6) o que sublinha a sensibilidade orçamental do país a mercados petrolíferos voláteis. Felizmente, Angola dispõe de uma série de opções que podem promover a sustentabilidade fiscal de longo prazo do orçamento, incluindo a expansão da base tributária não petrolífera, através de reformas administrativas e diversificação económica no sentido de aumentar as receitas não

petrolíferas que, presentemente, são inferiores a 9% do PIB. A par da elevada dependência de Angola das receitas do petróleo, o horizonte das reservas comprovadas de recursos naturais (reservas/produção) é relativamente baixo, em comparação com outros países ricos em recursos.

**Figura 11: A dependência de Angola de receitas de recursos não renováveis combinada com o horizonte relativamente curto das reservas deixa a economia numa situação vulnerável no que toca a melhorar os seus débeis indicadores de desenvolvimento humano**

**(Horizonte das reservas e dependência orçamental de recursos não renováveis)**



Notas: IDH = Índice de Desenvolvimento Humano que é uma estatística das Nações Unidas que combina medidas de esperança de vida, educação e padrões de vida.

Fonte: FMI (2012) "Enquadramentos Orçamentais dos Países em Desenvolvimento Ricos em Recursos".

**Dada a actual solidez da situação orçamental e externa, Angola tem a oportunidade de aumentar a sua taxa de despesas de investimento, sem desestabilizar as finanças públicas.** Presentemente, Angola gasta cerca de 13% do PIB em investimento, valor muito inferior à média de três anos da SSA, de 24%. Acresce que o baixo nível da dívida externa pública de Angola (16,8% no fim de 2011) apresenta uma oportunidade para recorrer aos mercados de crédito estrangeiros e tirar partido de taxas de juro reduzidas.

**Para que Angola incrementalmente eficazmente os gastos em investimento, será preciso adoptar sistemas adequados de gestão do investimento público (PIM).** A Caixa 3, abaixo, descreve uma série de questões críticas do PIM que têm uma importância crítica para assegurar a viabilidade de expansão do investimento público.

Se bem que a acumulação de grandes reservas orçamentais possa ajudar a mitigar a vulnerabilidade da economia aos choques, a detenção de poupanças de larga escala pode também representar uma oportunidade perdida de acelerar o crescimento e o emprego através de um maior investimento. Angola tem muito a ganhar se aumentar os gastos com investimento público, especialmente em projectos de infraestruturas de alta qualidade, o que poderia ajudar a atrair investimento complementar do sector privado e a acelerar o desenvolvimento da economia não petrolífera. Os amplos recursos orçamentais de Angola e o baixo nível da dívida externa pública podiam permitir que o investimento público colmatasse o considerável défice de estruturas da nação: por exemplo, investimentos em transportes e electrificação básicos, sobretudo em áreas rurais, podiam dinamizar o desempenho insatisfatório do sector agrícola, enquanto o investimento na modernização de portos e nas importantes rotas comerciais terrestres poderia fomentar a competitividade de Angola, e estas são apenas duas das muitas estratégias de investimento possíveis. Quaisquer que sejam os objectivos do investimento público, a sua consecução vai exigir fortes controlos orçamentais e os investimentos iniciais de importância crítica para se melhorar a eficiência da própria gestão do investimento público.

Grças à sua situação de receitas relativamente sólida e ao perfil da dívida, Angola pode desviar a sua atenção das poupanças para o investimento sem pôr em perigo a sustentabilidade orçamental. O rácio entre a dívida externa pública e o PIB, situado em menos de 17% em 2011, é baixo pelos padrões dos países em desenvolvimento, vizinhos regionais de Angola, e dos países com elevado crescimento de todo o mundo. Entretanto, a sua taxa de investimento – que ronda em média os 13% do PIB nos últimos três anos – está entre as mais baixas da África Subariana (**Quadro 4**). Acresce o facto de que, com um crescimento potencial do PIB de Angola estimado em cerca de 12%, um aumento do investimento podia acelerar o crescimento sem estruturalmente aumentar a inflação e é pouco provável que cause a exclusão do investimento privado.

**Quadro 4: Angola tem uma taxa de investimento muito reduzida quando comparada com a maior parte dos países da África Subariana, a par de um rácio muito baixo entre a dívida externa pública e o PIB**

*(Principais Indicadores Económicos, métrica indicada)*

	Dívida Externa Pública % of GDP (a)	Crescimento Real do PIB (b)	Investimento % do PIB (b)	Poupança Nacional % do PIB (b)	Conta Corrente % do PIB (b)	Prémio de Crescimento (c)	Prémio de Investimento (d)
<b>Angola</b>	<b>16.8</b>	<b>5.0</b>	<b>12.6</b>	<b>21.2</b>	<b>9.0</b>		
Congo, RD.	25.2	7.1	23.8	13.1	-10.7	SIM	SIM
Costa do Marfim	40.7	2.5	10.3	14.8	4.5		
Etiópia	26.2	7.5	26.1	22.0	-3.1	SIM	SIM
Gana	18.9	9.8	20.2	10.1	-10.2	SIM	SIM
Moçambique	28.3	7.3	34.1	11.0	-23.1	SIM	SIM
Níger	18.3	8.0	43.4	22.7	-20.7	SIM	SIM
Nigéria	2.4	7.2	23.5	28.9	5.4	NÃO	NÃO
Ruanda	15.2	7.7	22.2	14.2	-8.0	NÃO	NÃO
Serra Leoa	33.0	10.4	26.4	-4.7	-31.0	SIM	SIM
África do Sul	11.4	3.0	19.4	15.5	-4.2		SIM
Uganda	17.6	4.9	23.8	13.0	-10.9	SIM	SIM
Zâmbia	7.2	7.3	24.8	26.5	1.7	NÃO	SIM
<b>Média da SSA Seleccionada</b>	<b>20.1</b>	<b>6.7</b>	<b>23.9</b>	<b>16.0</b>	<b>-7.8</b>	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>

Notas: (a) Nível no fim de 2011; (b) Média de 3 anos, 2010-2012.

(c) Nos países com uma média mais alta do que Angola de crescimento real do PIB, será que o rácio entre a dívida externa pública e o PIB é mais elevado?

(d) Nos países com uma taxa média de investimento mais alta do que Angola, será que o rácio entre a dívida externa pública e o PIB é mais elevado?

Fontes: Indicadores do Desenvolvimento Mundial (WDI) do Banco Mundial; Panorama Económico Mundial do FMI, de Abril de 2012 e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Angola está em excelente posição para aumentar os gastos de investimento sem expor a economia a um risco excessivo; contudo, o impacto final de um programa de investimento público alargado irá depender da qualidade dos sistemas PIM do governo. A criação da necessária capacidade administrativa e institucional para incrementar eficazmente as despesas de investimento irá ajudar a assegurar que o financiamento seja dirigido para projectos que promovam os objectivos de desenvolvimento do governo, que**

esses projectos sejam executados com eficiência e transparência e que existam mecanismos de monitorização e avaliação para analisar o desempenho e que se incorporem as lições aprendidas no desenho de projectos subsequentes.

**A experiência internacional<sup>8</sup> sublinha várias características fundamentais de um sistema PIM em bom funcionamento. No seu conjunto, compreendem o enquadramento institucional fundamental necessário para maximizar os retornos do investimento público e assegurar a eficácia e transparência essenciais do PIM:**

- **Directrizes para o Investimento e Triagem Preliminar:** É importante que haja uma orientação estratégica para o investimento público de molde a ancorar as decisões governamentais e orientar os decisores a nível sectorial. Esta orientação pode derivar de um plano nacional de desenvolvimento ou de um documento estratégico de médio ou longo prazo, que estabeleça prioridades claras de políticas para toda a economia. Uma primeira triagem de todas as propostas de projectos serve para assegurar a sua conformidade com estes objectivos estratégicos e o cumprimento dos testes de classificação orçamental para inclusão como um projecto, e não como uma rubrica recorrente da despesa
- **Avaliação Formal do Projecto:** Os projectos ou programas que passem a triagem inicial devem ser submetidos a um escrutínio mais rigoroso sobre a eficácia de custo. O processo de selecção do projecto tem de garantir que os projectos propostos para financiamento foram avaliados com base no seu valor social e económico. A qualidade da avaliação *ex-ante* do projecto depende da qualidade da sua análise, a qual, por seu turno, depende da capacidade dos funcionários e das suas competências em termos de avaliação de projectos. Consequentemente, investir na formação em avaliação de projectos é um aspecto importante de um sistema PIM eficaz.
- **Revisão Independente da Avaliação:** Nos casos em que são os departamentos e ministérios (em vez de uma unidade central) a realizarem a avaliação, pode ser necessária uma revisão independente dos pares com vista a verificar a existência de alguma parcialidade subjectiva ou oportunista na avaliação. É crucial exterminar os projectos maus antes que estes ganhem adeptos já que, até os piores projectos têm os seus beneficiários e promotores.
- **Seleção de Projectos e Orçamentação:** O processo de avaliar e seleccionar projectos de investimento público deveria estar associado com o ciclo orçamental. O quadro fiscal e o orçamento anual têm de definir envelopes para o investimento público com vista a assegurar a sustentabilidade do financiamento do projecto. O investimento eficiente também depende de o orçamento recorrente estar ajustado no sentido de reflectir o impacto fiscal dos projectos de investimento.
- **Execução do Projecto:** O desenho do projecto deverá incluir acordos organizacionais claros e um calendário realista que permitam assegurar a existência de capacidade institucional adequada para a execução do projecto.
- **Ajustamento do Projecto:** O processo de revisão do financiamento deverá ter alguma flexibilidade no perfil de desembolsos por forma a levar em conta quaisquer alterações nas circunstâncias do projecto. Cada pedido de financiamento deverá ser acompanhado de uma análise de custo-benefício actualizada e de uma nota aos patrocinadores do projecto recordando-lhes a sua responsabilidade nos resultados do projecto. Estes mecanismos de financiamento podem reforçar o processo de monitorização, tornando-o um exercício activo e não passivo. Os governos precisam de criar capacidade para monitorizar a execução em tempo útil e para endereçar problemas proactivamente, à medida que são identificados.
- **Funcionamento do Mecanismo:** Terão de ser mantidos registos dos activos que deverão incluir valores dos activos e direitos de propriedade claramente definidos. Idealmente, os governos deveriam exigir às suas agências executoras que preparem folhas de balanço onde possa ser registado o valor dos activos criados através de novas despesas de capital fixo
- **Avaliação Ex-Post do Projecto:** A avaliação dos projectos concluídos deverá centrar-se na comparação dos resultados do projecto com os seus objectivos originais. Os princípios de boa prática sugerem que os critérios de avaliação do projecto sejam incluídos no seu desenho e que as lições aprendidas com as avaliações *ex-post* passem a informar melhorias em todo o processo PIM.

**No sentido de se assegurar que o incremento do investimento público produzirá retornos máximos na produtividade e crescimento, é fundamental melhorar os sistemas PIM.** Em Angola, a melhoria do PIM irá exigir que o governo se centre na criação de capacidade própria para conduzir concursos de projectos tecnicamente sólidos e politicamente independentes, processos de avaliação e selecção baseados em princípios gerais de boa prática descritos acima. É crucial que exista transparência e responsabilização nos sistemas PIM para assegurar que os recursos são direccionados para o uso mais rentável e que a expansão do investimento público produza o impacto máximo no crescimento económico.

<sup>8</sup> A lista das características essenciais do PIM foi adaptada de Rajaram et al. (2008) via Ley (2010). Consultar também: Harberger (2005) and Petrie (2009).



**As autoridades promulgaram recentemente reformas importantes, concebidas para melhorar a gestão das finanças públicas.** Na sequência da crise financeira global, o governo adoptou algumas medidas essenciais para aumentar a transparência das receitas petrolíferas e reduzir as operações para-orçamentais (QFO) das empresas públicas.<sup>9</sup> Entre Janeiro e Outubro de 2011, estima-se que as QFO só da Sonangol tenham atingido USD 7 700 milhões, minando seriamente a execução, contabilidade e integridade global da política orçamental. A incorporação destas QFO no orçamento é um passo importante para a consolidação das contas orçamentais. As autoridades também melhoraram a cobrança e reporte das receitas petrolíferas e transferências relacionadas mediante a elaboração de um relatório de fluxo de fundos que deverá contribuir para aumentar a transparência e responsabilização na gestão das receitas petrolíferas e reduzir a incerteza dos fluxos de receitas da Sonangol.

**Reformas adicionais no domínio da gestão das finanças públicas irão ajudar a reduzir a vulnerabilidade do orçamento e a aumentar a eficiência das despesas públicas.** Futuramente, o governo deveria considerar a adopção de um enquadramento orçamental de médio prazo (MTFF). Presentemente, as decisões de política macroeconómica estão limitadas a um horizonte de um ano, o que significa que os programas de despesas nos orçamentos anuais são determinados apenas pelas perspectivas de receitas para o ano seguinte. Apesar de o governo ter adoptado uma abordagem conservadora em matéria de especificação dos preços das exportações de petróleo, nos quais se baseiam as projecções de receitas, este sistema pode, mesmo assim, dar margem a grandes vacilações das despesas, o que pode ser insustentável a longo prazo. Uma abordagem melhor seria a definição de tectos anuais para despesas públicas determinados por previsões de receitas de médio prazo, com base num preço de petróleo de longo prazo. Nesta abordagem, podiam gerar-se excedentes orçamentais consistentes ao longo do tempo para que seja possível acumular reservas financeiras quando as receitas petrolíferas são altas, destinadas a sustentar os compromissos de despesas quando as receitas de petróleo vierem eventualmente a cair. Um MTFF também iria contribuir para reduzir a parcialidade pro-cíclica da política orçamental de Angola e mitigar a vulnerabilidade da economia interna às flutuações nos preços mundiais do petróleo. Um MTFF poderia ainda permitir uma maior coordenação da política macroeconómica entre o Ministério das Finanças, o BNA e o Instituto Nacional de Estatística.

**A recente constituição de um fundo soberano representa um desenvolvimento muito importante em termos da política orçamental e do planeamento de despesas de Angola.** O Fundo Soberano poderá servir de pilar da estabilidade macroeconómica ao resguardar o orçamento anual das entradas de receitas petrolíferas voláteis. O volume inicial do fundo será de USD 5 000 milhões, com os fundos a serem investidos tanto interna e externamente. O governo tem, contudo, ainda de especificar os objectivos principais e a estrutura administrativa do fundo, ou detalhar a sua relação com as instituições macroeconómicas mais importantes e as principais ferramentas de políticas. Os elementos mais importantes de um Fundo Soberano são as regras e acordos de governação que salvaguardam o fundo e gerem os riscos inerentes. A **Caixa 4**, abaixo, descreve mais detalhadamente questões relacionadas com o Fundo Soberano, recorrendo à experiência internacional em matéria de gerir com sucesso as receitas dos recursos naturais.

---

<sup>9</sup> Operações financeiras das empresas públicas com impacto nos saldos orçamentais globais mas que não são inscritas no orçamento.

Um Fundo Soberano (FS) pode ser uma ferramenta de política eficaz para gerir receitas volumosas e voláteis de indústrias extractivas. Os Fundos Soberanos podem amortecer as flutuações dos preços das matérias-primas, estabilizando as despesas públicas e mitigando os impactos fiscal e económico dos choques externos; os FS podem também trazer poupanças a longo prazo, contrabalançando a exaustão de capital natural e promovendo a equidade intergeracional; ou podem servir uma série de objectivos de políticas mais específicos. Desenvolvidos na década de 50 para gerir receitas de indústrias extractivas em países ricos em recursos, como o Kuwait e Kiribati, os FS adquiriram proeminência nos anos 90 depois de a Noruega ter criado um FS que atribuía uma porção das receitas petrolíferas do país ao financiamento das responsabilidades da sua segurança social. Em 2012, os FS de todo o mundo tinham atingido um valor superior a USD 5 200 biliões, 57% dos quais representam receitas das indústrias do petróleo e gás. O **Quadro 5** descreve quatro tipos de Fundos Soberanos, actualmente utilizados tanto nas economias em desenvolvimento como nas avançadas, com vista a apoiar uma variedade de objectivos específicos.

**Quadro 5: Quatro Tipos de Fundos Soberanos**

Objectivo	Tipo de Fundo	País
Suavizar ciclos orçamentais	Fundo de Estabilização	Gana, Irão, México, Rússia, Peru, Trinidad e Tobago, Brasil.
Promover a equidade intergeracional	Fundo Futuro	Austrália, Botswana, Timor-Leste, Kuwait, Estados Unidos (Alaska), Irão.
Investir em capital gerador de receitas para compensar a eventual exaustão de recursos	Fundo de Dotações	Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi), Chile, Rússia.
Satisfazer responsabilidades contingentes de longo prazo, maximizar o retorno dos activos financeiros do estado, etc.	Fundo para Fins Especiais	Noruega, Singapura, China, Chile, Coreia, Nova Zelândia, Malásia

Fonte: Funcionários do Banco Mundial.

Em Outubro de 2012, o Governo de Angola lançou o seu próprio Fundo Soberano, o *Fundo Soberano de Angola (FSDEA)*. As autoridades declararam que o FSDEA—com uma dotação inicial de USD 5 000 milhões a ser complementado com receitas acumuladas da venda de 100 000 barris de petróleo por dia, cerca de USD 3 500 milhões ao ano a preços correntes—será utilizado para poupar e investir as receitas petrolíferas de Angola e estabilizar a economia contra as flutuações dos preços mundiais de petróleo, sugerindo que o FSDEA podia desempenhar uma função dupla, simultaneamente de fundo de dotações e de fundo de estabilização. No entanto, neste momento, o mandato principal do FSDEA ainda não está muito claro e ainda não foi tornada pública uma descrição detalhada dos objectivos do FSDEA nem das regras de funcionamento. Acresce que também ainda é incerta qual será a relação do FSDEA com o Fundo Petrolífero do país, que foi criado em 2011 com uma capitalização inicial de USD 7 000 milhões, sob a administração do BNA e que partilha um conjunto idêntico de objectivos gerais.<sup>10</sup> Futuramente, vai ser essencial que o governo esclareça os mecanismos institucionais do Fundo Soberano e o quadro regulamentar que o rege bem como uma descrição precisa do lugar que ocupa na estratégia geral do estado para gestão das receitas petrolíferas, incluindo a sua relação com o Fundo Petrolífero, seu papel no quadro orçamental de médio prazo e seu potencial impacto no nível de reservas de divisas do BNA.

O FSDEA podia ser utilizado como uma ferramenta de políticas importante para preservar contra a volatilidade dos preços mundiais do petróleo, dissociar as despesas das movimentações dos preços das matérias-primas e promover o desenvolvimento sustentável fora do sector dos recursos. No entanto, um FS vale tanto, quanto o seu desenho operacional e a integridade da respectiva gestão. Será fundamental para a sua eficácia que se determine o modo como os recursos são afectados ao FSDEA, como as reservas são geridas e as circunstâncias e regras segundo as quais o governo pode recorrer ao fundo com o propósito de estabilização ou de outros fins aprovado. O quadro institucional e regulamentar do FSDEA deverá incluir directrizes quanto ao modo de coordenação das operações do fundo com a política monetária e orçamental, maximizando a sua contribuição para a estabilidade macroeconómica, devendo o governo esclarecer como é que o FSDEA vai ser contabilizado nas contas orçamentais e externas. As regras orçamentais podem ajudar a ancorar o processo do orçamento anual, canalizando poupanças para o FS quando os preços das matérias-primas são altos e recorrer a essas reservas em divisas

<sup>10</sup> O fundo vai ser predominantemente capitalizado utilizando as receitas provenientes da venda de 100 000 barris de petróleo por dia (cerca de USD 3 500 milhões ao ano a preços correntes); este será o mesmo montante que o BNA irá gerir ao abrigo do Fundo Petrolífero. Em Março de 2011, o governo anunciou que o objectivo do Fundo Petrolífero era canalizar receitas do petróleo para gastos com infraestruturas, embora a actual situação do fundo continue por esclarecer.

quando os preços das matérias-primas estão em baixa. As regras orçamentais podem também aumentar a transparência do orçamento desde que sejam simples, claras e fáceis de monitorizar. Por último, a experiência internacional sugere que é importante que o governo adira a estas regras, uma vez que os efeitos da reputação de operações do SF consistentes e previsíveis são essenciais para o seu valor enquanto ferramenta de políticas.

**Uma gestão eficaz da composição do Fundo Soberano de Angola exige uma estratégia de investimento prudente que contrabalance a tolerância ao risco com os objectivos do fundo, incluindo os retornos esperados.** Tradicionalmente, os FS têm um horizonte de longo prazo, com uma carteira composta por investimentos em capital social, rendimento fixo e matérias-primas. As autoridades indicaram que o enfoque principal do FSDEA será o investimento em infraestruturas cruciais, embora também tenha declarado que ainda tem de ser definida a estratégia de investimento exacta do FS. Qualquer que seja o curso escolhido, vai ser sempre necessária uma estrutura de governação robusta para assegurar uma gestão sólida do investimento.

**Uma outra decisão da maior importância das autoridades angolanas será determinar a proporção de receitas de recursos que devem ser investidas em esforços de desenvolvimento imediatos e a proporção afectada às poupanças de longo prazo.** Esta decisão vai ter de encontrar um equilíbrio entre as prioridades imediatas de promoção do crescimento, emprego e redução da pobreza através de investimentos em infraestruturas básicas e serviços sociais com a constituição de poupanças suficientes para prover ao futuro da economia após o petróleo. Se o FS vai ser usado para estabilizar as flutuações do ciclo de negócios ou para assegurar a equidade intergeracional proporcionando uma fonte de rendimentos futuros através de dividendos de activos de longo prazo, irá reflectir um compromisso entre investimento e poupanças e entre consumo imediato e consumo futuro.

**A experiência internacional revela que acertar na elaboração destas decisões, dos enquadramentos regulamentares e das estruturas institucionais pode produzir benefícios consideráveis para uma economia rica em recursos certos.** Botswana e Chile são dois exemplos de como um FS bem concebido pode transformar os recursos naturais de uma nação em capital produtivo valioso, facilitando assim o crescimento económico sustentável e evitando muito dos efeitos adversos aos quais estão frequentemente sujeitos os países em desenvolvimento com recursos naturais abundantes. Tanto o Botswana como o Chile registaram taxas de crescimento do PIB elevadas, em média na ordem de 5% ao ano nas últimas duas décadas, bem como taxas de investimento de cerca de 25-30% do PIB e uma inflação baixa e controlável. Através dos respectivos Fundos Soberanos, acumularam reservas em larga escala, durante os booms das matérias-primas em meados da primeira década de 2000, às quais puderam recorrer para financiar políticas orçamentais de contraciclo com vista a mitigar o impacto da crise financeira global que se manifestou mais tarde. No entanto, é importante reconhecer que o sucesso económico destes dois países foi impulsionado em grande parte pela governação sólida e instituições robustas e não é uma consequência imediata da sua riqueza em recursos naturais. A lição para outros países em desenvolvimento ricos em recursos, como Angola, é que a promoção de instituições fiáveis e de uma governação sólida é fundamental para aproveitar as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pela abundância de recursos naturais.

## Balança de Pagamentos: Um Excedente Confortável Mas Vulnerável

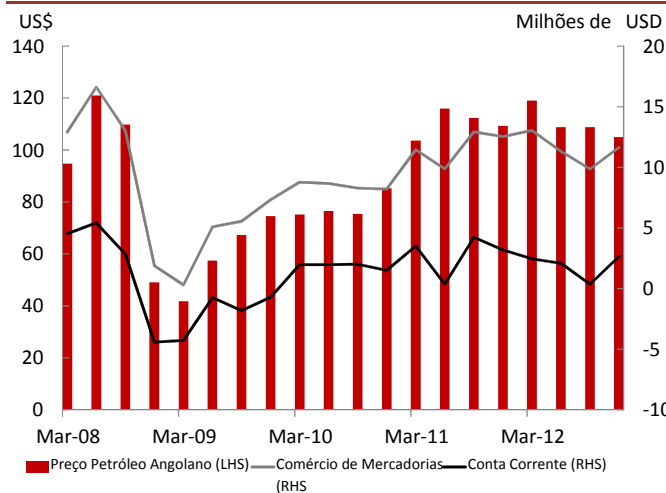
*A recente recuperação do sector petrolífero fez regressar a balança de pagamentos a uma situação excedentária. Após reduções acentuadas na produção e nos preços globais em 2008-09, os volumes crescentes da produção e a recuperação dos preços do petróleo permitiram agora um excedente comercial em níveis superiores aos registados antes da crise. No entanto, apesar do seu estatuto de produtor de crude, Angola depende imensamente das importações de combustíveis transformados, bem como de alimentos importados. Um crescimento expressivo no consumo interno e na actividade de construção aumentaram a procura de importações, reduzindo o excedente da conta corrente. Com a retoma da economia, as entradas de capital líquido em ascensão – incluindo o investimento directo estrangeiro (IDE) nos sectores do petróleo e não petrolíferos – estimularam as reservas internacionais. As reservas estão agora em níveis duas vezes e meia superiores aos verificados durante a crise global, suficientes para cobrir 7,4 meses de importações, muito acima dos seus vizinhos da SSA e dos países exportadores de petróleo de todo o mundo.*

**O actual excedente da conta corrente baixou em 2012 devido ao aumento crescente das importações de bens e serviços de consumo e de investimento relacionados com o sector petrolífero.** Estima-se que a conta corrente de Angola tenha registado um excedente de USD 7 500 milhões em 2012 (6,7% do PIB), um decréscimo do elevadíssimo superávit de USD 11 300 milhões (11,2% do PIB) em 2011. A diminuição do actual excedente da conta corrente explica-se sobretudo pelos desenvolvimentos da balança comercial (Figura 12). Os défices nos serviços e rendimentos também

cresceram, fruto dos aumentos verificados nos fretes e seguro, bem como nos serviços empresariais relacionados com produtos petrolíferos e uma maior repatriação dos lucros do petróleo por parte de subsidiárias locais de empresas-mãe estrangeiras (Figura 13).

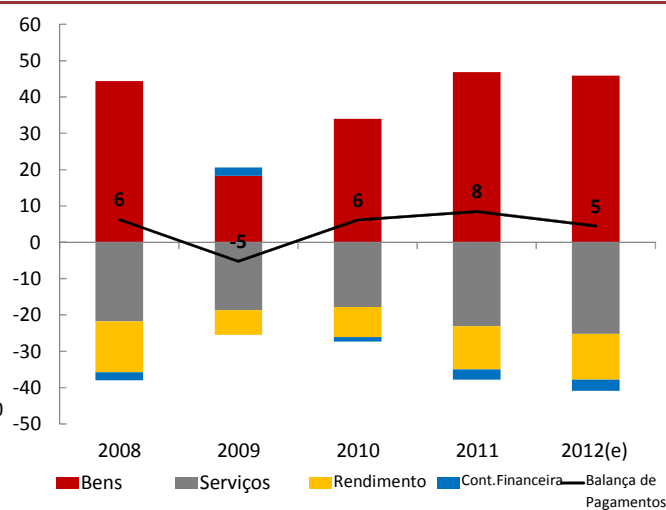
**Figura 12: Os preços do petróleo continuam a ser fulcrais para as contas externas de Angola, com as alterações dos preços a conduzirem a modificações na balança comercial e na conta corrente**

*(Preço do petróleo em USD; comércio de mercadorias e conta corrente em milhões de USD)*



**Figura 13: ...o que por seu turno leva a flutuações na Balança de Pagamentos, enquanto os fluxos da conta financeira são muito inferiores aos fluxos da conta comercial.**

*(Balança de Pagamentos por componente, em mil milhões de USD)*



Fonte: Autoridades angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Os volumes das exportações estão a recuperar à medida que a produção de petróleo continua a aumentar.** Após vários anos de crescimento anémico, estima-se que os volumes das exportações de bens e serviços tenham aumentado em 5,5% em 2012, uma subida relativamente aos 0,3 % em 2011. A forte procura mundial de produtos petrolíferos deu origem à subida dos volumes das exportações tal como aos aumentos na capacidade de produção. Muita desta procura provem de grandes mercados emergentes, como a China e a Índia, com as exportações para a China a representarem 50% do total das exportações de bens de Angola. Em contrapartida, as exportações para os principais parceiros comerciais tradicionais registaram uma contracção.

**As importações aumentaram em linha com os desenvolvimentos no sector do petróleo e crescente actividade do investimento.**

Estima-se que os volumes das importações tenham registado um aumento de 11,2% em 2012, mais que duplicando a sua taxa de crescimento de 4,7% em 2011. Este aumento das importações deve-se à expansão das importações de capital fixo relacionadas com a produção de petróleo e às importações de bens de consumo financiadas pelo rendimento associado com o petróleo. Adicionalmente, mais de um quarto das importações são serviços empresariais relacionados com o sector petrolífero e as importações acompanharam, em grande medida, as flutuações na receita do sector petrolífero. As importações estão igualmente dependentes da robustez da procura interna. O recente crescimento do investimento público e do consumo privado também contribuíram para o aumento da procura de importações. Os bens de consumo representaram cerca de metade do

**Quadro 6: A Balança de Pagamentos de Angola continua a ser impulsionada pelos desenvolvimentos do excedente comercial enquanto os fluxos financeiros permanecem relativamente reduzidos**

*(Balança de pagamentos, mil milhões de USD)*

	2009	2010	2011	2012(e)
<b>Balança de Pagamentos</b>	<b>-5.2</b>	<b>6.2</b>	<b>8.5</b>	<b>4.5</b>
<b>Conta Corrente</b>	-7.6	7.5	11.3	7.5
<i>Balança Comercial</i>	18.3	33.9	46.8	45.9
<i>Sem o Petróleo</i>	35.1	45.5	61.1	62.7
<i>Balança de Serviços</i>	-18.6	-17.9	-23.1	-25.2
<i>Balança de Rendimentos</i>	-6.8	-8.2	-11.9	-12.7
<i>Balança de Transferências</i>	-0.4	-0.4	-0.5	-0.5
<b>Balança de Capital</b>	<b>2.3</b>	<b>-1.3</b>	<b>-2.8</b>	<b>-3.0</b>
<b>E Financeira</b>				
<b>Reservas em Divisas</b>	<b>11.3</b>	<b>17.4</b>	<b>26.0</b>	<b>30.6</b>

Nota: (e) = estimativa.

Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas dos funcionários do Banco Mundial

crescimento das importações de bens em 2012.

**As reservas em divisas tiveram um aumento de USD 4 500 milhões em 2012, situando-se em USD 30 600 milhões.** Na sequência de uma queda abrupta das reservas de USD 11 300 milhões (equivalente a 3,2 meses de importações) em 2009, o excedente da conta corrente contribuiu para uma robusta recuperação das reservas (**Quadro 6**), que são agora suficientes para cobrir 7,4 meses de importações, a terceira cobertura de importações mais alta da SSA, a seguir à África do Sul e Nigéria e significativamente mais alta do que a média dos países exportadores de petróleo (5,2 meses).<sup>11</sup>

**O saldo orçamental de Angola está fortemente correlacionado com a balança da conta corrente.**<sup>12</sup> Com as receitas do petróleo a representarem mais de 80% de todas as receitas públicas, as flutuações da conta corrente são impulsionadas por variações nas poupanças internas. Isto é particularmente verdade em 2008-2009, quando a taxa de poupança de Angola caiu de cerca de 27% do PIB para apenas 6%. As poupanças recuperaram desde então mas, com um valor de 20% do PIB, estão abaixo do nível anterior à crise. No entanto, a recuperação nas poupanças globais foi principalmente devida a um aumento nas poupanças públicas, com o regresso a um excedente orçamental, o que realça ainda mais a natureza altamente pró-cíclica do orçamento nacional.

## Política Monetária e Cambial: Um Enfoque na Estabilização e Resiliência

*Reformas institucionais recentes melhoraram o enquadramento da política monetária de Angola e espera-se que aumentem a monitorização e a preparação para situações de crise do sistema financeiro. Contudo, no geral, as condições monetárias continuam pouco controladas e o crescimento do crédito e da liquidez ainda é elevado embora ambos tenham abrandado ligeiramente no fim de 2012. A taxa de câmbio nominal permanece estável, fruto da maior intervenção do Banco Nacional de Angola (BNA), que também tem apoiado a acumulação de reservas, um amortecedor em caso de choques externos. Uma nova Lei Cambial, aprovada em 2012, deverá aumentar a liquidez nos bancos. Prevê-se que o aumento das capacidades regulamentares e de supervisão contribua para assegurar que esta liquidez aumente a intermediação financeira sem conduzir a uma explosão do crédito. Apesar destes desenvolvimentos positivos, a taxa de câmbio efectiva real continua a apreciar-se, reduzindo a competitividade da economia, com potenciais efeitos negativos de longo prazo nos sectores não petrolífero, como a agricultura e indústria transformadora.*

**O Banco Nacional de Angola (BNA) concentrou a sua atenção na estabilização da taxa de câmbio nominal.** Com a tendência descendente da inflação nos últimos anos (embora ainda seja alta), a política monetária focalizou-se na estabilização do Kwanza. Com vista a manter a estabilidade da taxa de câmbio, o BNA aumentou as suas intervenções no mercado cambial. As entradas crescentes de divisas estrangeiras durante 2010-2011, devido à reconquista dos lucros com a exportação de petróleo, resultaram numa pressão aumentada sobre a taxa de câmbio. Em resposta, o BNA aumentou as suas vendas no mercado aberto do Kwanza, elevando as reservas internacionais. O BNA cortou a taxa directora apenas duas vezes, em Janeiro de 2012 e Janeiro de 2013, ambas as vezes em 25 pontos base. O **Quadro 7** enuncia as decisões do Comité de Política Monetária (CPM). O **Caixa 5** resume as recentes alterações na fiscalização da política monetária.

<sup>11</sup> Os países exportadores de petróleo (excluindo a Arábia Saudita) abrangem a Rússia, Iraque, Nigéria, Noruega, Kuwait, Países Baixos, Venezuela, Canadá e EUA. A Arábia Saudita tinha uma cobertura superior a 32 meses de importações em 2011.

<sup>12</sup> O coeficiente de correlação entre o saldo orçamental do Estado (na base de fluxos de caixa) e a balança da conta corrente no período de 2008-2012 é aproximadamente 0.8.

Em Agosto de 2011 foi criado um Comité de Política Monetária (CPM) para supervisionar a política monetária global de Angola. Este Comité, composto por membros do Conselho do BNA, é responsável pelas operações de política monetária, incluindo a tarefa principal de estabelecer a taxa de juro nos empréstimos overnight do mercado monetário nacional (a “taxa BNA”). A criação do CPM foi acompanhada por uma expansão de instrumentos de política monetária. Em particular, o BNA tem agora capacidade para aumentar a gestão da oferta de massa monetária nacional com instrumentos que incluem as exigências de reservas, taxas de câmbio da moeda e uma gama alargada de operações de mercado aberto (incluindo a compra e venda no mercado secundário de Obrigações do Tesouro e Títulos do Banco Central).

O BNA também melhorou a sua capacidade de monitorização financeira e de preparação para situação de crise. Em Maio de 2012, o BNA criou o Comité de Estabilidade Financeira (COMEF) para monitorizar as condições e riscos em permanente evolução do mercado financeiro. O COMEF é um organismo consultivo do Conselho de Direcção do BNA, com a responsabilidade de apoiar a estabilidade do sector financeiro através do desenvolvimento de normas e estratégias destinadas a mitigar os riscos sistémicos, incluindo um quadro de gestão de crises. O COMEF foi encarregado de desenvolver e realizar exercícios de simulação de crise e de elaborar planos de contingência em caso de problemas de liquidez ou de solvabilidade no sector bancário nacional. O COMEF também tem por função desenvolver políticas e procedimentos abrangentes em matéria de prestamista de última instância, assim como aumentar a cooperação com os supervisores estrangeiros, sobretudo no que toca a bancos com importância sistémica em Angola. Sendo uma nova instituição, é muito importante um aumento progressivo da capacidade do COMEF para monitorizar com rigor as condições e riscos do mercado financeiro e executar medidas eficazes de mitigação.

**Quadro 7: A política monetária tem sido conservadora, com o CPM a fazer relativamente poucos ajustamentos (Principais decisões do Comité de Política Monetária, 2011 – 2012)**

Mês	Decisão
<b>Outubro 2011</b>	Estabelecer a taxa de juro directora do BNA em 10,5%. Taxa de juro directora reduzida para 10,25% e cortado o coeficiente de reservas obrigatórias e a taxa de desconto em 500 pontos base cada (de 25% para 20% para ambos). Aprovada a nova Lei Cambial para empresas petrolíferas.
<b>Janeiro 2012</b>	Mantida a taxa BNA em 10,25 %, mas reduzida a taxa de juro da Facilidade de Cedência de Liquidez em 0,5 pontos percentuais, de 12,5% para 12%.
<b>Fevereiro 2012</b>	Mantida a taxa BNA em 10,25% mas reduzida a taxa de juro da Facilidade de Cedência de Liquidez de 12 % para 11,75% e a taxa de juro da Facilidade de Absorção de Liquidez de 2% para 1,5%.
<b>Maio 2012</b>	Reduzida a taxa de juro directora em 25 pontos base, para 10%, o que realça uma taxa de inflação com mínimos históricos.
<b>Janeiro 2013</b>	

Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA).

A prioridade na manutenção de uma taxa de câmbio estável permitiu o crescimento do crédito e da liquidez, embora ambos tenham abrandado recentemente devido à nova Lei Cambial. O crédito à economia cresceu 24% em 2012 e foi sobretudo dirigido para os sectores das indústrias extractivas, construção e indústria transformadora. Globalmente, o aumento do crédito foi impulsionado por uma expansão do crédito em moeda local, que registou um crescimento de 55% em 2012. O aumento da liquidez (M3<sup>13</sup>), que tinha chegado a 20% em termos reais, caiu para um crescimento negativo de 1% em Dezembro de 2012 impulsionado por uma contracção da liquidez real em moeda estrangeira tendo em vista as novas regulamentações sobre câmbio de divisas (ver Caixa 6).

<sup>13</sup> M3 é a medida mais vasta da massa monetária. Compreende moeda, depósitos à ordem, depósitos de poupança, depósitos a prazo e outros depósitos disponíveis mediante cheque e traveler’s checks.

Num esforço para reduzir a dependência da economia angolana dos Dólares dos EUA, em Janeiro de 2012 o governo promulgou a Lei Cambial do Sector Petrolífero (Lei Nº 2/2012). Esta lei está concebida com o objectivo de reduzir progressivamente a dolarização financeira e gerar um enorme aumento de liquidez em Kwanzas, animando o crescimento do crédito em Kwanzas ao sector privado e dinamizando a actual baixa taxa de empréstimos para investimento em Angola. A lei exige que as empresas petrolíferas, incluindo a Sonangol, efectuem pelo menos 80% das suas transacções financeiras relacionadas com a compra de bens e serviços através de contas em Kwanzas, nos bancos nacionais, até ao fim de 2013. A lei também impõe que todas as obrigações tributárias e pagamentos internos (ou seja, mão-de-obra e custos de outros factores produtivos) sejam feitos em Kwanzas.

Desde a aprovação da lei, a relação entre o crédito em moeda estrangeira e o crédito em moeda nacional (ou seja, o rácio de dolarização) diminuiu continuamente, caindo de quase 53% em Abril de 2011 para 46% em Dezembro de 2012. No passado, a enorme percentagem de crédito em moeda estrangeira ampliou a vulnerabilidade da economia às flutuações nos preços do petróleo denominados em dólares e na taxa de câmbio. O crédito em divisas estrangeiras caiu de 34% do PIB não petrolífero em Outubro de 2010 para 30% em Outubro de 2012; o crédito em moeda nacional registou uma forte expansão em 2012, com um crescimento anual médio de 55%.

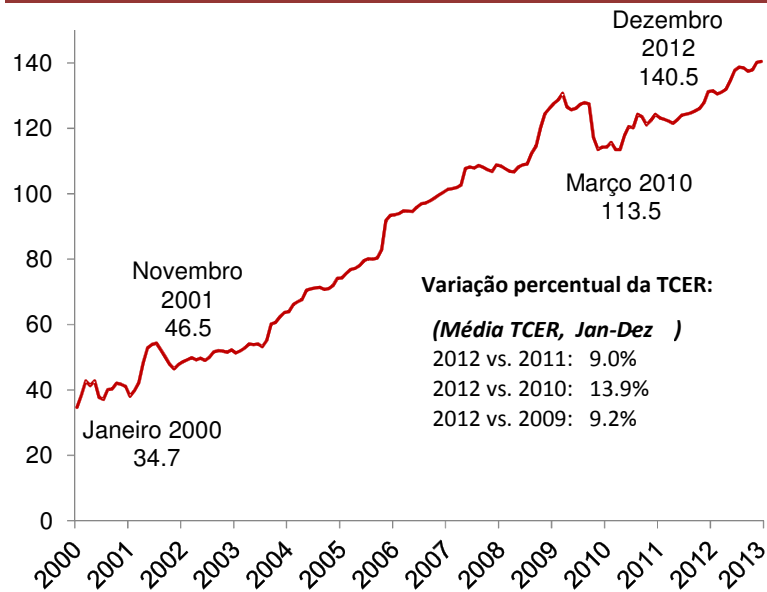
A nova Lei Cambial contém oportunidades e riscos para a economia angolana. Por um lado, o acréscimo de liquidez em Kwanzas pode aumentar o âmbito de intermediação financeira e promover a inovação no sector bancário interno, expandindo tanto o acesso global ao crédito como a gama de produtos financeiros disponibilizados aos mutuários internos. Por outro lado, a lei pode também conduzir a uma assunção de riscos excessiva por parte dos bancos nacionais no caso de a crescente liquidez em Kwanzas criar uma expansão do crédito o que, em última análise, iria debilitar os balanços dos bancos.

Melhorias na capacidade operacional do BNA e na estrutura regulamentar de bancos comerciais podiam ajudar o sector financeiro a absorver a expansão da liquidez da moeda nacional, sem exacerbar as suas vulnerabilidades existentes. Um reforço da fiscalização do sector financeiro e da capacidade de supervisão do BNA, com especial incidência na melhor monitorização de riscos, podia reduzir significativamente os riscos potenciais decorrentes da nova Lei Cambial. (Para mais informações sobre desenvolvimentos recentes no sector financeiro, é favor consultar o Capítulo Especial deste Economic Update.)

**A política do BNA de estabilização da taxa de câmbio nominal contribuiu para a apreciação da taxa de câmbio efectiva real (TCER); a TCER pode agora não estar devidamente alinhada com os parâmetros fundamentais económicos, prejudicando a competitividade das indústrias não petrolíferas.** As volumosas entradas de divisas estrangeiras não foram totalmente esterilizadas pelo BNA, colocando uma pressão ascendente na inflação. Entre 2009 e 2012, a TCER registou uma apreciação de cerca de 23% (Figura 14). Entretanto, a taxa de inflação anual média nos últimos quatro anos, embora baixa pelos padrões históricos, continuava a exceder a inflação média nos países dos principais parceiros comerciais em 7 a 10 pontos percentuais. Isto contribuiu para a apreciação continuada da TCER durante a última década, com uma taxa de apreciação média de aproximadamente 12% ao ano desde 2004. A rápida apreciação da TCER tem consideráveis implicações negativas na economia não petrolífera, deteriorando a competitividade de preço das empresas angolanas.

**Figura 14: A apreciação efectiva real do Kwanza de Angola está a prejudicar a competitividade da economia**

**(Índice da taxa de câmbio efectiva real (TCER), Média Jan-Dez 2010 = 100)**



Nota: A TCER mede a relação entre os preços internos em Angola e os preços externos (ou seja, os preços dos principais parceiros comerciais de Angola). Contabiliza a média ponderada da taxa de inflação (efeito sobre os preços) e a evolução da taxa de câmbio (efeito sobre a moeda). Uma TCER mais alta reflecte uma *apreciação* efectiva real do Kwanza.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial.



### III. PERSPECTIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

#### As Perspectivas Globais Estão A Ganhar Ímpeto?

Angola, como qualquer outra economia em desenvolvimento, vai continuar a enfrentar um ambiente externo desafiador durante 2013-2014. A trajectória do crescimento nos mercados avançados e emergentes deverá melhorar lentamente, embora se preveja que a oferta crescente de matérias-primas essenciais contrabalance o ligeiro aumento da procura, deixando os preços mundiais praticamente inalterados em termos de média anual. No entanto, permanece um clima generalizado de incerteza fruto das preocupações relacionadas com a capacidade dos responsáveis políticos europeus para resolver as questões fiscais e da dívida na zona Euro (realçada pelos recentes acontecimentos em Chipre) enquanto a perspectiva para os EUA continua a estar ensombrada pelo debate em curso sobre limites à dívida soberana. Assim, não se pode excluir a possibilidade de um outro episódio de perturbações nos mercados financeiros e de uma deterioração da actividade económica. Tais acontecimentos podiam ter um impacto significativo na economia de Angola, mais directamente através de uma queda dos preços mundiais do petróleo.

#### Prevê-se que actividade económica dos principais parceiros comerciais de Angola registre uma modesta melhoria.

Estima-se que o crescimento global do PIB aumente para 2,6% em 2013 e para 3,2% em 2012, à medida que a retoma económica nos EUA e na Zona Euro ganha um ligeiro fôlego e o crescimento nas economias emergentes se mantém firme. A actividade económica global começou a recuperar no início de 2013, o que sugere que a flexibilização da política fiscal e monetária nas grandes economias em meados de 2012 estava a começar a estimular a procura. No entanto, o problema da dívida de Chipre em Março de 2013, que fez aumentar a preocupação com a dívida soberana na Zona Euro, a par de um abrandamento na recuperação económica da China e da Índia no primeiro trimestre de 2013 provocou um aumento da instabilidade do mercado financeiro. Globalmente, projecta-se que o crescimento dos principais parceiros comerciais de Angola permaneça grandemente inalterado, em 5,3% em 2013 antes de acelerar para 5,7% em 2014, à medida que a recuperação nos EUA e na Zona Euro se consolida e a China e a Índia reequilibram o crescimento através do consumo interno (Figura 15).

Figura 15: Projecta-se que a actividade económica dos Principais Parceiros Comerciais de Angola registre um crescimento modesto

(Crescimento do PIB real, percentagem)

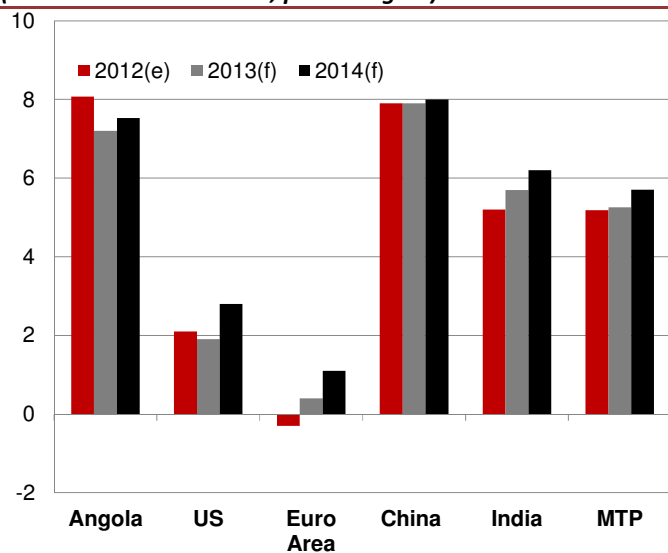
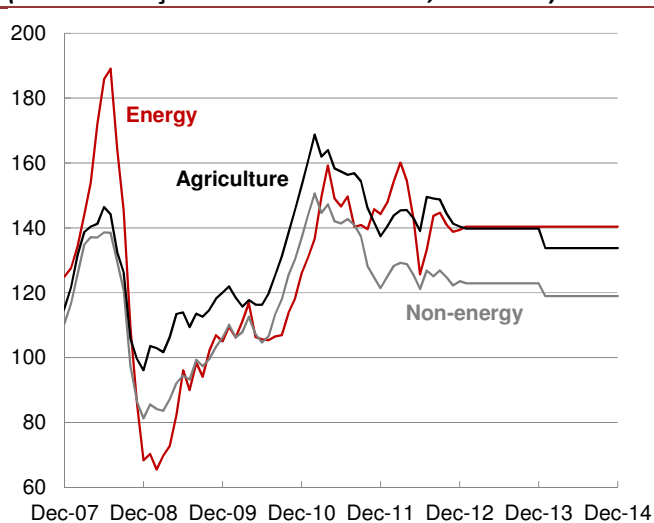


Figura 16: Projecta-se que os preços das matérias-primas sigam o mesmo curso do crescimento global, com preços relativamente estáveis durante 2013-2014

(Índice de Preços das Matérias-Primas, 2007=100)



Notas: O crescimento dos parceiros comerciais é calculado pelos valores das exportações de Angola. O índice da energia inclui petróleo, gás e carvão; não energia abrange os produtos agrícolas, adubos e metais e minerais. (e) = estimativa. (f) = previsão.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos dados do DEC Prospects Group do Banco Mundial.

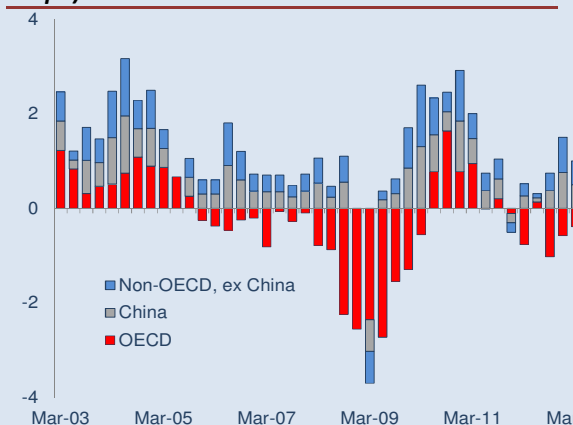
**Os preços mundiais das matérias-primas, incluindo preços do petróleo, deverão permanecer estáveis mas são sempre sensíveis a desenvolvimentos internacionais imprevisíveis de ordem política e económica.** Os preços médios anuais da energia deverão continuar predominantemente estáveis em 2013 e 2014 e substancialmente abaixo dos máximos anteriores à crise registados em meados de 2008. As expectativas relativamente aos preços do petróleo – e sua importância fiscal para Angola – estão reflectidas na assunção do preço do petróleo em USD 95/bbl, aprovada pelo governo como a base para o Orçamento Nacional de 2013. Os preços dos alimentos, por seu turno, deverão continuar acima dos níveis anteriores à crise, embora se espere que os estrangimentos de abastecimentos experimentados durante 2012 (sobretudo devidos à redução da produção nos EUA causada por uma seca prolongada na região Meio Oeste) deverão abrandar em 2013 e os preços dos alimentos deverão sofrer uma ligeira contracção (Figura 16). Os preços da energia continuam susceptíveis a choques nos mercados financeiros globais e são sensíveis ao sentimento dos investidores; as questões mais preocupantes incluem as tensões geopolíticas no Médio Oriente, potenciais choques no lado da oferta devido a sanções da UE e dos EUA ao Irão e a actual incerteza política na Líbia (ver Caixa 7).

**Embora os riscos da economia global tenham abrandado ligeiramente nos últimos meses, eles ainda são uma ameaça.** A instabilidade dos mercados financeiros e a consolidação orçamental nas economias avançadas (especialmente as medidas de austeridade na Zona Euro) serão fontes recorrentes de risco durante o futuro previsível. As tensões na Zona Euro foram agravadas em Março com o pacote de assistência a Chipre e não se pode excluir a perda de acesso aos mercados de capitais pelos países vulneráveis da Zona Euro. Embora a economia de Angola continue relativamente isolada dos efeitos secundários directos do mercado financeiro, um outro choque profundo nos bancos da Zona Euro poderia repercutir-se à economia nacional, através de uma crise do crédito a nível internacional. Acresce que a incapacidade do governo dos EUA para concluir uma política orçamental de longo prazo e a incerteza gerada por um processo político contencioso e imprevisível podia abrandar, ou até mesmo descarrilar, a recuperação global. Adicionalmente, o abrandamento das taxas de crescimento na China e Índia podiam ter implicações negativas no crescimento global em geral, e na procura de petróleo em particular. Mesmo na ausência de uma crise total, é provável que o ambiente externo de Angola se continue a caracterizar por um lento aumento da procura e um clima financeiro instável.

Nos últimos 18 meses, os preços mundiais do petróleo flutuaram dentro de uma faixa bastante estreita, em torno de USD 105/barril (bbl).<sup>14</sup> Estas flutuações foram impulsionadas pela instabilidade geopolítica no Médio Oriente, questões por resolver da dívida europeia e uma alteração das perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento (Figura 17). O aumento dos preços no final de 2012 foi, em grande medida e no que toca à oferta, resultado das preocupações políticas e de segurança no Médio Oriente a que se somou, no lado da procura, um melhor panorama económico global. No entanto, no princípio de 2013, os preços do crude começaram a baixar, mais uma vez, à medida que as condições da oferta global melhoravam. Assim, os preços do crude são hoje praticamente 6% mais baixos do que no princípio do ano (Figura 18).

**Figura 17: A procura mundial de petróleo continua a ser impulsionada pela procura crescente dos mercados emergentes**

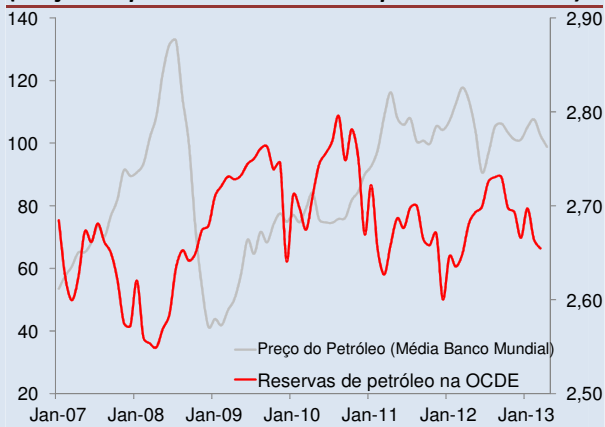
*(Crescimento da procura mundial de petróleo, mbpd)*



Fonte: IEA e DEC Prospects Group do Banco Mundial

**Figura 18: Os inventários de petróleo da OCDE aumentaram durante 2012, estabilizando os preços internacionais do petróleo**

*(Preços do petróleo e reservas de petróleo na OCDE)*



Fonte: IEA e DEC Prospects Group do Banco Mundial

**No lado da oferta, o crescimento da produção de petróleo dos países fora da OPEC deverá continuar a sua tendência ascendente.** Os preços elevados suscitaram a expansão do investimento na exploração do petróleo, incluindo potenciais reservas offshore de águas profundas e de líquidos xistosos, bem como em novas tecnologias extractivas para aumentar a produção dos poços existentes. Esperam-se aumentos significativos de produção no Brasil, região do Mar Cáspio e África Ocidental que, juntamente com os Estados Unidos e Canadá, irão provavelmente mais que compensar a redução da produção em campos mais antigos, como os da região do Mar do Norte.

**A produção dos países da OPEC cresceu em 1.7 mbpd desde o fim de 2010 (não obstante as perturbação na Líbia), com a Arábia Saudita a ser responsável por 1.5 mbpd do aumento líquido.** O aumento da produção na OPEC reduziu, inicialmente, a sua capacidade total de reserva para 3.5 mbpd, mas a capacidade de reserva desde então já regressou aos 4.8 mbpd, em que cerca de quase dois terços é na Arábia Saudita. O governo saudita prometeu manter o mercado mundial bem abastecido mas espera continuar a exportar petróleo a um preço igual ou superior a USD 100/bbl.

**A procura mundial do petróleo aumentou ligeiramente.** A procura mundial subiu menos de 0,8%, ou 0.6 mbpd, em 2012. O Japão foi a única economia da OCDE onde o consumo de petróleo aumentou (em 1 mbpd) o que se deve sobretudo à perda substancial de energia nuclear resultante da destruição do reactor de Fukushima durante o terramoto de Tohoku. O consumo global de petróleo nos países da OCDE caiu 10%, ou quase 5 mbpd, face ao seu pico em 2005. A procura fora da OCDE continuou robusta, com os países não OCDE a serem responsáveis por quase metade do consumo global de petróleo crude e, a partir de 2012, pelo aumento total da procura mundial.

**Projecta-se que os preços nominais do petróleo se situem em média nos USD 103/bbl em 2013 e depois aumentem marginalmente para USD 105/bbl em 2014, à medida que a oferta global se ajusta para acomodar o crescimento moderado da**

<sup>14</sup> Valores baseados nas médias do preço do petróleo do Banco Mundial.

**procura.** Num prazo mais longo, projecta-se que os preços reais do petróleo baixem em consequência do aumento da oferta, quer de petróleo convencional quer sobretudo de petróleo não convencional, bem como de ganhos de eficiência e efeitos de substituição impulsionados por preços nominais altos. As suposições que servem de base a estas projecções reflectem o nível superior dos custos de desenvolvimento de capacidade petrolífera adicional, designadamente das areias petrolíferas do Canadá que, actualmente, está estimada pela indústria em cerca de USD 80/bbl em dólares constantes de 2013. Prevê-se que a OPEC continue a limitar a produção de petróleo com vista a manter os preços globais elevados; contudo, a organização também tem de ter cautela e não deixar os preços subir demasiado para não incentivar mudanças tecnológicas nos mercados de energia que pudessem alterar o preço do petróleo no longo prazo.

**Esta previsão está sujeita tanto a riscos positivos como negativos.** Os riscos negativos incluem um possível enfraquecimento da procura de petróleo se as perspectivas de crescimento se deteriorarem acentuadamente, sobretudo nas economias emergentes que estão a liderar o aumento da procura. No longo prazo, a procura de petróleo pode ser afectada se houver uma aceleração da substituição por outros tipos de energia. No entanto, um choque considerável na oferta de petróleo podia resultar num aumento dos preços em USD 50 ou mais; considerando as actuais tensões geopolíticas sentidas por uma série de grandes produtores de petróleo no Médio Oriente e Norte de África, essa possibilidade não é de excluir. O resultado final de um choque da oferta dependeria de vários factores, incluindo a gravidade e duração do corte na produção, decisões políticas nos países consumidores relativamente ao desbloqueio de reservas petrolíferas estratégicas, alterações na estrutura global da procura e a resposta das nações integrantes da OPEC. Uma área fundamental da incerteza diz respeito à reacção da OPEC, e especialmente da Arábia Saudita, a uma mudança na procura global do petróleo e ao crescimento dos fornecedores fora da OPEC. Nos últimos anos, a OPEC respondeu aos sucessivos declínios de preço com o corte da oferta, mas a organização não teve a mesma vontade de intervir quando os preços aumentaram. Como os fornecedores não OPEC continuam a expandir a produção e, em resposta, a procura se muda em reacção a preços persistentemente elevados, a sustentabilidade desta abordagem pode vir a ser posta em causa.

Fonte: DEC Prospects Group do Banco Mundial.

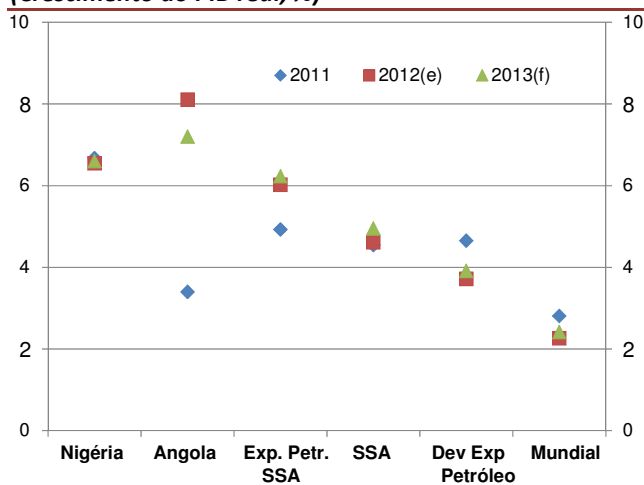
## Perspectivas para Angola: Crescimento Sólido apesar de um Ambiente Global de Incerteza

Prevê-se que a economia de Angola tenha um crescimento de 7,2% em 2013 e em 7,5% em 2014 à custa do dinâmico crescimento da produção petrolífera e de preços de exportação elevados. Os sectores não petrolíferos deverão também ter um crescimento progressivo, em particular a construção, embora muito deste crescimento esteja indirectamente dependente do sector petrolífero. O início planeado da produção de gás natural líquido (GNL) pode acrescentar até 2 pontos percentuais ao PIB de Angola no primeiro ano. Espera-se que as entradas líquidas de capital aumentem adicionalmente as reservas internacionais, apoiadas por um excedente comercial substancial e grandes entradas de IDE. Prevê-se que a inflação continue a sua tendência descendente. O panorama positivo de Angola é, no entanto, ameaçado pela incerteza das condições dos mercados globais, sobretudo em termos do seu impacto potencial nos preços do petróleo. Dada a enorme dependência de bens alimentares importados, a hipótese de preços mundiais mais altos dos alimentos podia trazer sérias consequências para a economia de Angola e, especialmente, para o bem-estar da sua população pobre.

Prevê-se que a economia angolana continue a sua expansão robusta, projectando-se com um forte crescimento tanto no sector do petróleo como nos não petrolíferos. A recente expansão da capacidade de produção de petróleo, combinada com uma perspectiva estável dos preços mundiais das matérias-primas deverá fomentar o crescimento do sector petrolífero durante 2013 e 2014, com importantes efeitos secundários tanto nas despesas públicas como na procura do sector privado. Os sectores não petrolíferos deverão, também, experimentar um crescimento sólido no curto prazo. A produção de GNL poderia servir de um novo motor de crescimento, embora pouco contribua para aliviar a dependência estrutural de Angola das exportações de recursos naturais. Projecta-se que a construção, comércio e agricultura continuem a contribuir para o crescimento do PIB. Projecta-se que a economia de Angola tenha melhor desempenho que muitos dos seus vizinhos na SSA bem como de outras economias exportadoras de petróleo de todo o mundo. (Figura 19).

O começo previsto da produção de GNL em 2013 deverá trazer um impulso considerável à economia. A capacidade projectada de produção de GNL em Angola é de 5,2 milhões de toneladas ao ano, ou 7 200 milhões de metros cúbicos de GNL para exportação; tal seria equivalente a 45 milhões de barris de petróleo ou a um aumento de 6,5% na actual produção de petróleo.<sup>15</sup> Assumindo que a produção atinge a sua capacidade total, o GNL poderia contribuir com 2 pontos percentuais adicionais para o crescimento de Angola no seu primeiro ano.

Figura 19: Projecta-se que Angola tenha um desempenho superior aos das economias congéneres em 2013 (Crescimento do PIB real, %)



Notas: (e) = estimativa (f) = previsão

Fonte: Funcionários do Banco Mundial e DEC Prospects Group do Banco Mundial.

<sup>15</sup> Assume-se que 1 milhão de toneladas de produção de GNL seja equivalente a cerca de 8,7 milhões de barris de petróleo.

O crescimento nos sectores não petrolíferos será impulsionado pelo acréscimo do consumo e por um aumento do investimento público em infraestruturas (Quadro 8). Espera-se que o sector comercial lidere o crescimento da economia não petrolífera, impulsionado pela subida dos rendimentos per capita e pela urbanização em curso. O sector da agricultura continuará a beneficiar da expansão das infraestruturas nas zonas rurais mas projecta-se que o crescimento em 2013 continue abaixo da sua média de 10 anos. A construção deverá continuar a sua tendência de crescimento acentuado, suportada pelos planos do governo de construir projectos de habitação de larga escala e de requalificar estradas, pontes, silos e o sistema ferroviário.

O excedente da conta corrente deverá baixar ligeiramente. Esta situação é consistente com uma leve contracção do excedente comercial, à medida que o crescimento das importações ultrapassa o das exportações, até que as receitas das exportações dinamizem o excedente comercial em 2014, em linha com a projectada aceleração da economia global. Espera-se que as entradas líquidas de fundos contribuam para o crescimento das reservas internacionais, projectando-se que cubram 9,3 meses de importações no fim de 2014 (Quadro 9).

A inflação deverá continuar a sua tendência descendente, embora os preços mundiais em alta dos alimentos e a seca recente em Angola acarretem a possibilidade de riscos inflacionários consideráveis.

Prevê-se que a inflação global chegue aos 8% no fim de 2013 e a 7,5% no final de 2014. A estabilização da taxa de câmbio nominal contribuiu para reduzir as pressões inflacionárias. No entanto, à medida que a economia ganha força, as autoridades vão precisar de ficar vigilantes quanto aos efeitos inflacionários do aumento de rendimento e a potencial repercussão dos preços dos alimentos importados na inflação interna (ver o capítulo de Cenários de Risco, abaixo).

O orçamento do estado de 2013 projecta um défice, pela primeira vez desde 2009. A 14 de Fevereiro o Parlamento angolano aprovou o primeiro défice orçamental desde o pico da crise financeira global. Este défice, previsto em 3,4% do PIB em 2013, resultará de um enorme aumento dos gastos com infraestruturas. Os gastos planeados deverão ter um aumento de 27%, embora a capacidade de execução possa ser insuficiente para se atingir este objectivo. As despesas de capital, que estão principalmente relacionadas com a nova construção e a renovação de infraestruturas, deverão subir 60%. Os salários e contribuições para pensões deverão ter um crescimento de 38%. Prevê-se que as receitas caiam cerca de 4%, apesar do aumento previsto dos preços do petróleo para USD 96/bbl e a expansão prevista de produção de petróleo para 1,9 mbpd. As autoridades prevêm que o défice do orçamento não petrolífero aumente para 46,1% do PIB em 2013. O financiamento externo bruto deverá atingir USD 8 100 milhões, acompanhado de um financiamento interno bruto de USD 3 000 milhões.

**Quadro 8: Prevê-se que o petróleo, construção e comércio liderem o crescimento do PIB e que outros sectores também contribuam**

*(Crescimento real, %)*

	2010	2011	2012(e)	2013(f)	2014(f)
Agricultura	5.4	9.1	7.3	9.0	6.8
Ind. Transformadora	10.7	13.0	1.3	8.0	8.0
Electricidade	10.9	3.5	8.3	8.0	8.0
Construção	16.1	12.0	21.8	11.0	9.1
Comércio	8.9	9.5	9.3	6.8	6.0
Serviços	4.7	9.5	7.5	5.4	4.8
<b>PIB Petrolífero</b>	<b>-3.0</b>	<b>-5.6</b>	<b>5.2</b>	<b>6.0</b>	<b>9.2</b>
<b>PIB Não Petrolífero</b>	<b>7.6</b>	<b>8.9</b>	<b>9.5</b>	<b>7.8</b>	<b>6.7</b>
<b>PIB</b>	<b>3.4</b>	<b>3.4</b>	<b>8.1</b>	<b>7.2</b>	<b>7.5</b>

Notas: (e) = estimativa; (f) = previsão.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Quadro 9: Previsão de indicadores económicos fundamentais da Angola**

*(Indicadores seleccionados, conforme indicado)*

	2011	2012(e)	2013(f)	2014(f)
<b>Crescimento percentual</b>				
PIB	3.4	8.1	7.2	7.5
Preços no Consumidor*	11.4	9.0	8.0	7.5
<b>Percentagem do PIB, salvo indicado em contrário</b>				
Saldo Orçamental Global	10.5	8.6	4.5	4.6
Saldo da Conta Corrente	11.2	6.7	5.1	5.0
Taxa de Câmbio Nominal**	94.1	95.6	98.5	103.5
Reservas em Divisas*	25.8	27.1	29.6	32.3

Nota: (e) = estimativa; (f) = previsão; \* = fim de período; \*\* = Kwanza/USD.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

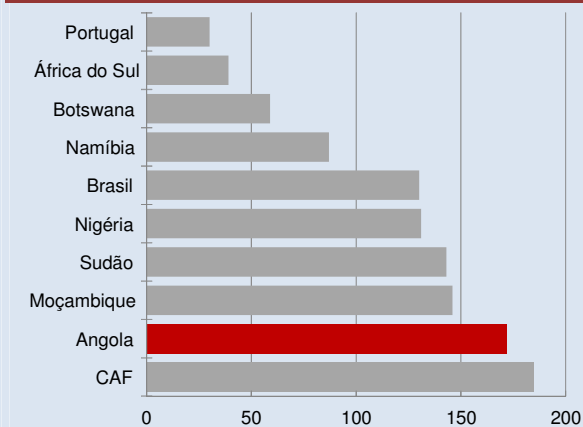
Um objectivo principal da estratégia *Visão para Angola 2025* é o fomento da criação de emprego pela diversificação da economia. A consecução desta meta irá depender, em grande medida, do sucesso dos esforços destinados a promover o desenvolvimento do sector privado e a assegurar que as empresas, que operam em Angola, gozem de um clima de negócios favorável. A experiência internacional sugere que as empresas privadas, em particular as pequenas e médias empresas (PME) são os principais motores da criação de emprego, da inovação e da competição. Para que o sector privado possa prosperar, será preciso que o ambiente regulador estimule o investimento nas PME e facilite o seu crescimento.

Existem oportunidades consideráveis para aumentar o investimento privado em Angola, tanto no sector dos recursos como nos outros, o que se poderia conseguir com a eliminação das principais barreiras ao investimento. A partir de 2002, as autoridades angolanas envidaram esforços significativos no sentido de reconstruir a infraestrutura do país e promover um desenvolvimento robusto do sector privado. Enquanto estes esforços melhoraram o clima de negócios do país, existe uma estrutura reguladora ineficiente que continua a impor custos administrativos e de transacção excessivos, abrandando o crescimento das empresas angolanas e diminuindo a sua competitividade.

O relatório do Grupo Banco Mundial de 2013 intitulado *Doing Business (DB)* analisa a regulamentação dos negócios em 185 economias, centrando-se em dez dimensões do clima de negócios ([www.doingbusiness.org](http://www.doingbusiness.org)). O relatório DB inclui uma classificação ordinal sobre a facilidade geral de fazer negócios, bem como classificações individuais de cada dimensão de realização de negócios. Enquanto o relatório não reflecte todos os aspectos do clima de negócio que interessam – por exemplo, não contempla a segurança pública, estabilidade macroeconómica, qualidade das infraestruturas ou corrupção oficial – as classificações fornecem um guia útil quanto aos países que são relativamente amigos das empresas e quais apresentam um clima de negócios mais problemático. As classificações podem também revelar estrangulamentos regulamentares importantes, tais como o número de dias necessários para se começar uma empresa, os procedimentos exigidos para registar a propriedade e obter licenças e os custos associados com o pagamento de impostos ou com uma ligação à electricidade

Angola ocupa o 172º lugar entre as 185 economias no relatório DB 2013, o que faz crer que o ambiente de negócios é um dos menos favoráveis do mundo (Figura 20). Comparativamente à média da SSA, Angola tem um desempenho algo melhor em termos de obtenção de electricidade e de protecção dos investidores e o governo pôs recentemente em prática regulamentações favoráveis aos negócios em áreas fundamentais, incluindo a criação de empresa e o registo de propriedades. No entanto, em muitas outras áreas tais como a aplicação de contratos, comércio além-fronteiras, obtenção de crédito, pagamento de impostos e resolução das situações de insolvência, a carga regulamentar permanece relativamente pesada, desencorajando o investimento e abrandando o crescimento das empresas (Quadro 10).

Figura 20: Angola continua a ser uma das economias com uma classificação mais baixa no inquérito de *Doing Business* (Classificações *Doing Business* 2013)



Notas: SSA = África Subsariana

Fonte: *Doing Business* 2013.

Quadro 10: O clima de negócios melhorou em vários indicadores mas Angola está atrás das médias da SSA (Indicadores selecionados, dias necessários, salvo indicação contrária)

Tempo Necessário para Concluir as Actividades Seguintes	Tempo Necessário (Dias)		
	Angola	SSA	OCDE
Registar uma empresa	68	34	12
Fazer um armazém	348	196	143
Obter uma ligação à electricidade	55	133	98
Registar uma propriedade	184	65	26
Pagar impostos (horas por ano)	282	319	176
Tempo para exportar	48	31	10
Tempo para importar	45	37	10
Resolver um litígio contratual	1011	649	510
Encerrar um negócio (anos)	6.2	3.4	1.7

A obtenção de autorizações e licenças oficiais necessárias para funcionar em Angola é simultaneamente cara e morosa. Demora 68 dias para começar um negócio em Angola, o dobro da média da SSA de 34 dias. Em 2011, Angola criou o Balcão Único do Empreendedor (BUE), um esforço destinado a simplificar e acelerar o tempo de registo de uma empresa. No entanto, o processo permanece lento e o governo está presentemente a reorganizar o BUE para aumentar a sua eficiência. As licenças de

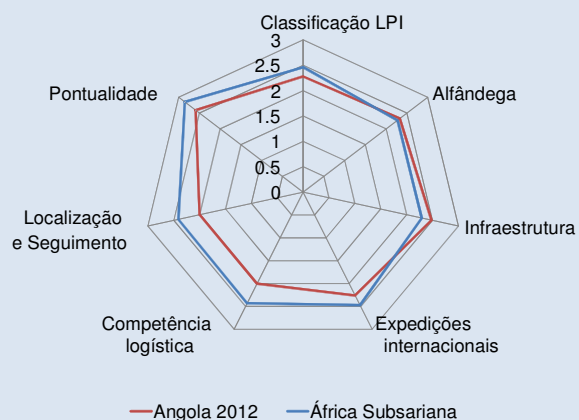
construção são ainda mais difíceis de obter; leva 348 dias e custa 154% do rendimento anual per capita de Angola para concluir os 12 procedimentos necessários para construir um armazém – quase mais um ano e várias centenas de dólares do que nos outros países da SSA. E é extraordinariamente difícil executar um contrato, a área mais fraca da regulamentação dos negócios em Angola: demora 1 011 dias a resolver um litígio contratual e o seu custo médio é igual a 44% do valor da acção. Estas regulamentações visam proteger o público mas a sua administração morosa, cara e ineficiente levanta entraves excessivos aos negócios, prejudicando a eficiência da economia como um todo.

**Mas o relatório DB também revela melhorias importantes em cinco dos dez indicadores.** A partir de 2005, Angola fez progressos significativos na reforma dos processos administrativos relativos ao início de um negócio e ao registo de propriedade. O custo de transferência de propriedade foi reduzido de 11,5% do valor da propriedade em 2005, para 3,3% em 2011. No ano passado, Angola racionalizou drasticamente o processo de aprovação para os clientes que se candidatam a uma ligação à electricidade, reduzindo o tempo necessário para aprovação de 133 para 55 dias e reduzindo os custos associados de 4 737% do rendimento per capita para 755%, o que melhorou a sua classificação em termos de acesso à electricidade em 32 posições face ao ano anterior. Estas reformas deverão aumentar significativamente a taxa de electrificação de Angola e estimular o crescimento do sector privado.

**As conclusões do relatório DB são confirmadas por outros indicadores do clima de negócios.** O Relatório sobre a Competitividade Global 2010-2011 do Fórum Económico Mundial descreve os três factores mais problemáticos para a realização de negócios em Angola. São a burocracia governamental ineficiente, uma mão-de-obra pouco instruída e uma oferta insuficiente de infraestruturas. Acresce que o Índice de Desempenho Logístico 2012 do Banco Mundial ([www.worldbank.org/lpi](http://www.worldbank.org/lpi)), que mede a eficiência e a qualidade da infraestrutura de transportes e comércio de um país, também realçou áreas-chave onde Angola está atrasada em relação a países comparáveis (Error! Reference source not found.).

**São essenciais reformas favoráveis aos negócios para que as empresas possam competir mais eficazmente na economia global, especialmente quando outros países estão a melhorar continuamente os seus climas de negócio.** Além do mais, dentro de Angola, parece que existem diferenças regionais consideráveis em termos de eficiência administrativa e custos regulamentares. Explorar um negócio nas províncias pode ser mais difícil do que em Luanda. Um relatório subnacional *Doing Business* poderia medir a facilidade relativa de realização de negócios nas várias regiões e fornecer recomendações para melhorar o ambiente regulador a nível local; o Grupo Banco Mundial fornece análises subnacionais de vários dos países incluídos no relatório DB mas, no momento, não existe nenhum para Angola.

**Figura 21: O Desempenho Logístico de Angola continua a estar abaixo da média da SSA (Índice LPI, classificação 0-5)**



Notas: O LPI mede as facilidades logísticas oferecidas pelos países. Baseia-se num inquérito mundial sobre os operadores no terreno, tais como transitários e transportes expressos.

Fonte: Banco Mundial



## Cenários de Risco: Sensibilidade de Angola a Choques Globais

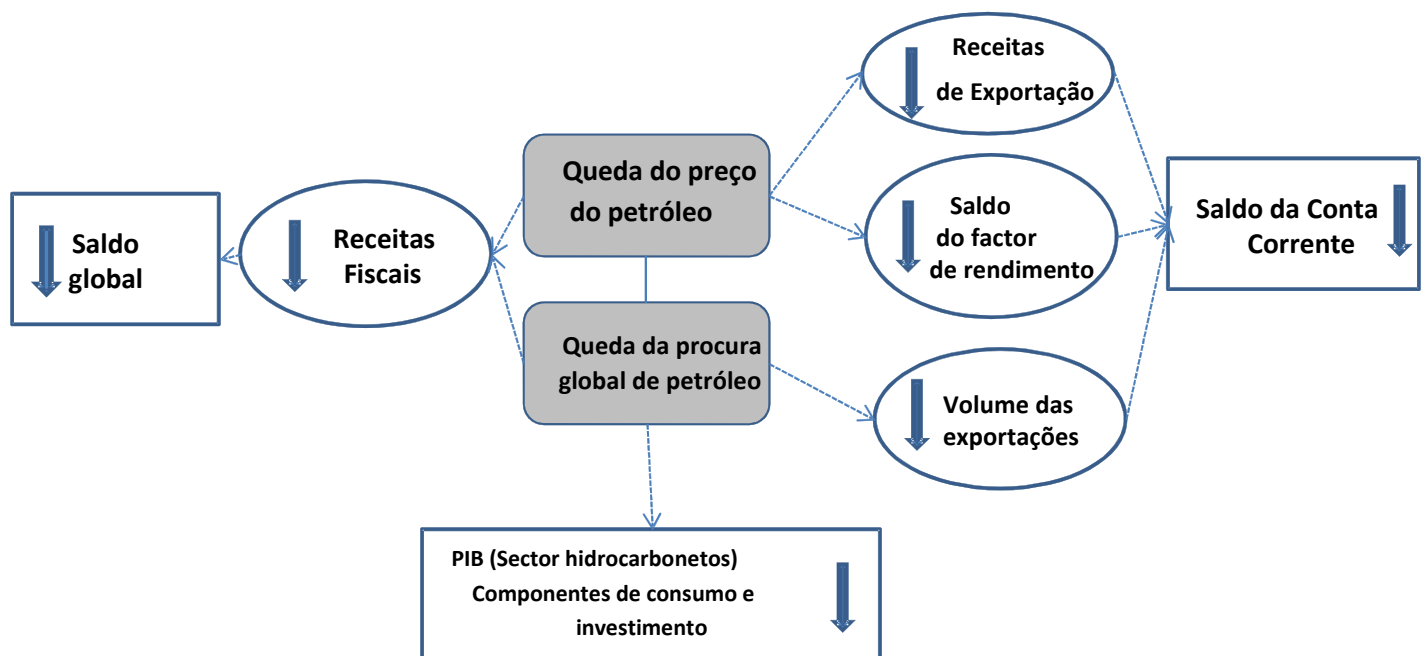
A incerteza continuada da economia global continua a ser o risco maior para o crescimento projectado de Angola. A dependência do país das exportações de petróleo deixa a sua economia altamente sensível às tendências económicas globais e as alterações dos preços do petróleo têm um impacto imediato e profundo nas contas externas e orçamentais. A experiência de Angola com a crise financeira mundial em 2008-2009 demonstrou os extensos efeitos secundários dos choques do preço do petróleo na economia nacional, incluindo efeitos pró-cíclicos transmitidos através do orçamento. Face à grande dependência de Angola da importação de alimentos, os preços globais dos bens alimentares também representam um risco considerável para a economia. Os choques dos preços alimentares têm um impacto potencialmente devastador na população pobre e a sensibilidade aos choques externos vem exacerbar a insegurança alimentar pré-existente decorrente da sua baixa produtividade agrícola e da sensibilidade a condições climáticas imprevisíveis. A análise de simulação revela que um outro choque petrolífero idêntico ao sofrido em 2008-2009 iria reduzir drasticamente o crescimento do PIB, transformando o excedente orçamental e externo em défices. Entretanto, um choque internacional significativo nos preços dos alimentos seria repercutido directamente nos preços internos, com um impacto francamente negativo no nível de vida dos pobres.

Para se compreender os riscos que os choques dos mercados internacionais de matérias-primas representam para a economia angolana, é preciso identificar os canais de transmissão específicos envolvidos e quantificar os seus impactos potenciais. Nesta secção, vamos considerar dois cenários. Cada cenário aplica um choque a um mercado de matérias-primas isoladamente, descreve os canais de transmissão através dos quais os efeitos do choque passam para a economia angolana e estima os seus impactos potenciais.

### Cenário 1: Um Choque Negativo na Procura Global de Petróleo e nos Preços de Exportação

Um choque dos preços do petróleo seria transmitido para a economia interna sobretudo através de menores receitas tributárias e das exportações o que iria então produzir efeitos indirectos no investimento e consumo (Figura 22). Uma queda nas receitas de exportação iria afectar os lucros e rendimentos, baixando assim o investimento privado e o consumo.

Figura 22: Um choque dos preços do petróleo teria um impacto negativo nas receitas de exportação e nas receitas dos impostos (Mecanismos de transmissão de um choque do petróleo)



Fonte: Funcionários do Banco Mundial

A análise de simulação mostra que uma queda de 45% no preço do petróleo (relativamente ao cenário base), que durasse dois anos, iria reduzir o crescimento do PIB em mais de 8 pontos percentuais no primeiro ano do choque e em mais de 3 pontos percentuais no segundo ano. Neste cenário, assume-se que a produção de petróleo de Angola regista uma queda em consequência do abrandamento da procura global, caindo 17% de uma média de quase 1,8 mbpd em 2012 para um valor médio de 1,5 mbpd em 2013. Idêntico ao choque dos preços, que ocorreu durante a crise financeira global de 2008-2009, este cenário assume que o preço internacional do petróleo cairia de uma média de USD 110 por barril em 2012 para uma média de USD 60 por barril em 2013, o que iria produzir uma profunda deterioração dos termos de troca de Angola.<sup>16</sup> Assume-se que este choque dos preços durará dois anos. Neste cenário, assume-se que as autoridades reagem ao declínio das receitas tributárias com o corte das despesas de capital mas sem incorrerem em atrasados (Quadro 11).

**Quadro 11: Um choque do preço do petróleo iria reduzir o crescimento do PIB, transformando em défices os excedentes gémeos da conta corrente e do orçamento**

*(Cenário base comparado com um choque do petróleo)*

	Base			Choque do Petróleo	
	2012	2013	2014	2013	2014
Produção de petróleo (mbpd)	1.8	1.9	2.1	1.5	1.5
Preço do Petróleo (USD/barril)	110	105	105	60	60
	<i>Varição Anual em Percentagem</i>				
PIB	8.1	7.2	7.5	-1.1	4.1
Receitas Exportação	4.0	-1.5	6.0	-52.9	-2.5
Termos de Troca	-5.9	-6.5	-2.1	-23.4	-20.3
	<i>Percentagem do PIB</i>				
Saldo da Conta Corrente	6.7	5.1	5.0	-8.6	-10.6
Saldo Orçamental Global	8.6	4.5	4.6	-21.4	-23.6

Nota: os números de 2012 são estimativas; os de 2013 e 2014 são projecções.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial

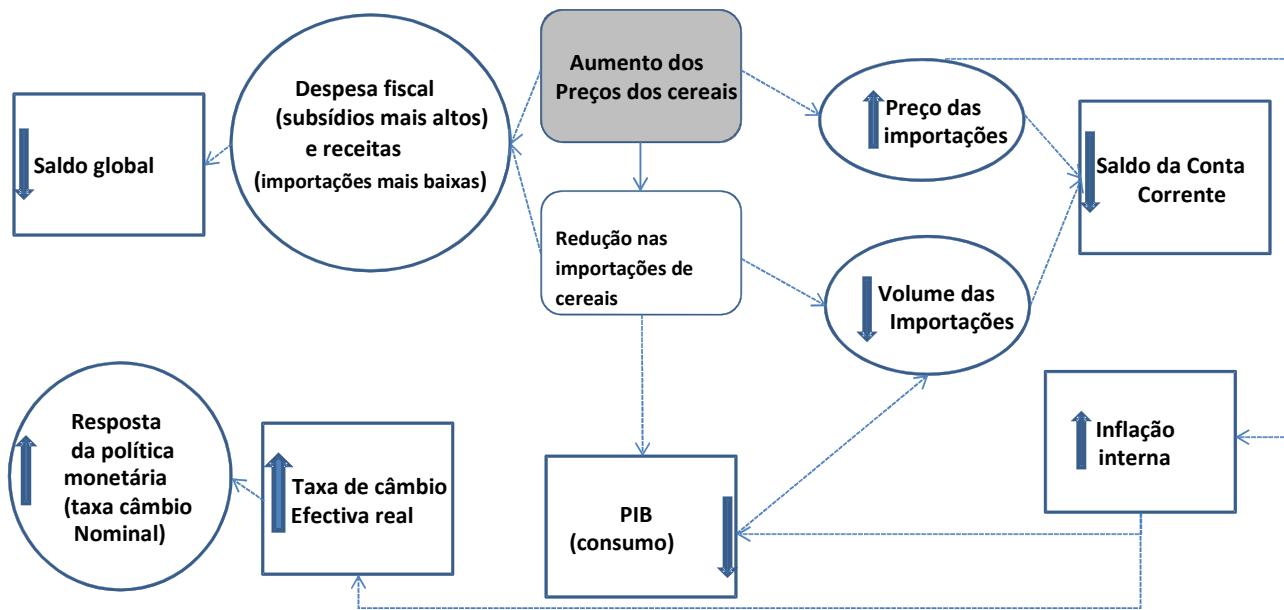
A acentuada deterioração das receitas de exportação iria produzir um impacto significativo na conta corrente e os excedentes gémeos da conta corrente e do orçamento passariam a défices. Muito embora este cenário assuma que o impacto na conta corrente seria parcialmente compensado por uma redução na repatriação de lucros pelas empresas estrangeiras através da balança de rendimentos, a posição externa verificaria ainda uma deterioração. Especificamente, o saldo da conta corrente teria uma queda de 15 pontos percentuais, de um superavit de 6,7% em 2012 para um défice de 21,4% em 2013. A queda das exportações iria afectar ainda as receitas tributárias e projecta-se que o saldo orçamental global sofra uma deterioração de um excedente de 8,6% do PIB em 2012 para um défice de mais de 8% do PIB durante o primeiro ano do choque (ou seja, em 2013). Manter-se-iam os défices da conta corrente e orçamental durante o segundo ano do choque (2014) com os valores das exportações em baixa e o investimento adiado das empresas estrangeiras.

## **Cenário 2: Um Aumento de 30% nos Preços dos Alimentos Importados**

Um aumento de 30% nos preços dos alimentos importados (relativamente ao valor de base) duplicaria a taxa de inflação; reduziria o crescimento do PIB em 1,1 pontos percentuais no primeiro ano do choque e em 0,6 pontos percentuais adicionais no segundo ano. O impacto do choque, que se assume dure dois anos, seria transmitido à economia angolana primeiro através de uma inflação mais alta, que está projectada subir para 18% durante o primeiro ano do choque, reduzindo assim o poder de compra dos agregados familiares, sobretudo dos mais pobres (Figura 23).

<sup>16</sup> Durante a crise financeira de 2008-2009, a produção de petróleo de Angola teve uma queda de 5% (de 1,9 para 1,8 mbpd) e o preço do petróleo caiu 35% (de USD 94 para USD 61 por barril). A conta corrente teve uma deterioração de quase 20 pontos percentuais; o PIB baixou 11 pontos percentuais e o saldo orçamental perdeu 3 pontos percentuais. O governo também acumulou atrasados equivalentes a cerca de 9% do PIB entre 2008 e 2009.

**Figura 23: Um choque dos preços dos alimentos iria afectar negativamente a inflação e o consumo**  
**(Mecanismos de transmissão de um choque dos preços dos bens alimentares)**



Fonte: Funcionários do Banco Mundial.

**Com o aumento dos preços assistir-se-ia a uma contracção do consumo privado.** Ocorreria através de três canais. Primeiro, o aumento dos preços dos alimentos importados iria reduzir a procura de bens alimentares importados. Segundo, o menor poder de compra das famílias resultaria num menor consumo das importações de bens não alimentares.<sup>17</sup> Terceiro, este cenário assume que as autoridades angolanas iriam contrabalançar os efeitos da inflação crescente com a depreciação da taxa de câmbio o que, por seu turno, iria reduzir o volume das importações. Espera-se que o declínio das importações de bens afecte desproporcionadamente os pobres já que a componente dos alimentos ocupa uma percentagem mais alta no seu cabaz de consumo fruto. Espera-se que a redução de importações de bens contrabalance parcialmente o impacto do decréscimo do consumo no crescimento do PIB. Na conta corrente, a queda do volume das importações irá compensar os preços mais altos dos cereais (Quadro 12).

<sup>17</sup> O cenário assume uma elasticidade de preços equivalente a 1,5.

**Quadro 12: Um aumento dos preços globais dos alimentos deverá aumentar consideravelmente a inflação e reduzir o consumo privado**

*(Cenário base face a um choque dos preços globais dos alimentos)*

	Base			Choque do Preços dos Alimentos	
	2012	2013	2014	2013	2014
<b>Preço (USD por tonelada métrica)</b>					
Trigo	276	331	324	430	421
Milho	274	276	245	359	319
Arroz	567	556	547	723	711
Soja	543	533	526	693	684
<b>Varição Anual em Percentagem</b>					
PIB	8.1	7.2	7.5	6.1	6.9
Consumo Privado	14.7	7.8	7.4	-0.5	6.1
Volume	11.1	7.2	7.7	2.0	7.5
Importações/Serviços					
IPC	9.0	8.0	7.5	17.7	7.5
Termos de Trocas	-5.9	-6.5	-2.1	-11.8	-2.5
<b>Percentagem do PIB</b>					
Saldo da Conta Corrente	6.7	5.1	5.0	4.1	4.0
Saldo Orçamental Global	8.6	4.5	4.6	3.8	3.8

Nota: Os valores de 2012 são estimativas; os de 2013 e 2014 são projecções.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial.

**Em conclusão, conquanto o panorama económico de curto prazo de Angola seja vastamente positivo, o reforço da resiliência estrutural da economia iria ajudar a reduzir a sua vulnerabilidade a condições globais incertas.**

Os choques externos têm potencialidade para afectar consideravelmente a estabilidade macroeconómica mas Angola tem um leque de opções que podem dinamizar a sua resiliência. Entre estas incluem-se a aceleração dos esforços para aumentar a eficiência das despesas públicas com vista a promover a diversificação económica, bem como o reforço da capacidade do sistema financeiro para mobilizar poupanças e dinamizar o investimento do sector privado. A agricultura é uma outra área onde Angola poderá expandir a produtividade e a criação de emprego, o que poderia mitigar significativamente a sua dependência da importação de alimentos.

**O aumento da competitividade através de uma maior diversificação económica permitiria a Angola reduzir a sua dependência das exportações de petróleo no médio prazo.** Neste contexto, a eficiência do mercado financeiro interno é especialmente crítica. O acesso generalizado ao financiamento do investimento é fundamental quer para a diversificação quer para a competitividade e há evidência de que actualmente o sector financeiro de Angola está a funcionar bastante abaixo do seu potencial. Estas questões são examinadas com maior detalhe no Capítulo Especial deste Economic Update.

# IV. CAPÍTULO ESPECIAL: O RÁPIDO CRESCIMENTO DO SECTOR FINANCEIRO DE ANGOLA NUM CONTEXTO DE DESAFIOS ESTRUTURAIS

## Introdução

**Um sector privado competitivo e robusto exige um mercado financeiro a funcionar bem.** As pequenas empresas têm de ter acesso ao crédito para expandir as suas operações e exercer pressão competitiva nas firmas estabelecidas. A existência de crédito facilita a introdução de novas tecnologias e de novas formas de fazer negócios, contribuindo para que os incentivos de eficiência continuem sólidos e os mecanismos de preço funcionem eficazmente. Dada a rápida taxa de crescimento da economia angolana e tendo em conta as distorções do mercado que as empresas fora do sector dos recursos já enfrentam, o aumento da oferta de crédito e a melhoria da eficiência da sua distribuição iriam ajudar a apoiar os objectivos de médio prazo do governo em matéria de crescimento do emprego, diversificação económica e redução sustentável da pobreza.

**Este Capítulo Especial avalia o estado actual do sector financeiro de Angola e sua inter-relação com a economia fora dos recursos naturais.**<sup>18</sup> A análise mostra que apesar da rápida expansão nas últimas duas décadas, o sector continua subdesenvolvido e que a falta de informações financeiras fiáveis limita a eficiência das respectivas operações. As empresas em Angola deparam-se com exigências excessivas e muitas vezes proibitivas em termos de garantias, sendo frequentemente obrigadas a depender dos seus recursos internos para financiar investimentos. Os principais mercados e instituições complementares, incluindo o mercado accionista e de seguros, serviços de contabilidade e auditoria e agências de registo de propriedade, ou não existem ou são débeis, sendo largamente incapazes de gerar informações financeiras fiáveis. Face à escassez desse tipo de informações, os mutuantes angolanos demonstram uma preferência sistemática por firmas que possuem certas características que não estão directamente associadas com a sua idoneidade creditícia. As empresas mais antigas e de maior dimensão têm menos restrições de crédito do que as empresas mais pequenas e novas, sendo muitos dos sectores essenciais de Angola dominados por um pequeno grupo de empresas de enorme dimensão. O acesso desigual ao crédito e a forte concentração do mercado têm implicações negativas na competitividade, diversificação e crescimento de longo prazo da economia angolana.

**Muitas das limitações do sistema financeiro de Angola devem-se à sua relativa falta de experiência como uma indústria competitiva e liderada pelo sector privado e muitos dos problemas causados pelo sector financeiro pouco desenvolvido de Angola são partilhados por outros países em desenvolvimento.** Embora estas questões sejam compreensíveis, até mesmo habituais, não deixam de ser um problema. Acresce que existem evidências de que as distorções no mercado financeiro de Angola são especialmente graves quando comparadas com as médias da SSA e com as condições nos países de rendimento médio baixo (LMIC) de todo o mundo.

**A raiz dos problemas do sector financeiro pode estar no facto de os bancos angolanos e outros financiadores não terem informações suficientes para estabelecer com rigor a diferença entre riscos de crédito benignos e malignos e, conseqüentemente, não afectarem eficientemente os empréstimos.** Ou, visto de outra perspectiva, os mutuários não podem emitir sinais da sua idoneidade creditícia aos potenciais financiadores. A falta generalizada de informações financeiras credíveis não apenas reduz o crédito total disponível para o sector privado, mas também propicia a sua distribuição em favor de empresas que possuem determinadas características. Empresas de capital estrangeiro, mais antigas e de maior dimensão e as situadas na capital, Luanda, têm sistematicamente mais acesso ao crédito do que as suas

<sup>18</sup> A análise incide exclusivamente no crédito comercial e não examina o acesso a serviços financeiros a nível de famílias. A interação complexa entre o sector financeiro de Angola e as indústrias de recursos naturais de Angola e os mercados de crédito internacionais é discutida noutra capítulo deste Economic Update e merece pesquisa adicional.

congêneres menores, mais recentes, de capital nacional e não sediadas em Luanda. Possuir estas características favoráveis não significa necessariamente que se trate de um mutuário sólido, pelo que a afectação de crédito com base nestes critérios pode criar distorções em toda a economia.

**A pouca informação no sistema financeiro angolano parece diminuir a concorrência entre empresas, enfraquecendo a capacidade de resposta e o dinamismo da economia.** Os constrangimentos de crédito reforçam as vantagens das empresas maiores e mais antigas, preservando-as de pressões de concorrentes mais jovens e de menor dimensão. Um sector financeiro ineficiente também tende a abrandar a reafectação de capital produtivo, o que não apenas impede as pequenas empresas de crescerem mas também diminui a capacidade das grandes empresas para reduzirem a sua dimensão. O resultado é um fenómeno conhecido por ‘falta de empresas de média dimensão’: muitos dos sectores chave de Angola caracterizam-se por uma grande quantidade de pequenas empresas que, no conjunto, representam apenas uma quota mínima da sua indústria, um pequeno número de empresas de grande dimensão que estão estruturalmente protegidas contras as forças de mercado e uma ausência de empresas de média dimensão devida não apenas à tendência de não crescimento das pequenas empresas, mas também à tendência de não redução das grandes empresas.

**A análise apresentada abaixo explora estas relações e interacções complexas, utilizando dados a nível da empresa.** Assenta sobretudo nos dois Inquéritos às Empresas do Banco Mundial (WBES) para Angola, realizados em 2006 e 2010 (ver Caixa 9), assim como no mais recente censo de empresas do governo angolano e no trabalho analítico do Banco Mundial, FMI e outros parceiros de desenvolvimento. É importante realçar que, enquanto as evidências disponíveis são suficientes para um diagnóstico básico das condições no sistema financeiro angolano e nos vários sectores da economia não recursos naturais, seria necessária uma análise adicional para estabelecer uma clara relação causal entre elas. As conclusões devem, portanto, ser consideradas como circunstanciais e representam oportunidades importantes para uma investigação aprofundada.<sup>19</sup>

Caixa 9

## Só Se Pode Melhorar Aquilo Que Se Pode Medir

### Dados de Empresas em Angola

**A recolha de dados económicos em Angola melhorou substancialmente nos últimos anos mas continua a haver limitações.** Os dados macroeconómicos registados pelo governo e publicados pelas suas agências — incluindo INE, BNA e vários ministérios sectoriais — são relativamente abrangentes, sendo publicados relatórios estatísticos numa base regular. No entanto, os dados microeconómicos, incluindo informações sobre constrangimentos a nível de empresa, são mais difíceis de obter e a qualidade dos dados continua a ser um problema. Esforços recentes destinados a melhorar a disponibilidade de dados microeconómicos, compreendem o censo bienal das empresas do INE, *Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais*, cujos resultados são utilizados para informar as Contas Nacionais. O governo publica actualmente relatórios regulares resumindo as constatações do censo. A publicação dos dados em bruto do censo e de outros conjuntos de dados relevantes permitiria uma análise independente e o apoio a uma contínua melhoria da qualidade dos dados.

**Neste contexto, o Inquérito às Empresas do Banco Mundial (WBES) é uma ferramenta valiosa para a pesquisa macroeconómica em Angola.** O WBES é um inquérito às empresas, que fornece um importante complemento do censo de empresas do governo bem como outras fontes de dados sobre o clima de investimento, incluindo o conjunto de dados de *Doing Business* do Grupo Banco Mundial. O WBES descreve as condições económicas e os constrangimentos sob o ponto de vista das próprias empresas angolanas. Cobre uma faixa ampla de tópicos em vários indicadores, incluindo acesso ao financiamento, quadro regulamentar dos negócios, infraestruturas, concorrência, crime e informalidade que, no seu conjunto, oferecem uma visão aprofundada dos desafios enfrentados pelas empresas angolanas. O WBES permite as comparações internacionais. Para mais informações sobre o WBES, incluindo os conjuntos de dados em bruto e uma descrição da sua metodologia, queira consultar [www.enterprisesurveys.org](http://www.enterprisesurveys.org).

**Até à data, realizaram-se dois WBES (2006 e 2010) em Angola.** Estes inquéritos alargaram as possibilidades de análise microeconómica em Angola com o fornecimento de dados sobre empresas decompostos por um número de características principais, incluindo o sector económico da empresa, sua dimensão, localização e tipo de propriedade, entre outros. Conforme observado no WBES 2010 de Angola, “os Inquéritos às Empresas recolhem informações de uma amostragem representativa da

<sup>19</sup> Deve ter-se presente que os dois inquéritos WBES têm uma cobertura diferente de empresas. O aprofundamento da análise está limitado pela existência de dados e respectiva qualidade. Como registado na última consulta do Artigo IV do FMI, apesar das melhorias significativas na área de recolha de dados e publicação de relatórios estatísticos pelas autoridades angolanas nos últimos anos, continua a ser crítico que se melhore a actualidade e fiabilidade dos dados económicos.

economia privada, formal e não agrícola. Para além de recolher informações sobre o clima de negócios, os inquiridos coligem informações sobre as características das firmas entrevistadas. Consequentemente, os dados recolhidos oferecem uma descrição da empresa privada representativa no país e também uma estimativa de como alguns dos atributos da empresa média se encontram distribuídos entre a população das empresas”. De referir, contudo, a existência de importantes limitações de dados. Enquanto a amostragem do inquérito é concebida para ser representativa da economia como um todo, as amostras utilizadas nos dois WBES anteriores não são suficientemente grandes para garantir exactidão. Acresce que, embora o WBES inclua a ponderação da amostra, esta pode não reflectir totalmente a diversidade das empresas de Angola. Neste Capítulo Especial utilizamos ponderações de amostras médias para assegurar que os dados são o mais representativos possível. Um WBES alargado, com amostras mais vastas e conteúdo mais abrangente, iria reforçar a qualidade da análise futura do clima de negócios de Angola.

## O Sector Financeiro Angolano

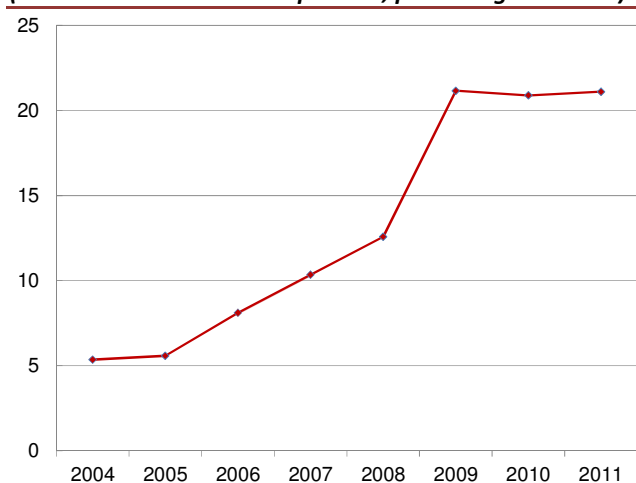
### De Que Forma Evoluiu o Sector Financeiro Angolano nos Últimos Anos?

**O processo de reforma em curso promovido pelo governo conduziu a um aumento do número de bancos angolanos e à diversidade de serviços financeiros à disposição das empresas.** No início dos anos 2000, o sector financeiro compreendia apenas nove bancos, sendo os dois maiores propriedade do estado; hoje em dia, tem mais de vinte e os bancos privados lideram uma quota dominante do mercado. Os activos totais do sector financeiro aumentaram de menos de USD 3 000 milhões em 2003, para mais de USD 57 000 milhões em 2011 (BNA 2012).

**A liberalização do sector resultou num crescimento notável dos activos financeiros, infraestruturas e volumes de transacções.** As agências bancárias multiplicaram-se por todo o país, estendendo-se até às áreas remotas e rurais, enquanto os Multibancos e cartões de crédito se tornaram cada vez mais comuns. Embora a oferta global de crédito à economia continue a ser atribuída de forma limitada e ineficiente – como se discutirá pormenorizadamente mais à frente – o mercado de crédito angolano tem vindo a crescer a uma média notável de mais de 50% ao ano nos últimos 5 anos. A **Figura 24** mostra o aumento sustentado do crédito ao sector privado registado ao longo da última década, tanto em termos absolutos como em termos de proporção com a economia global, enquanto o **Quadro 13** ressalta melhorias simultâneas numa vasta gama de indicadores do sector financeiro.

**Figura 24: O crédito ao sector privado angolano cresceu 2009 mas manteve-se igual desde o início da crise financeira global.**

*(Crédito interno ao sector privado, percentagem do PIB)*



Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

**Quadro 13: O Crescimento dos Activos Financeiros e da Concessão de Crédito e a Expansão da Infraestrutura do Sector Financeiro**

	2003/04	2010/11	Taxa de Crescimento Anual Composta
Número de Bancos	9	23	12.4
Activos Totais (mil milhões USD)	2.9	57	45.1
Empréstimos Totais (mil milhões USD)	0.7	16	56.4
Multibancos	85	1,250	56.5
Transacções no Multibanco (milhões USD)	1.4	61.2	87.7
Cartões de Débito/Crédito (milhões)	0.1	1.3	53.3

Fonte: “Angola: Perfil do Sector Privado do País”, BAfD (2012)

**Em 2006, as empresas angolanas estavam entre as menos propensas do mundo inteiro a usar serviços financeiros básicos mas, em 2010, a taxa de ‘bancarização’<sup>20</sup> das empresas angolanas tinha subido significativamente e estava em conformidade com a média da SSA.** Embora Angola permaneça no fundo da tabela em termos de distribuição globalmente, é muito encorajador o progresso considerável alcançado, em apenas alguns anos, no que toca à expansão do acesso das empresas aos serviços financeiros.

**Apesar destas melhorias, o sistema financeiro de Angola continua, porém, a sofrer de uma série de limitações muito importantes.** O sector financeiro ainda é relativamente novo em termos de mercado privado competitivo e as suas debilidades inerentes são exacerbadas por deficiências na estrutura regulamentar financeira, bem como pela ausência de apoio de instituições fundamentais, tanto públicas como privadas.

**As ineficiências no sector financeiro criam constrangimentos de crédito desiguais, que parecem distorcer os padrões de empresas noutros sectores, conduzindo à concentração excessiva de quotas de mercado nas empresas que cumpram as preferências dos bancos angolanos.** Como os bancos angolanos frequentemente não dispõem de informações essenciais sobre os potenciais mutuários, as preferências demonstradas pelo sector financeiro não reflectem uma avaliação rigorosa da idoneidade creditícia relativa. Os esforços dos mutuantes para lidarem com informações inadequadas resultam numa distribuição estruturalmente tendenciosa do crédito que diminui a competição, desvirtua os incentivos à eficiência, abranda a adopção de novas tecnologias e reduz o dinamismo global da economia angolana.

### ***O Que Significa a Situação do Sistema Financeiro Angolano para Empresas que Procurem Contrair Empréstimos?***

**A eficiência de um sistema financeiro de um país é grandemente determinada pela qualidade das informações à disposição dos mutuantes.** Os potenciais mutuários têm de poder sinalizar efectivamente às instituições financeiras a sua idoneidade creditícia, as quais, por seu turno, têm de ser capazes de avaliar com rigor os riscos e retornos apresentados por investimentos alternativos. Esta informação é prestada por uma combinação de instituições públicas e mercados privados. Agências governamentais definem e adjudicam direitos de propriedade e mantêm registos tributários exaustivos verificando a propriedade de bens, histórico de rendimentos e outros dados financeiros básicos. As companhias de seguros avaliam valores dos activos e estimam uma vasta gama de riscos, as empresas de auditoria e contabilidade certificam os registos financeiros e os mercados accionistas privados geram uma imensidão de informações financeiras como um subproduto das suas operações. Num sistema financeiro em bom funcionamento, os mutuantes podem recorrer a algumas ou a todas estas fontes de informação para determinar a solvabilidade dos seus mutuários potenciais. Em Angola, contudo, a manutenção dos registos públicos é inadequada e os mercados privados geradores de informações ou estão subdesenvolvidos ou são inexistentes.

**Na ausência de informações financeiras fiáveis, os mutuantes angolanos tendem a favorecer as empresas que possuem certas características, as quais servem de indicadores substitutos imperfeitos da idoneidade creditícia.** Este efeito ocorre, em certa medida, em todos os sistemas financeiros mas, num contexto onde as informações exactas e fiáveis são especialmente difíceis de obter, a incerteza daí resultante restringe a oferta global de crédito e distorce a sua atribuição. Consequentemente, as firmas angolanas ainda têm muito menos acesso ao crédito do que as empresas em países comparáveis, apesar do rápido crescimento do sector financeiro (Figura 25).

**Entre as empresas angolanas, podem ser identificados pelo menos quatro factores como determinantes significativas do acesso ao crédito, sendo que nenhuma está directamente relacionada com a solvabilidade.** Estes factores são (i) a dimensão da firma, (ii) sua idade, (iii) se o seu capital é estrangeiro ou doméstico e (iv) se está sediada em Luanda, a capital.<sup>21</sup> A análise sugere que as empresas de maior dimensão, mais antigas, de capital estrangeiro e sediadas em Luanda têm a característica de terem bastante mais facilidade de acesso a crédito, de serem menos dependentes do sistema financeiro interno ou até ambas, o que lhes dá uma franca vantagem sobre as suas concorrentes. Em consequência, as indústrias de Angola, que não sejam da área de recursos naturais, tendem a estar dominadas por um

<sup>20</sup> “Bancarização” refere-se à percentagem de empresas que utilizam serviços bancários básicos, tais como uma conta poupança.

<sup>21</sup> Ver Anexo A “Dados e Definições” para informações mais pormenorizadas sobre definições aqui utilizadas (e.g. empresas “pequenas” face a “empresas grandes”) e como se determinam estas características.



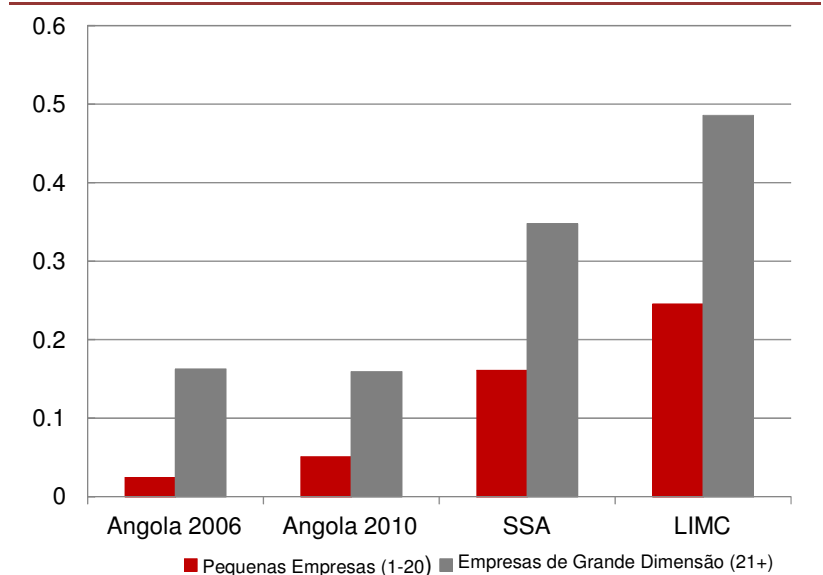
número restrito de empresas que estão relativamente imunes à pressão competitiva e os dados específicos do sector indicam que é comum haver uma concorrência altamente imperfeita, até mesmo monopolista.

**Os mutuantes angolanos dependem de um conjunto de preferências amplamente arbitrárias quando decidem a que firmas emprestar e estas preferências distorcem sistematicamente as vantagens competitivas em toda a economia.** Embora seja preciso ter em mente as limitações de dados (ver Caixa 9), as evidências dos WBES de 2006 e 2010 indicam que o acesso desigual ao crédito inibe a competição entre as empresas angolanas —em certos casos, num tal grau que as empresas dominantes têm capacidade para influenciar directamente os preços nos seus respectivos mercados. Os constrangimentos de crédito em toda a economia parecem também ter reduzido os incentivos à inovação e incorporação de novas tecnologias, enquanto as debilidades estruturais no mercado financeiro abrandam a reafecção de capital produtivo entre indústrias e sectores, reduzindo o dinamismo económico de Angola.

**Os problemas que afectam a distribuição do crédito são exacerbados por graves debilidades no quadro regulamentar financeiro de Angola e na sua rede de instituições de apoio.** Embora tenha havido um progresso considerável, desde início dos anos 2000, na reforma do sector financeiro, a competição entre mutuantes continua reduzida, os produtos e serviços financeiros são básicos e não diversificados e a aplicação de procedimentos complexos torna proibitivos os custos de acesso ao sistema financeiro para muitas das pequenas empresas. O melhor funcionamento do sector financeiro não é uma questão exclusiva de política governamental mas vai exigir esforços conjuntos do sector público e privado para criar as instituições e mercados necessários destinados a assegurar um sistema financeiro em bom funcionamento.<sup>22</sup> Antes de se poderem formular soluções eficazes de políticas, é importante compreender o actual estado do sector financeiro angolano e a natureza dos desafios com que se depara.

**Figura 25: O acesso ao crédito das empresas angolanas é bastante inferior à média de países comparáveis.**

**(Porcentagem de Empresas com um Empréstimo Activo ou Linha de Crédito, por Dimensão)**



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES de 2006 e 2010

Nota: Dados ponderados utilizando ponderação média das amostras. Nos grupos de comparação utilizam-se os dados disponíveis mais recentes do período entre 2006 e 2010.

### **Quais São os Principais Constrangimentos no Sector Financeiro Angolano?**

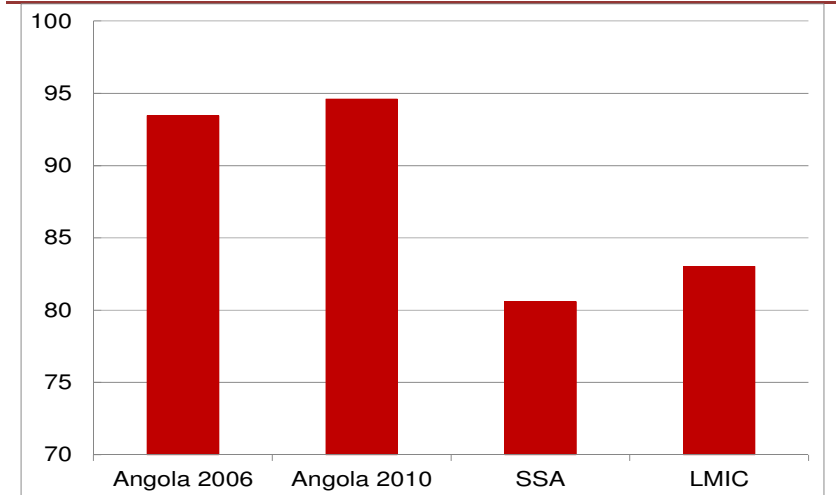
**O acesso limitado e desigual ao crédito das firmas angolanas, cujos mecanismos estão descritos detalhadamente abaixo, parece ser o resultado de uma “assimetria de informação” dominante no sector financeiro.** Este termo descreve uma situação em que duas partes de uma transacção têm acesso desigual a informação essencial sobre essa transacção. Neste caso, os mutuários não podem comunicar eficazmente aos mutuantes a sua idoneidade creditícia relativa; ou então, os mutuantes não podem “fazer a triagem” rigorosa dos potenciais mutuários de acordo com os riscos e retornos oferecidos pelos diferentes potenciais investimentos. A assimetria da informação pode distorcer os mecanismos que associam o preço e a qualidade, impedindo os mercados de funcionarem eficientemente.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Uma medida possível seria o reforço do quadro regulamentar que rege o sector financeiro, a criação de uma bolsa de valores nacional, a expansão e diversificação adicional da indústria de seguros e o desenvolvimento de um sistema credível de notação de crédito doméstico, de serviços de contabilidade e auditoria, para além do progresso continuado na expansão dos serviços de registo de propriedade e de informação pública, como bens públicos universais e fundamentais.

<sup>23</sup> O trabalho de referência sobre assimetria de informação é da autoria de George Akerlof: “The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism” (1970).

As informações recolhidas pelo WBES de 2006 e 2010 indicam que a assimetria de informação está a prejudicar seriamente a eficiência do sector financeiro angolano. As elevadas exigências de garantias impostas pelos bancos angolanos e outros financiadores,<sup>24</sup> a enorme percentagem de empréstimos para os quais se exige garantia e o grande número de pedidos de crédito que são rejeitados com base em garantia insuficiente, todos eles sugerem que os mutuantes não conseguem calcular com exactidão o risco de crédito dos mutuários potenciais. Como os mutuantes não conseguem distinguir eficientemente os riscos de crédito “benignos” dos “malignos”, estabelecem a necessidade de garantias muito altas para se auto-protegerem dos riscos. Estas exigências ajudam os mutuantes a defenderem-se contra os prejuízos resultantes da sua incapacidade para avaliar a solvabilidade, limitam também seriamente a existência de crédito e favorecem sistematicamente os mutuários que já possuem activos consideráveis para usar como garantia.

**Figura 26: Empréstimos a empresas em Angola têm maior probabilidade de exigir garantias do que a empresas em países comparáveis. (Empréstimos que exigem garantia, percentagem)**



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES

Nota: Dados ponderados utilizando ponderações médias da amostra. Para os grupos de comparação utilizam-se os dados mais recentes disponíveis para o período entre 2006 e 2010. Para o cálculo das médias da SSA e dos LMIC, utilizam-se os dados mais recentes disponíveis dos países para o período entre 2006 e 2010.

**Os bancos angolanos exigem garantias em quase todos os empréstimos e essas exigências de garantia são mais acentuadas para os mutuários de Angola do que em muitos países comparáveis (Figura 26).** Em 2006 era necessário apresentar garantia em quase 95% de todos os empréstimos em Angola, consideravelmente superior ao da média da SSA de 80% e quatro em cada cinco pedidos de empréstimo eram rejeitados, na maioria dos casos porque a garantia do mutuário era considerada insuficiente (WBES 2006 e 2010; BAFD 2012). Estes factores, a par dos elevados custos de transacção e de outros custos administrativos, levaram o Fórum Económico Mundial (WEF) a colocar Angola no 132º lugar entre 139 países em termos de acessibilidade económica dos serviços financeiros no seu Relatório sobre Competitividade de África 2011 (ACR). Em relação a desenvolvimento do mercado financeiro como um todo Angola ocupa o 134º lugar e, no que toca a competitividade global, situa-se em 138º lugar, o segundo mais baixo de todos os países incluídos no relatório.

**Não apenas o montante da garantia é um obstáculo para os mutuários, como também o tipo de garantia exigida.** Um relatório recente do programa de avaliação do sector financeiro (FSAP) preparado conjuntamente pelo Banco Mundial e FMI conclui que os activos líquidos e as garantias pessoais são as formas de garantia preferidas pelos mutuantes angolanos. Garantias pessoais significam, geralmente, que o salário pessoal é dado como garantia de um empréstimo, geralmente o de um funcionário do estado. E o recurso a activos líquidos correspondentes a 100% do valor do empréstimo exige que o mutuário tenha à sua disposição o montante que ele pretende pedir emprestado. O facto de os mutuantes angolanos tenderem a favorecer estes tipos de garantia contra activos imobiliários ou físicos destaca a inaptidão que muitos mutuários têm de demonstrar claramente a propriedade de terras ou de outros bens.

**Como muitas empresas angolanas têm de enfrentar exigências proibitivas de garantias, é mais provável que dependam dos seus próprios recursos internos para financiar investimentos do que as suas congéneres em países comparáveis.** Em 2010, quase 90% das empresas angolanas declararam ter usado os seus recursos próprios para

<sup>24</sup> De acordo com o Inquérito às Empresas 2006 do Banco Mundial, as necessidades de garantia aproximavam-se de 100% do valor do empréstimo em termos absolutos, mas consideravelmente mais baixas do que as médias dos países SSA e LMIC. O Inquérito às Empresas 2010, contudo, registou necessidades de garantia de mais de 200%, muito elevadas e bastante acima das médias comparáveis, mas esta constatação não foi validada por um número suficiente de respostas. Não obstante, a grande percentagem de pedidos de empréstimo que são rejeitados têm por base a insuficiência de garantia – e a frequência com que as firmas citam a garantia inadequada como uma razão para não fazerem um pedido de empréstimo – torna claro que as exigências em termos de garantia são um obstáculo significativo para muitos potenciais mutuários em Angola.

investimento, muito acima das médias da SSA (80%) e dos LMIC de todo o mundo (menos de 70%), mas significativamente inferior aos 97% de empresas angolanas que recorreram a financiamento interno em 2006 (Figura 27). As diferenças em termos de financiamento bancário foram ainda mais acentuadas: apenas 5% das empresas angolanas utilizaram empréstimos bancários para financiar o investimento, cerca de metade da média da SSA (acima de 10%) e bastante abaixo da média dos LMIC (quase 17%). A preferência dos mutuantes por garantias em numerário em vez de garantias em património é um entrave enorme, sobretudo para as pequenas e médias empresas que têm relativamente pouco dinheiro disponível mas, ao mesmo tempo, têm um património substancial por explorar.

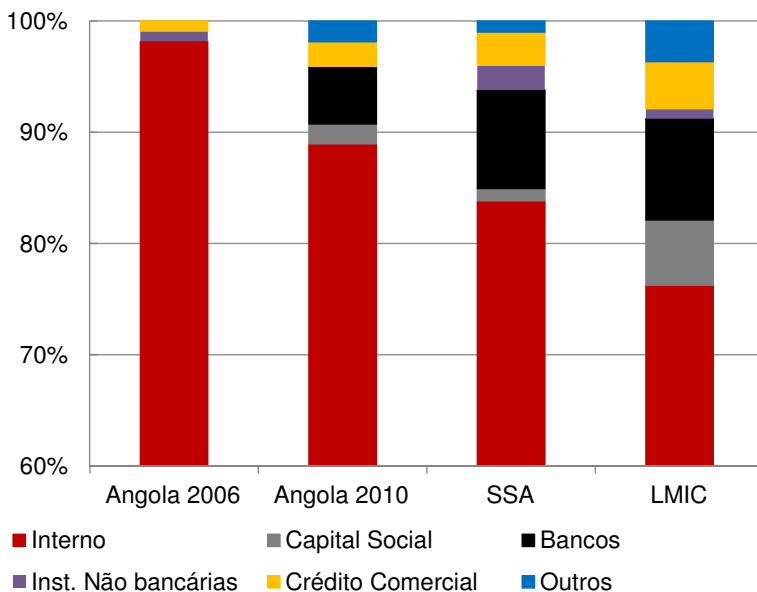
**As taxas de concessão de empréstimos não apenas são baixas em comparação com outros países, mas também pelos padrões do próprio mercado angolano.** Os empréstimos só representam 40% dos activos totais dos bancos, com uma grande percentagem das receitas bancárias a terem origem nas comissões e não nos juros e, em termos gerais, os bancos dão preferência a títulos de dívida pública contra empréstimos ao sector privado. Nem tão pouco é a limitada existência de crédito devida à falta de acesso a instituições financeiras: como se disse acima, as empresas em Angola têm actualmente a mesma probabilidade que as empresas em países comparáveis de terem uma conta poupança ou corrente,<sup>25</sup> mas continuam a ter uma probabilidade muito menor de terem um empréstimo bancário activo ou uma linha de crédito.

**Em Angola, as exigências quase universais de garantia dão às empresas de maior dimensão uma vantagem clara relativamente às empresas mais pequenas, tanto no acesso ao crédito como no financiamento interno de investimentos.** As empresas de maior dimensão têm maior probabilidade de ter activos valiosos para usar como garantia e, geralmente, têm maiores recursos internos para financiar investimentos o que reduz a sua dependência do sistema financeiro.<sup>26</sup> Em Angola, a dimensão da empresa, medida pelo número total de empregados, denota uma forte correlação negativa com os constrangimentos de crédito; as empresas com menos de 50 empregados deparam-se com sérios entraves no acesso ao crédito, enquanto os constrangimentos de crédito se tornam insignificantes para as empresas com mais de 100 funcionários (Banco Mundial 2010).

**Os constrangimentos de crédito são um entrave incontornável para as pequenas empresas, o que se deve a um número de factores associados.** Em Angola, as empresas maiores têm uma probabilidade três vezes superior às das pequenas empresas de terem um empréstimo bancário ou uma linha de crédito. No entanto, as exigências de garantia explicam apenas parcialmente esta diferença. No WBES 2010, 7% das pequenas empresas declararam a falta de garantia suficiente como uma razão para não terem solicitado um empréstimo, embora nenhuma das empresas maiores inquiridas tenha citado a falta de garantia adequada como um impedimento (Quadro 14).

**Figura 27: As empresas angolanas dependem muito mais dos recursos internos para financiar investimentos do que as empresas em países comparáveis.**

**(Fontes de financiamento como uma percentagem do investimento total)**



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES.

Nota: Dados ponderados utilizando ponderações médias da amostra. Para grupos de comparação, foram utilizados os dados existentes mais recentes do período entre 2006 e 2010.

<sup>25</sup> Segundo o Perfil de País do WBES, mais de 85% das empresas angolanas tinham uma conta poupança ou corrente, o que é praticamente igual às taxas médias da SSA e dos LMIC a nível mundial.

<sup>26</sup> De referir que é inconclusivo o estudo actual sobre a relação entre as disponibilidades internas em numerário e o acesso ao crédito. Como Ayyagari, Demircuc-Kunt e Maksimovic (2012) indicam “Enquanto alguns estudos concluem que linhas de crédito e numerários são substitutos da liquidez, outros consideram que as linhas de crédito são a fonte dominante de liquidez das empresas e que as empresas usam numerário apenas como uma segurança contra uma futura escassez de tesouraria.” Em qualquer dos casos, contudo, é claro que as empresas com significativas reservas financeiras internas e maior acesso ao crédito – ou seja, as empresas de maior dimensão em Angola – possuem uma vantagem considerável sobre aquelas que não possuem nenhuma destas características.

**Quadro 14: Razões para Não se Fazer um Pedido de Empréstimo, por Dimensão da Empresa, 2006 e 2010**

% de firmas que citaram que a razão principal para não se solicitarem empréstimos bancários tinha sido:	2006			2010		
	Pequenas Empresas	Grandes Empresas	Total	Pequenas Empresas	Grandes Empresas	Total
Não precisavam de um empréstimo – tinham capital suficiente	15.7	36.4	17.6	52.30	64.04	56.94
Procedimentos complexos para pedidos de empréstimo ou de linha de crédito	34.5	12.1	32.4	16.09	12.28	14.58
Taxas de juros desfavoráveis	16.3	21.2	16.8	14.94	11.40	13.54
Exigências de garantia demasiado elevadas	7.7	0.0	6.9	11.49	8.77	10.42
Empréstimo e maturidade insuficientes	5.1	12.1	5.8	3.45	0.88	2.43
Não contavam que fosse aprovado	18.2	6.1	17.1	1.15	1.75	1.39
Outra	2.6	12.1	3.5	0.57	0.88	0.69

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES.

Nota: Para fins desta comparação, “Pequenas Empresas” são as que têm 20 funcionários ou menos, enquanto as “Grandes Empresas” têm mais de 20 funcionários.

## Acesso ao Crédito e seu Impacto nas Empresas

### *O que Determina o Acesso ao Crédito em Angola?*

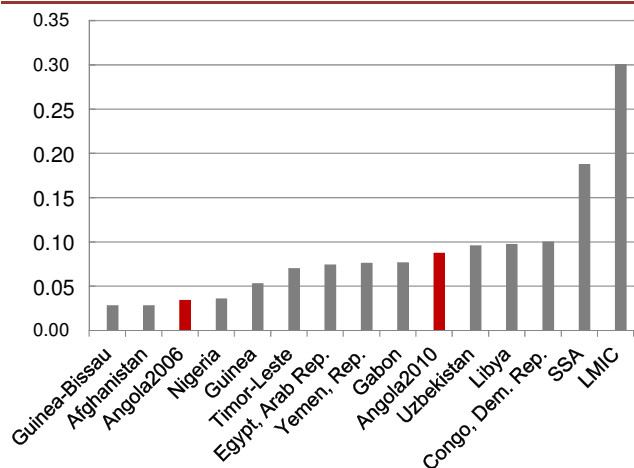
**Dimensão da empresa, idade, localização e posse do capital são todos factores importantes para determinar o acesso ao crédito no sector financeiro de Angola onde escasseiam as informações.** Alguns destes factores, tais como o capital estrangeiro, reflectem a maior capacidade que algumas empresas têm de demonstrar aos financiadores a sua solvabilidade; outros, como a dimensão e idade da empresa, são provavelmente vistos pelos financiadores como indicadores indirectos de idoneidade creditícia, nos quais os financiadores são obrigados a depender na falta de informações financeiras credíveis. Contudo, atribuir crédito com base em indicadores substitutos é impreciso e expõe o sistema financeiro a altos riscos (ou seja, a empréstimos de cobrança duvidosa), levando os mutuantes a adoptarem uma atitude de grande cautela com todos os potenciais mutuários e a reforçarem a necessidade de apresentação de garantias, muitas vezes proibitivas. Isto reduz simultaneamente a disponibilidade de crédito em toda a economia e distorce gravemente os incentivos à competitividade dentro e entre os sectores económicos, resultando num conjunto de distorções que se reforçam mutuamente e que estão descritas na Caixa 10.

**A maioria das empresas angolanas consideram o acesso ao financiamento como um sério constrangimento ao crescimento mas as pequenas empresas têm uma grande probabilidade de citar o acesso limitado ao crédito como um obstáculo principal.** No WBES 2010, o acesso ao crédito estava no topo da lista dos constrangimentos reportados pelas empresas angolanas, com 55% das firmas a identificarem o acesso limitado ao crédito como um obstáculo “principal” ou “muito grave” ao crescimento. Os constrangimentos de crédito reportados pelas empresas também estavam negativamente correlacionado com a dimensão da firma: 56%, 52% e 40% de pequenas, médias e grandes empresas, respectivamente, descreveram o acesso ao crédito como um problema grave.

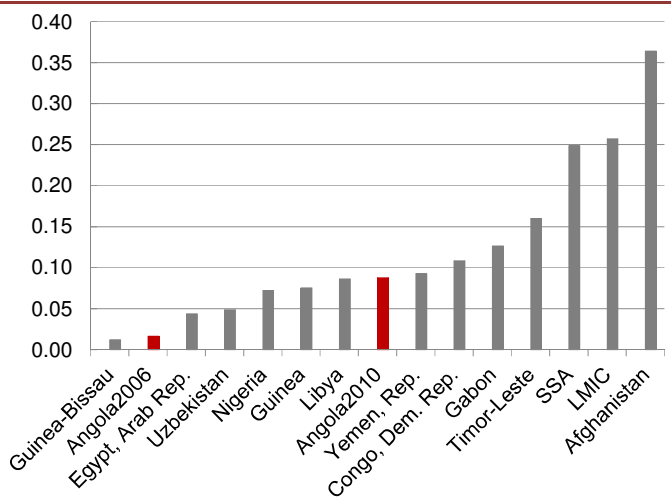
**A percepção de que os constrangimentos de crédito são particularmente incontornáveis para as pequenas empresas decorre da percentagem mínima de PME com acesso até mesmo aos serviços financeiros mais básicos.** Ayyagari, Demirguc-Kunt e Maksimovic (2012) constatam que apenas 4,2% das PME angolanas têm um empréstimo ou linha de crédito, comparável à Guiné-Bissau e República Democrática do Congo. Isto é menos do que metade da média (9,5%) de toda a economia de Angola e bastante abaixo das médias da SSA e dos LMIC. O acesso ao crédito a descoberto é ainda mais restrito, situando-se em 1,7%, comparável à Guiné-Bissau e Libéria. Os funcionários do Banco Mundial fizeram uma nova avaliação destes indicadores, utilizando os dados disponíveis mais recentes, que apresentam um quadro idêntico (Figura 28 e Figura 29), situando-se Angola entre o Gabão e a República Democrática do Congo relativamente ao uso de empréstimos e linhas de crédito pelas PME, e entre a Guiné e a Tanzânia em termos de acesso das PME ao crédito a descoberto. Enquanto os dados também revelam melhorias consideráveis nestes indicadores entre 2006 e 2010, as PME

em Angola continuam a ter maior dificuldade em utilizar serviços financeiros básicos do que as suas concorrentes da SSA e dos LMIC de todo o mundo.

**Figura 28: O acesso das PME angolanas aos serviços financeiros registou melhorias mas continua baixo face às PME de países comparáveis (PME com empréstimos bancários ou linhas de crédito, percentagem)**



**Figura 29: ...com tendências semelhantes no que toca ao acesso ao crédito a descoberto. (PME com acesso a crédito a descoberto, percentagem)**



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial, baseadas nos WBES.

Nota: Os elementos de comparação indicados são os seis países da SSA com classificações mais próximas de Angola, utilizando-se os dados disponíveis mais recentes do período 2006 a 2010. PME significa uma firma com menos de 100 funcionários.

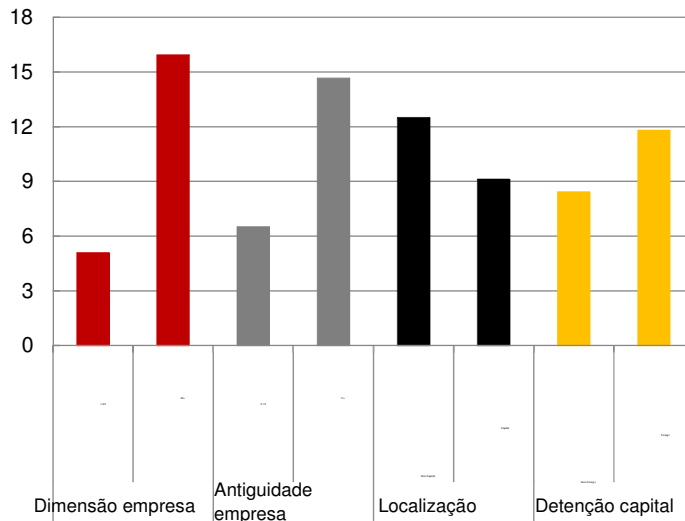
**A facilidade de acesso ao crédito, de que gozam as grandes empresas nos vários sectores económicos, situa-se aparentemente no segmento mais alto das grandes empresas que têm um empréstimo bancário activo ou uma linha de crédito.** No WBES 2010, houve 60% das grandes empresas que declararam ter um empréstimo ou linha de crédito, enquanto menos de 8% das médias empresas – e apenas 2,8% das pequenas empresas – tinham algum destes.<sup>27</sup> Como quase todos os sectores da economia angolana se caracterizam por um número muito reduzido de grandes empresas e um grande número de PME, um aspecto que será discutido à frente com mais detalhe, a média de toda a economia de acesso ao crédito é apenas de 9,5%.

**A antiguidade da firma tem um efeito idêntico no acesso ao crédito e a assimetria de informação, mais uma vez, parece ser a raiz do problema.** As firmas mais recentes têm mais dificuldade de acesso ao crédito. Apenas 3,2% das empresas com menos de cinco anos têm um empréstimo bancário activo ou uma linha de crédito, e só 2,7% têm acesso a crédito a descoberto; uma empresa com 10 anos tem uma probabilidade duas vezes maior do que uma empresa mais recente de ter um empréstimo bancário ou linha de crédito (WBES 2010). Isto sugere a presença de um outro aspecto da assimetria de informação: como os bancos não podem avaliar directamente a saúde financeira ou a viabilidade comercial dos potenciais mutuários, eles confiam no sucesso demonstrado (ou pelo menos na sobrevivência) como um sinal de idoneidade creditícia.

**A localização da empresa também é um factor primordial do acesso ao crédito, embora a existência de diferentes tipos de crédito torne esta relação um bocado mais complexa.** No WBES 2010, as firmas situadas fora de Luanda tinham uma probabilidade mais que duas vezes maior de identificar os constrangimentos ao crédito como um grave impedimento ao crescimento comparativamente às empresas sediadas na capital e as empresas localizadas fora de Luanda tinham uma probabilidade muito maior de usar os seus recursos próprios para financiar investimentos.<sup>28</sup> A diferença não é uma questão de acessibilidade, já que as firmas fora de Luanda tinham uma probabilidade marginalmente maior de ter um empréstimo bancário activo do que as empresas situadas na capital (Figura 30), mas a vantagem que as empresas fora de Luanda têm de acesso a empréstimos é mais que contrabalançada pelo seu acesso enormemente reduzido ao crédito comercial dos fornecedores e adiantamentos dos clientes, ambos valores quase insignificantes. A aparente total ausência de mecanismos de crédito a descoberto fora de Luanda também pode explicar o grande número de firmas sediadas fora de Luanda que declaram sofrer de graves constrangimentos de crédito.

**As deficiências estruturais e a escassez de informação no sector financeiro angolano irão provavelmente contribuir para que as empresas de capital estrangeiro estejam em vantagem no que toca a acesso ao crédito.** As empresas de capital estrangeiro estão frequentemente integradas em mercados financeiros mais eficientes localizados fora de Angola, o que não apenas reduz a sua dependência de bancos angolanos, como também lhes dá uma vantagem considerável sobre as suas concorrentes nacionais no sector financeiro angolano, tão parco em informações. A triagem dos mutuários para determinar a sua capacidade de endividamento é um processo caro e moroso, que é dificultado pela documentação limitada, burocracia lenta e pouco fiável e tecnologia de informação inadequada. Os bancos nacionais podem beneficiar em segunda mão da informação gerada por sistemas financeiros estrangeiros mais eficientes e classificações de crédito pré-existentes e os registos financeiros auditados independentemente das empresas estrangeiras podem torná-las muito mais atraentes como mutuários.

**Figura 30: As firmas mais pequenas, mais recentes e de capital local têm menor probabilidade de ter acesso a financiamento**  
(Firmas com empréstimos bancários e linhas de crédito em Angola por dimensão, antiguidade, localização e origem do capital, percentagem)



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas no WBES 2010 de Angola

Nota: Dados ponderados usando ponderações médias da amostra.

<sup>27</sup> De referir que a dimensão da amostra das empresas de grande dimensão foi demasiado pequena para que se possa considerar válida em termos estatísticos. Os funcionários do Banco Mundial tentaram reduzir esta limitação com a consolidação das observações em dois grupos de dimensão.

<sup>28</sup> As empresas localizadas fora de Luanda declararam que 94% do seu financiamento a curto prazo provinha de fundos internos ou da retenção de lucros, face a apenas 79% das empresas situadas em Luanda. Esta distribuição é semelhante, embora muito menos pronunciada, ao financiamento de longo prazo: 91% das empresas fora de Luanda, 88% para as empresas em Luanda.

Existe uma clara conexão entre o desenvolvimento do sector financeiro de um país e o crescimento da sua economia. Sistemas financeiros mais eficientes e sofisticados são uma forte e positiva contribuição para o crescimento de longo prazo de um país, enquanto um sector financeiro débil e subdesenvolvido pode ser um entrave significativo. Os omnipresentes constrangimentos financeiros impedem a reafectação rápida e eficiente de recursos, reduzindo o dinamismo da economia. As indústrias emergentes crescem mais lentamente do que deveriam, enquanto as indústrias em declínio tendem a prolongar a sua actividade, utilizando capital escasso que podia ser utilizado de forma mais rentável. Acresce que existem vários canais microeconómicos específicos, cujos constrangimentos financeiros afectam as empresas noutros sectores e criam distorções sistémicas na totalidade da economia.

**Um dos canais de transmissão diz respeito ao empreendedorismo e à entrada de novas empresas no mercado.** O acesso financeiro está directamente correlacionado com a proliferação de startups (Klapper, Laeven and Rajan, 2006). Por outro lado, os constrangimentos financeiros protegem efectivamente as empresas estabelecidas de novos concorrentes. Apesar da preponderância de pequenas e médias empresas (PME) na economia angolana, um sector financeiro profundamente concentrado e estruturalmente ineficiente irá provavelmente impedir a entrada de novas pequenas empresas.

**Um segundo canal afecta o crescimento das pequenas empresas e sua capacidade para competir directamente com as empresas de maior dimensão.** Startups com capacidade para ultrapassar a barreira inicial à sua entrada, representada por um sector financeiro débil, continuam a enfrentar constrangimentos de crédito quando tentam incrementar as suas operações. De acordo com Beck (2007) as PME em países em desenvolvimento classificam, consistentemente, o acesso ao financiamento como o desafio mais grave para a continuação do seu crescimento e Beck, Demircug-Kunt, and Maksimovic (2005) concluem que as “pequenas empresas...enfrentam mais obstáculos ao financiamento do que as de maior dimensão e são mais gravemente afectadas quando são confrontadas com restrições de financiamento”. Este efeito perpetua o desequilíbrio entre pequenas e grandes empresas, comum a toda a economia, e reduz ainda mais a competição do mercado. As firmas existentes estão protegidas contra novos concorrentes e as empresas grandes estão protegidas contra empresas mais pequenas.

**Um terceiro canal de transmissão envolve o efeito dos constrangimentos financeiros na inovação a nível de empresa.** Num estudo de 47 países em desenvolvimento, entre 2002 e 2005, Ayyagari, Demircug-Kunt, and Maksimovic (2011) chegam à conclusão que a proporção de despesas de investimento das empresas, que são financiadas por fundos externos (principalmente empréstimos bancários e linhas de crédito), está positivamente correlacionada com dimensões múltiplas de inovação. Neste contexto, ‘inovação’ diz respeito não apenas à introdução de novas tecnologias e ao desenvolvimento de novas linhas de produtos, mas também a um leque de actividades e características organizacionais que reflectem a aptidão da empresa para incorporar novas qualificações, competências e métodos de negócio. Uma inovação limitada abranda a transferência de conhecimento e perpetua o uso de tecnologias físicas e organizacionais antiquadas, agravando a eficiência reduzida de um mercado imperfeito em termos de competitividade.

**Por último, os constrangimentos financeiros criam distorções, tanto dentro como entre as diferentes indústrias e sectores, fazendo uma afectação incorrecta dos recursos em toda a economia.** As indústrias, onde o financiamento externo é particularmente crucial, são mais negativamente afectadas pelos constrangimentos de crédito (Rajan and Zingales, 1998); em consequência, a presença de um sector financeiro débil tende a favorecer o crescimento de indústrias com baixas exigências de capital, mesmo que estas indústrias não sejam as que mais se adequam às condições económicas locais. Acresce que numa determinada indústria, os constrangimentos financeiros podem promover técnicas de produção com uso intensivo de mão-de-obra em detrimento de métodos com uso mais intensivo de capital, independentemente da sua eficiência técnica relativa.

### ***Por Que Motivo os Constrangimentos de Crédito São Importantes para o Crescimento da Economia Angolana?***

**Estudos analíticos recentes sublinham a complexa relação entre as condições de crédito enfrentadas pelas empresas e o desenvolvimento económico.** A Caixa 10 descreve vários elementos desta relação que, não só dizem respeito ao impacto dos constrangimentos de crédito na taxa global de crescimento de um país, mas também englobam dimensões múltiplas de competitividade e dinamismo económico. Entre os mais importantes, conta-se o efeito dos constrangimentos de crédito sistemáticos na competição entre empresas e na concentração de quotas de mercado.

**Em parte fruto dos constrangimentos de crédito descritos acima, os mercados do sector formal de Angola tendem a ser dominados por um número restrito de empresas de grande dimensão e bem estabelecidas que enfrentam uma competição**

**reduzida.** Os mercados de concorrência imperfeita reduzem o incentivo das grandes empresas a maximizarem a eficiência e, em alguns casos, uma empresa ou grupo de empresas dominante pode até mesmo exercer poder de mercado,<sup>29</sup> alterando preços e distorcendo incentivos competitivos numa determinada indústria com impactos secundários em indústrias associadas. Muitos dos principais mercados internos de Angola, incluindo a indústria transformadora e o próprio sector financeiro, estão dominados por um número pequeno de empresas poderosas. Em alguns casos, estas firmas beneficiam de uma margem de preços próxima de um oligopólio. Por outras palavras, controlam uma enorme percentagem do mercado, tendo capacidade para directamente manipular preços, elevando os seus lucros à custa dos consumidores e da eficiência da economia no seu todo.

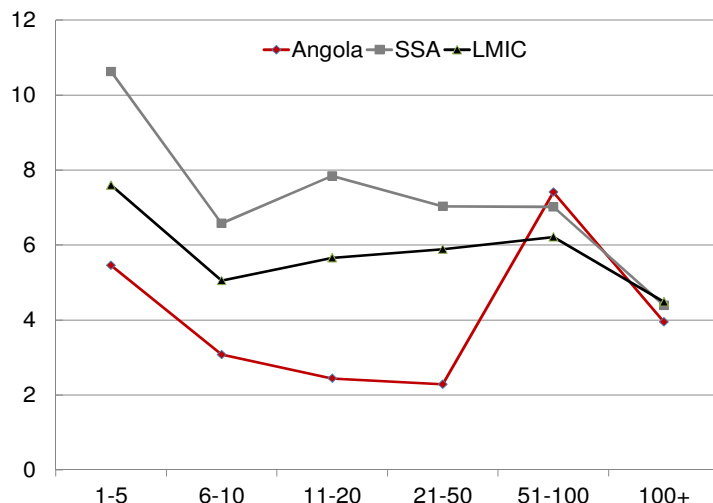
**A continuação da posição dominante de algumas firmas poderosas tem sérias implicações na competitividade de Angola.**

Na maioria dos países, as pequenas empresas bem-sucedidas tendem a crescer rapidamente no início e, depois, a experimentar um abrandamento no crescimento, quando os retornos diminuem. Esta dinâmica é fundamental para a competitividade do mercado: a taxa de crescimento mais rápida das pequenas empresas permite-lhes expandir as suas operações e competir directamente com as empresas maiores; isto ajuda a evitar a concentração excessiva de quotas de mercado quando as novas empresas disputam um lugar com as empresas estabelecidas. Em Angola, porém, as evidências indicam que tal não é o caso e que as grandes empresas tendem a crescer a taxas mais aceleradas do que as suas concorrentes de menor dimensão. Isto implica que constrangimentos sistemáticos ao crescimento das empresas mais pequenas podem reduzir substancialmente a competição na economia interna, enfraquecendo os incentivos à eficiência e deixando as firmas angolanas menos aptas a competir nos mercados internacionais.

**Os dados sobre inovação a nível de empresa sugerem que os constrangimentos de crédito estão a diminuir a capacidade das empresas angolanas para adoptarem novos métodos de produção, desenvolverem novas linhas de produtos e incorporarem novas tecnologias.** A classificação de Angola no Relatório sobre a Competitividade de África (ACR) em matéria de “inovação e sofisticação”, bem como os indicadores especificamente relacionados com a existência e adopção de novas tecnologias, estão entre os mais baixos do mundo. Angola ocupava a 130ª posição em “prontidão tecnológica” e a última entre todos os países inquiridos no domínio de “inovação e sofisticação” (WEF 2011). Uma oferta inadequada de crédito ao investimento refreia directamente as taxas de inovação e de absorção tecnológica e este efeito é exacerbado pelo acesso desigual ao crédito e respectivo impacto nos incentivos à competitividade.

**Figura 31 As PME angolanas crescem mais lentamente do que as PME em países comparáveis ou do que grandes empresas em Angola, com implicações profundamente negativas para a competitividade do mercado e o dinamismo económico**

*(Taxas médias de crescimento anual desde o início, percentagem)*



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES.

Nota: os resultados são obtidos a partir de regressões com idade, sector e dummies de anos controlados, ponderados em função da dimensão média. Em relação a Angola, foram utilizados tanto os dados de 2006 como de 2010; os grupos de comparação usam os dados disponíveis mais recentes do período entre 2006 e 2010.

<sup>29</sup> “Poder de mercado” é a capacidade que possui uma única empresa ou um grupo de empresas de deliberadamente alterar preços, quer através de decisões de produção quer através de práticas anti-concorrenciais. Num mercado perfeitamente competitivo, nenhuma empresa ou grupo de empresas tem possibilidade de exercer poder de mercado mas, num mercado com profundos obstáculos à entrada, uma ou mais empresas podem ter capacidade para utilizar a sua posição como produtores (ou, em raras circunstâncias, a sua posição como compradores) para afectar os preços de todas as empresas dessa indústria, com o objectivo de aumentar os seus lucros à custa dos consumidores ou de forçar a saída de outras empresas.



Os WBES 2006 e 2010 WBES fornecem uma profusão de detalhes sobre as características únicas das empresas e mercados angolanos. Os WBES são um complemento importante para o censo nacional de empresas, as *Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais*, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Revela, pelo menos, duas características constantes que são especialmente relevantes para esta análise e que não são captadas pelo censo do INE. A primeira é que as empresas angolanas tendem a ser ou muito pequenas ou muito grandes, com apenas uma fracção mínima de empresas médias. A segunda é que as pequenas empresas excedem vastamente as grandes, com as grandes empresas geralmente a enfrentarem apenas uma quantidade reduzida de concorrentes de dimensão comparável.

**Se bem que esta distribuição não seja invulgar, especialmente nos países em desenvolvimento da SSA, em Angola parece ser particularmente pronunciada.** Cerca de 80% das empresas angolanas têm menos de 50 funcionários, apenas 9% têm entre 50 e 100 e os restantes 11% têm mais de 100 (WBES 2010). Acresce que estas grandes empresas tendem a ser muito, muito grandes: tão grandes que, de facto, a sua quota de mercado não está equilibrada com a quota combinada das bastante mais numerosas pequenas empresas. Não apenas as grandes empresas de Angola tendem a ser gigantes, como a sua dimensão não é contrabalançada com a abundância de firmas mais pequenas: muitos Davids não são iguais a um Golias.

**Na SSA e nos LMIC de todo o mundo, as firmas mais pequenas geralmente crescem a taxas muito mais aceleradas do que as empresas maiores mas, em Angola, é o oposto.** A [Figura 31](#) compara as taxas de crescimento anuais das empresas angolanas com as médias da SSA e dos LMIC do mundo inteiro. Os resultados são surpreendentes: as pequenas empresas em Angola crescem a um ritmo muito mais lento do que as pequenas empresas em outros países, estando cerca de 4% a 5% atrás da média da SSA em cada categoria por dimensão. No entanto, quando chegam aos 50-100 funcionários, as taxas de crescimento das empresas angolanas disparam consideravelmente, equiparando-se à média da SSA. Em consequência, as pequenas empresas de Angola não só crescem mais lentamente do que as suas congéneres noutros países, como também crescem mais lentamente do que as grandes empresas em Angola. Esta conclusão contraria o padrão normal, com consequências profundamente negativas para a competitividade e dinamismo da economia angolana.

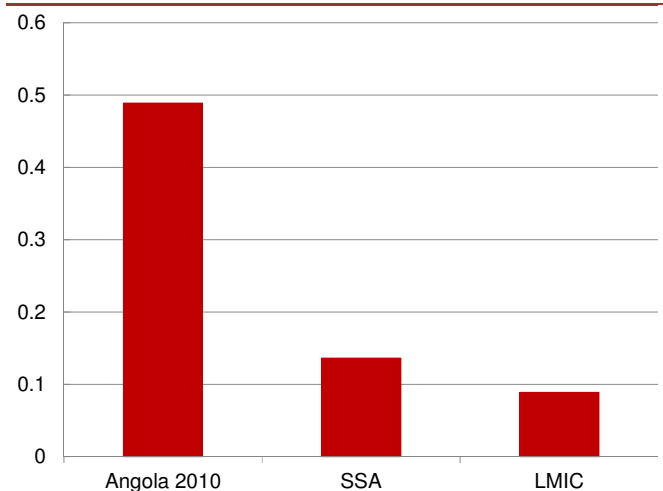
**A lenta taxa de crescimento das PME angolanas contribui para a concentração de quotas de mercado entre um número relativamente pequeno de empresas bem estabelecidas e de grande dimensão.** Muitos dos principais sectores económicos de Angola caracterizam-se por um pequeno número de empresas gigantes que dominam os respectivos mercados; estas empresas enfrentam competição limitada e os incentivos para maximizar a eficiência ficam consequentemente diminuídos. O Índice Herfindahl-Hirshman (IHH) é uma ferramenta útil para analisar a concentração de empresas e, indirectamente, a competição de mercado.<sup>30</sup> Em Angola, o IHH revela um padrão digno de registo. Como se mostra na [Figura 32](#), a concentração de empresas em Angola é muitíssimo mais alta do que as médias da SSA e dos LMIC.<sup>31</sup> Os dados apresentados na [Figura 33](#) corroboram este facto, mostrando uma percentagem muito pequena de empresas angolanas (menos de 1 em cada 4) que operam num mercado onde existem mais de cinco concorrentes.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> O IHH é a soma dos quadrados das quotas de mercado das empresas: uma classificação IHH mais elevada indica uma concentração maior da quota de mercado entre um número relativamente pequeno de empresas. É importante reconhecer que o IHH não é uma medida perfeita da competição de mercado e que até mesmo um mercado altamente concentrado pode ser mais ou menos competitivo com base numa variedade de condições locais (ver, por exemplo, Claessens and Laeven 2004). No entanto, medidas mais precisas da competição, como o índice Learner e a margem preço/custo, discutidos nesta análise, parecem confirmar as implicações do IHH.

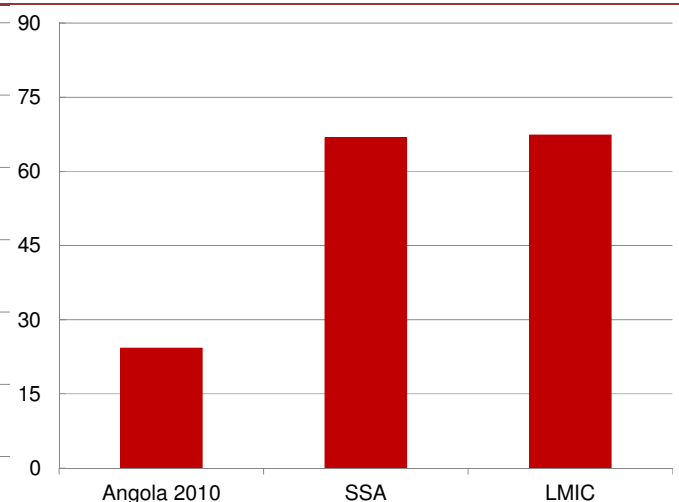
<sup>31</sup> Nesta análise o IHH é medido numa escala de 0 a 1, em que 0 representa um mercado perfeitamente competitivo, com um número de empresas efectivamente ilimitado e 1 representa um mercado em que uma empresa única detém um monopólio completo. Outras análises representam o IHH por um número inteiro entre 1 e 10 000 mas, em qualquer um dos casos, uma classificação mais alta indica um mercado mais concentrado.

<sup>32</sup> O IHH apresentado aqui pode ter sofrido o impacto de um número substancial de empresas que não declaram vendas. Esta ressalva aplica-se não só a Angola mas a todos os conjuntos de dados dos WBES.

**Figura 32: A concentração de empresas em Angola é muitíssimo mais alta do que em países comparáveis (Índice Herfindahl-Hirshman, 2010)**



**Figura 33: Menos de 25% das empresas em Angola funcionam num mercado com mais de 5 concorrentes (Empresas com mais de 5 concorrentes, percentagem)**



Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial baseadas nos WBES.

Nota: Dados ponderados utilizando ponderações médias das amostras. Utilizaram-se os dados disponíveis mais recentes do período 2006 a 2010 para os grupos de comparação.

**Uma economia povoada de numerosas pequenas empresas e apenas algumas grandes, como é o caso de Angola, tende, de facto, a ser hostil às PME e pode sistematicamente beneficiar as empresas de maior dimensão.** Os mercados caracterizados por uma profusão de pequenas empresas tendem a apresentar uma parcialidade estrutural negativa, impedindo o crescimento destas firmas e favorecendo as empresas de maior dimensão, que continuam em número reduzido porque estão protegidas de concorrência. Em Angola, este efeito está demonstrado pela extrema concentração de quotas de mercado das empresas de maior dimensão na maioria das indústrias e pelas dificuldades das pequenas empresas em crescer.

**A distribuição das empresas por dimensão oferece uma análise mais detalhada da concentração do mercado.** A quota mínima de médias empresas na economia angolana pode indicar a dificuldade que as empresas enfrentam para aumentar as suas operações. Isto implica a presença de sérios constrangimentos ao crescimento, que impedem que as pequenas empresas se expandam e protegem as grandes empresas de concorrência. Esta conclusão é ainda corroborada pelo ACR 2011, que dá a Angola classificações muito baixas em termos de “intensidade da concorrência local”, “grau de domínio do mercado” e “eficácia da política antimonopolista”. Relativamente à eficiência global do mercado de mercadorias Angola ocupava a 133ª posição entre 139 países.

Os constrangimentos de crédito parecem ser particularmente pronunciados nas empresas transformadoras que já se deparam com uma imensidão de condições adversas relacionadas com a ascensão do sector de recursos naturais de Angola. 63% das empresas transformadoras de Angola identificaram o acesso ao crédito como um constrangimento ao crescimento “principal” ou “muito grave”, um número muito superior ao da média de toda a economia. Em 2012, a indústria transformadora representava apenas 10% de todo o crédito ao sector privado. Em contrapartida, os serviços recebiam 42%, enquanto o comércio, transportes, imobiliário e serviços de utilidade pública representavam 30%. Cada um destes sectores está fortemente associado com as indústrias extractivas, directamente ou através da apreciação da taxa de câmbio real, que está a impulsionar a procura de não transaccionáveis.

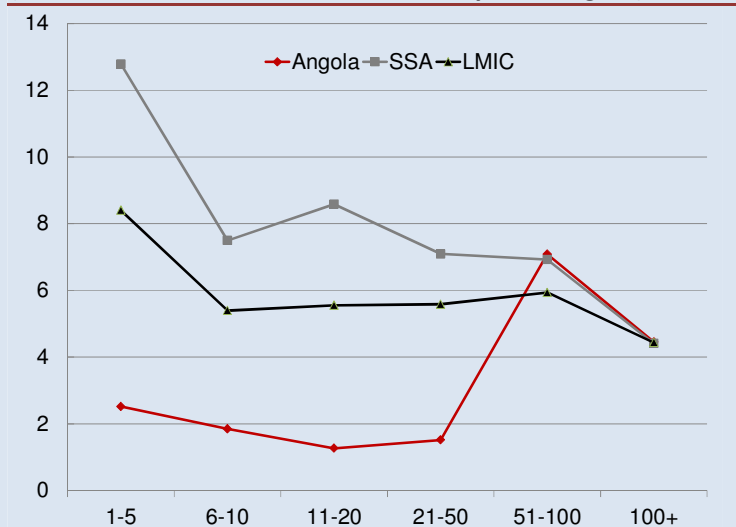
Acresce que as pequenas empresas transformadoras apontavam, com maior frequência do que as empresas maiores, os constrangimentos de crédito como um obstáculo principal (68% e 40% respectivamente). As percepções de constrangimentos de crédito entre as empresas transformadoras são comprovadas pelos dados sobre empréstimos, pela distribuição das empresas transformadoras por dimensão e pela quota de concentração de mercado relativamente alta entre as empresas transformadoras. A taxa de crescimento das pequenas empresas transformadoras até é mais baixa, comparativamente às grandes empresas do que face à economia como um todo, com efeitos semelhantes na concentração do mercado (Figura 34).

A distribuição por dimensão também indica que a concentração do mercado é intensa no sector transformador, embora o IHH revele índices de concentração mais acentuados na construção e especialmente no comércio grossista e retalhista. De acordo com o anterior censo das empresas do governo angolano (INE 2005), 72% das empresas do sector transformador têm menos de 10 funcionários; 13% têm menos de 20; e apenas os 14% restantes têm mais de 20. Esta constatação é um forte indício de que as empresas do sector transformador enfrentam graves obstáculos ao crescimento, tendo especialmente em conta o uso intensivo de mão-de-obra da actividade transformadora nos países em desenvolvimento e os elevados retornos tradicionais para as economias de escala. É importante notar que o financiamento está longe de ser o único obstáculo que as pequenas empresas enfrentam quando tentam expandir-se mas, como se descreve abaixo, é um dos que mais impactos produz.

Enquanto as empresas transformadoras enfrentam sérios constrangimentos de crédito, há evidências que estas dificuldades estão ainda mais acentuadas na indústria da construção e no sector do comércio grossista e retalhista. As empresas transformadoras são tradicionalmente pequenas e o sector caracteriza-se por uma concorrência limitada mas as quotas de mercado entre as empresas da construção e do sector do comércio interno estão ainda mais fortemente concentradas. Acresce que o sector financeiro angolano é, ele próprio, dominado por um número reduzido de grandes empresas (ver abaixo). Conjuntamente, estes factores diminuem os incentivos à competitividade,

**Figura 34: Os constrangimentos de crédito são particularmente graves para os pequenos fabricantes, enquanto o crescimento das grandes empresas transformadoras é semelhante ao das suas congéneres em países comparáveis**

**(Taxas de crescimento médias anuais, percentagem)**



Fonte: estimativas dos funcionários do Banco Mundial, baseadas nos WBES

Nota: os resultados são obtidos a partir de regressões com idade, sector e dummies de anos controlados, ponderados em função da dimensão média. A amostra limita-se aos sectores da transformação. Em relação a Angola, foram utilizados tanto os dados de 2006 como de 2010; os grupos de comparação usam os dados disponíveis mais recentes do período entre 2006 e 2010.

abrandam a adopção de novas tecnologias e métodos de produção e criam distorções sistemáticas em toda a economia: quanto maior for a concentração das empresas angolanas, mais elas perdem a sua vantagem competitiva.

### Qual o Grau de Concentração do Próprio Sector Financeiro?

O sector financeiro angolano caracteriza-se por uma extrema concentração do mercado e o domínio de empresas financeiras de grande dimensão. Apesar da rápida expansão dos serviços financeiros em Angola, com 14 novos bancos a entrarem no mercado em apenas 20 anos, em 2011 Angola continuava a ser um dos apenas 5 países da SSA com uma classificação CR3 de mais de 85% (Banco Mundial 2011).<sup>33</sup> Isto significa que os três maiores bancos do país, no seu conjunto, dominavam mais de 85% do sector financeiro.

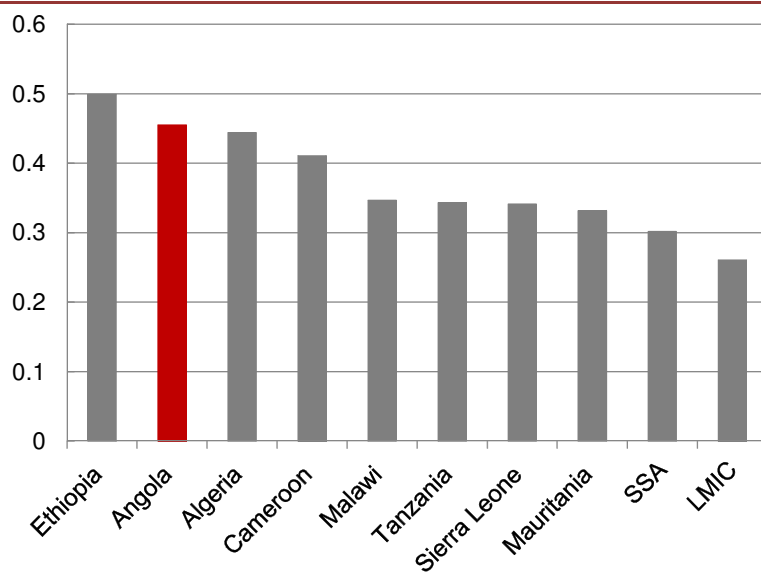
A dinâmica da concentração do mercado no sector financeiro é indicada por medidas mais precisas da competição e do poder de mercados, como o índice Lerner. O índice Lerner reflecte a capacidade dos bancos para influenciar directamente os preços e o sector financeiro.<sup>34</sup> Entre 2001 e 2009, a pontuação média de Angola no índice Lerner para o sector financeiro era de 0,46, uma das mais altas do mundo, indicando que os bancos angolanos exercem um poder de mercado extraordinário (Love and Martinez Peria 2012) (Figura 35).

A capacidade dos bancos angolanos para influenciar os preços dos serviços financeiros aumenta a sua rentabilidade mas fá-lo à custa da eficiência do sistema bancário, prejudicando desproporcionadamente os mutuários que dependem exclusivamente do sector financeiro interno. Love and Martinez Peria (2012) demonstram que “a baixa competição, medida por valores elevados do índice Lerner, diminui o acesso das empresas ao financiamento”, enquanto Claessens (2009) refere que “como acontece noutras indústrias, o grau de concorrência no sector financeiro é importante para a eficiência da produção de serviços financeiros, qualidade dos produtos financeiros e grau de inovação no sector [e] para o acesso das empresas e agregados familiares aos serviços financeiros.”<sup>35</sup>

A concentração excessiva do sector financeiro angolano e a limitada concorrência entre as empresas financeiras criam distorções sistémicas que abrangem toda a economia, conduzindo a uma concentração excessiva e concorrência limitada nos outros sectores.

Como descrito acima, os mercados angolanos tendem a caracterizar-se pela presença dominante de algumas empresas bem estabelecidas e de grande dimensão que gozam de vantagens significativas sobre as PME. Um relatório recente do Banco

Figura 35: O sector bancário de Angola tem uma das mais altas taxas de concentração da região (Pontuações do Índice Lerner, Angola, Alguns Países que servem de Comparação, médias dos LMIC e SSA)



Fonte: Love and Martinez Peria (2012).

Nota: Os termos de comparação indicados aqui são os seis países da SSA com pontuações próximas das de Angola

<sup>33</sup> Os outros quatro eram Argélia, Malawi, Maurícias e Sudão. A média CR3 da SSA era de 68%.

<sup>34</sup> O índice Lerner é o preço de mercado para uma empresa menos o custo marginal da empresa expresso como uma percentagem do preço de mercado. É equivalente ao inverso negativo da elasticidade de preço da procura. Semelhante ao IHH, o índice Lerner é apresentado como um decimal entre 0 e 1, onde 0 indica um mercado perfeitamente competitivo, no qual as empresas não exercem poder de mercado; e 1 indica um monopólio completo.

<sup>35</sup> Contudo, Claessens também encontra evidências de que a competição excessiva pode promover instabilidade no sistema financeiro e conclui que “a opinião de que a competição nos serviços financeiros é inequivocamente boa tem menos aplicação aqui do que nas outras indústrias”.

Mundial sobre financiamento em países em desenvolvimento (Banco Mundial 2008) conclui que a concentração excessiva da indústria bancária é uma forma segundo a qual os mercados financeiros, pouco desenvolvidos e onde a competição é imperfeita, transmitem efeitos negativos à economia mais vasta, prejudicando as suas perspectivas de crescimento de longo prazo.

## Regulamentos Financeiros e Instituições Relacionadas

### *O Que É que as Autoridades Estão a Fazer para Aumentar a Eficiência do Sector Financeiro?*

**O clima institucional e regulador tem um papel importante na determinação da eficiência do sector financeiro; em Angola, o passado deste sector é parcialmente responsável por muitas das suas debilidades actuais.** Embora se tenha alcançado bastante progresso durante o processo de reforma que decorre há mais de duas décadas, ainda muito precisa de ser feito para modernizar a estrutura da política do sector financeiro angolano e para o libertar da sua longa herança de volatilidade estrutural, de políticas intervencionistas e de incentivos distorcidos.

**Antes do fim da Guerra Civil em 2002, a indústria financeira de Angola era dominada por grandes bancos estatais, sem nenhuma ou muito pouca competição do sector privado.** Durante a década de 90, a inflação atingia repetidamente valores expressos com 3 dígitos, conduzindo a uma dolarização generalizada das participações financeiras. Nos últimos anos do conflito, o Kwanza angolano tornou-se tão instável que os bancos do país converteram 70% dos seus activos totais em USD (Aguemon, Mireles, and Ogilvie, 2009). Embora o governo tenha, desde então, feito uma esforço imenso e credível para restaurar a confiança no Kwanza, mantiveram-se as taxas elevadas de dolarização financeira.<sup>36</sup>

**A posição dominante dos bancos estatais teve implicações negativas na estabilidade do sector financeiro e na oferta de crédito.** As reservas mínimas para os depósitos do Estado eram extremamente altas e continuam em 100% - significa que, por cada Kwanza depositado pelo Estado e emprestado por um banco, será preciso manter em reserva um outro Kwanza. Num sector onde os bancos estatais eram os principais actores financeiros, os depósitos do estado representavam o grosso dos activos dos bancos e as elevadas reservas mínimas restringiam extraordinariamente a disponibilidade de crédito.

**O governo angolano executou progressivamente, desde a década de 90 até aos primeiros anos de 2000, uma série de reformas concebidas para liberalizar o sector financeiro.** A partir de 2002, os bancos privados começaram a entrar em força no sector e, no fim da década, apenas um dos três maiores bancos de Angola era ainda estatal. O número total de bancos cresceu extraordinariamente, de 9 em 2002 para 18 em 2009 e para 23 em 2012. Este processo foi muito importante para atenuar as debilidades do sector. À medida que a taxa de inflação caía e estabilizava, as taxas de dolarização iam caindo; quando a crise global inverteu esta tendência, o Banco Central de Angola tomou medidas rápidas e decisivas destinadas a controlar a volatilidade da taxa de câmbio e injectar liquidez no sector financeiro, impedindo eficazmente o regresso da dolarização.

**A credibilidade das políticas do BNA e um panorama global económico positivo levaram as três principais empresas internacionais de notação de crédito, Moody's, Fitch e Standard and Poor's a elevarem a notação do endividamento de Angola de longo prazo em divisas estrangeiras para Ba3, BB- e BB-, respectivamente.** Entretanto, o spread dos bancos do sector privado aumentou substancialmente os depósitos privados, que actualmente estão sujeitos a reservas mínimas muito mais baixas (hoje em dia, 25% para depósitos em Kwanzas) e consequentemente dinamizaram a disponibilidade de crédito. A nova lei cambial, descrita acima, contribuiu também para acelerar o aumento da liquidez do Kwanza como parte de um esforço destinado a restringir a dolarização financeira. Por último, e talvez o aspecto mais importante, quando o governo reduziu as suas intervenções no sector bancário, os colapsos no sector e o uso explícito de influência política no sistema bancário tornaram-se cada vez mais raros.

---

<sup>36</sup> A dolarização do sector financeiro envolve cedências significativas entre estabilidade a curto e a longo prazo. Num contexto de uma inflação elevada e imprevisível, a detenção de activos em dólares apresenta vantagens consideráveis e a dolarização pode ajudar a limitar o impacto da volatilidade macroeconómica na economia alargada. Contudo, taxas de dolarização elevadas contribuem também para riscos sistémicos de solvabilidade e liquidez e pode minar gravemente a eficácia da política monetária do governo. Vide De Nicolo, Honohan and Ize, 2003.

Recentes estudos analíticos conjuntos do FMI-Banco Mundial dão-nos perspectivas valiosas do desenvolvimento em curso do sistema financeiro angolano, muitas das quais são relevantes para esta análise. Uma delas é o enorme progresso registado na reforma do sector financeiro, descrita acima, que está reflectido no rápido crescimento e diversificação dos serviços financeiros ao longo das duas últimas décadas. Uma das medidas mais importante do governo foi a criação de um quadro legislativo para o registo público do crédito, que se discute com mais pormenor abaixo.

Contudo, apesar da proliferação de empresas financeiras que oferecem uma gama crescente de serviços, o sector depara-se com sérios desafios em todo o sistema. Muitos dos bancos angolanos continuam subcapitalizados no despontar da crise financeira global e o sector financeiro, como um todo, está exposto a vulnerabilidades significativas relacionadas com as indústrias extractivas em geral, e as entradas voláteis de divisas provenientes dessas indústrias. A intervenção directa do governo no sector financeiro, em especial através do conglomerado estatal petrolífero Sonangol, distorce as operações dos mercados financeiros e o seu papel no sector está apenas a reduzir lentamente. Acresce que os mecanismos regulamentares e de fiscalização são inadequados, os próprios bancos sofrem frequentemente de problemas de governação interna graves e nem as autoridades nem o sector privado estão devidamente preparados para gerir os choques, cuja possibilidade está ampliada pela grande proporção de bancos europeus no sector financeiro (cerca de 50%), o que expõe Angola à incerteza da actual crise da dívida soberana na zona Euro, embora o governo esteja a tomar medidas para mitigar os riscos.

As tendências actuais no sector financeiro angolano indicam um número de alterações significativas como graves desafios potenciais nos próximos anos. Prevê-se que uma nova lei que rege as entradas de divisas aumente substancialmente a liquidez dos bancos angolanos, um desenvolvimento potencialmente muito positivo face às baixas taxas de concessão de empréstimo do sector e coeficientes de adequação do capital duvidosos. No entanto, uma liquidez em rápido crescimento também implica a possibilidade de promover práticas bancárias de alto risco e as medidas de salvaguarda adequadas ou ainda não existem ou são pouco aplicadas. Entretanto, admite-se que os aumentos projectados das receitas petrolíferas exacerbem o potencial para uma concessão de crédito insustentável. O governo está presentemente a envidar esforços destinados a responder a estas preocupações, em colaboração com o FMI e outros parceiros de cooperação.

### ***Que Papel Poderão as Instituições Ter na que Toca a Melhorar o Acesso das Empresas ao Financiamento?***

Para além da sua concentração excessiva, um certo número dos mercados privados complementares do sector financeiro está pouco desenvolvido ou não existe mesmo, incluindo a tão esperada criação de uma bolsa de valores nacional. Em quase todo o mundo e num número crescente de países da SSA, a venda de acções num mercado de valores é uma das formas mais comuns que uma empresa tem para realizar capital de investimento. Embora o estabelecimento de uma bolsa de valores nacional (a futura “Bolsa de Luanda”) esteja, há muito tempo, entre os principais objectivos de política económica do governo,<sup>37</sup> a criação de um mercado accionista privado exige o desenvolvimento de um quadro jurídico e administrativo adequado para reger as suas operações. A cotação das empresas angolanas e as informações geradas por uma bolsa de valores – por exemplo, através da divulgação pedida pelos accionistas privados – seriam muito úteis para as instituições financeiras que pretendessem avaliar a idoneidade creditícia relativa das empresas angolanas.

A falta generalizada de serviços de contabilidade e auditoria padronizados e fiáveis agrava fortemente a ineficiência do sector financeiro. Apenas 20% das empresas angolanas preparam demonstrações financeiras anuais verificadas por auditores externos, enquanto a média para o resto de África se situa acima de 40%. Sem uma verificação fiável por terceiros dos registos financeiros das empresas, será muito difícil para os mutuantes determinar a sua solvabilidade. De uma forma geral, as empresas maiores estão mais aptas a contratar auditores externos e, conseqüentemente, comunicar a respectiva idoneidade creditícia, quer por causa da maior disponibilidade dos seus recursos quer porque existe tipicamente uma economia de escala na auditoria – é, por exemplo, mais caro auditar as contas de uma grande empresa do que de uma pequena mas a diferença de custo não é proporcional à diferença de dimensão.

<sup>37</sup> O edifício onde ficará instalada a bolsa já foi construído com fundos privados e a sua abertura estava originalmente prevista para 2008. Até à data, continua vago.

**A capacidade do mercado segurador nacional para apoiar o sector financeiro continua seriamente limitada, apesar da expansão em curso.** Na sequência da execução do conjunto de reformas muito abrangentes orientadas para o mercado nos anos 90 e inícios de 2000, a indústria de seguros cresceu a um ritmo notável, tendo o número de prestadores de seguros aumentado de apenas uma empresa estatal para mais de 20 companhias de seguros privadas ao longo das últimas duas décadas: no entanto, a indústria continua amplamente centrada no sector dos recursos naturais e nos outros mercados a actividade de seguros é muito limitada.

**O governo está a tentar resolver algumas destas deficiências nos mercados financeiros e a recente criação de um registo público do crédito é um desenvolvimento particularmente positivo.** A *Central de Informação de Riscos de Crédito* (CIRC), actualmente em fase piloto, é gerida pelo BNA. A sua função primeira é coligir e partilhar informações sobre transacções bancárias, que pratica numa base de reciprocidade: apenas os bancos que declaram as suas transacções ao sistema podem ter acesso às informações. Mesmo nesta fase tão inicial, o BNA reporta que 95% dos bancos já estão a participar no sistema CIRC, o que dá uma indicação adicional de quanto é valiosa a informação sobre crédito no mercado financeiro angolano.

**Além disto, as autoridades continuam a ampliar os serviços básicos de informação pública e de manutenção de registos.** As actividades de registo e avaliação de propriedades, em particular, não conseguiram acompanhar o ritmo do rápido crescimento e contínua sofisticação da economia angolana. Embora o governo esteja a tentar responder a esta situação com a expansão dos sistemas de registo de terra e de bens, os registos públicos de propriedade existentes continuam incompletos e pouco fiáveis e o processo de registo é, em si mesmo, extremamente moroso, exigindo em média 184 dias, o que é bastante mais longo do que nos países comparáveis. Acresce que Angola não tem presentemente nenhum registo de garantias em funcionamento. Direitos de propriedade bem definidos e verificação independente dos valores das propriedades serão particularmente úteis para as pequenas empresas que tentem contrair empréstimos usando os seus activos como colateral.

### *Quais os Desafios que Ainda Estão pela Frente?*

**Embora o governo tenha feito progressos no que toca a reformar alguns aspectos do sector financeiro, já menos se conseguiu em termos das instituições de apoio de importância vital, tanto públicas como privadas.** A eficiência da indústria financeira angolana e a oferta de crédito a toda a economia estão limitadas por deficiências na manutenção de registos públicos básicos, debilidades no sistema judicial e a falta de instituições-chave do sector financeiro. Em consequência, as informações são escassas, os procedimentos judiciais são caros e imprevisíveis e o âmbito dos serviços financeiros continua muito reduzido. Embora esta secção vise, em primeiro lugar, ser descritiva e não prescritiva, a discussão sobre o sector financeiro de Angola tem pelo menos de referir o processo de reforma e as opções de políticas à disposição do governo.

**O governo continua a envidar esforços destinados a expandir o registo de propriedade, melhorar a eficiência do sistema judicial e reduzir os custos dos procedimentos legais relacionados com o sector bancário e financeiro mas muito precisa de ser feito em cada uma destas áreas.** Uma avaliação minuciosa destes esforços ultrapassa o âmbito desta análise mas enquanto se verifica progresso, a ineficiência da administração pública continua a abrandar significativamente o crescimento e a elaboração de serviços financeiros, prejudicando assim o desenvolvimento da economia como um todo. Num inquérito conduzido para o ACR 2011, uma pluralidade de inquiridos indicou “a burocracia ineficiente do governo” como o obstáculo mais significativo à realização de negócios em Angola (WEF 2011).

**Os entraves financeiros à entrada e expansão de pequenas empresas, descritos acima, são agravados por debilidades fundamentais no clima regulador e de negócios.** Está em curso o programa de reformas do governo mas, entretanto, Angola continua bem atrás dos países comparáveis em quase todas as dimensões de competitividade económica. Como já se disse, os elevados custos administrativos e regulamentares estavam no topo da lista dos constrangimentos à actividade económica reportados pelas empresas no ACR 2012 e a infraestrutura de Angola ocupava o 136º lugar num total de 139 países (WEF 2011). O mais preocupante, contudo, é a dificuldade em começar um negócio. Apesar da consolidação dos procedimentos de licenciamento num “Balcão Único do Empreendedor” em 2011, Angola estava na 171ª posição entre um total de 185 países no que se refere a facilidade para fazer negócios no relatório Doing Business 2013, deslizando quatro lugares da sua posição em 2012 (IFC 2013).



**Recentemente, o governo tomou medidas importantes para endereçar a governação do sector financeiro e reforçar a capacidade de supervisão do BNA.** Perante a rápida expansão do sector bancário, a proliferação de firmas financeiras e o crescimento robusto e sustentado da oferta de crédito, as autoridades estão a tentar aumentar a transparência e assegurar a responsabilização da gestão bancária. No final de 2014, os bancos a funcionar em Angola terão de cumprir regras rigorosas em matéria de apresentação de informação financeira, incluindo a divulgação dos accionistas e das participações no capital, bem como uma variedade de regulamentações sobre gestão de risco abrangendo auditoria, cumprimento (compliance) e teste de resistência (stress test). Estas reformas são altamente positivas e um sinal encorajador do forte compromisso do governo com a fiscalização do sector financeiro.

## Conclusão

**As empresas angolanas caracterizam-se por uma série de aspectos específicos, em consequência dos constrangimentos de crédito que enfrentam e das distorções produzidas por esses mesmos constrangimentos.** As características únicas das empresas angolanas são o resultado de numerosos factores relacionados entre si, comandados pelo acesso desigual ao crédito. As evidências demonstram claramente que as empresas mais antigas e maiores têm significativa e consistentemente mais acesso ao crédito do que as empresas mais recentes e mais pequenas. As empresas estrangeiras têm menos restrições de crédito do que as nacionais e as empresas situadas fora de Luanda experimentam constrangimentos de crédito mais severos do que as sediadas em Luanda. Se bem que o sistema financeiro angolano tenha crescido e diversificado a um ritmo notável nas últimas duas décadas, debilidades críticas do próprio sector e nas suas principais instituições de apoio, tanto públicas como privadas, continuam a ter um impacto negativo na sua eficiência. Em particular, muitos dos aspectos atípicos da economia angolana parecem residir na incapacidade dos mutuantes para determinar eficazmente a idoneidade creditícia dos potenciais mutuários.

**Para poder funcionar adequadamente, um sistema financeiro tem de ser capaz de gerar informações credíveis sobre a saúde financeira e solvabilidade das empresas e essas empresas têm de ter capacidade para comunicar essas informações aos mutuantes.**

Não se trata de uma tarefa fácil. A produção de informações financeiras é um processo complexo que envolve uma rede de instituições públicas e privadas que se apoiam mutuamente, desde as agências de registo e licenciamento que fazem o registo dos activos das empresas, aos prestadores de seguro que calculam e oferecem cobertura contra riscos, até aos serviços de notação de crédito que se especializam na avaliação da idoneidade creditícia. Sem estas instituições de apoio, os mutuantes são forçados a depender de indicadores menos precisos, que podem conduzir a uma afectação de crédito potencialmente ineficiente ou até mesmo estruturalmente tendenciosa.

**O sector financeiro angolano e as instituições que o apoiam estão insuficientemente desenvolvidos e não podem gerar a informação necessária para uma concessão de crédito eficiente, criando distorções que se repercutem a toda a economia.** Os sectores da transformação, da construção e comercial estão todos dominados por um número reduzido de grandes empresas bem estabelecidas e o sector financeiro efectivamente protege estas empresas dos concorrentes de menor dimensão. A concorrência do mercado está, portanto, limitada em toda a economia, diminuindo os incentivos à eficiência e atrasando a adopção de novas tecnologias e a disseminação de novos métodos de produção. Entretanto, as empresas estrangeiras com acesso a sistemas financeiros mais desenvolvidos no exterior gozam de vantagem considerável face às empresas angolanas.

**O governo fez progressos na adopção das condições necessárias que permitem ao sector financeiro prosperar, facto que está reflectido na rápida proliferação de bancos e outros prestadores de serviços financeiros, muito embora ainda permaneçam alguns desafios.** Até que as empresas angolanas tenham acesso a um sistema financeiro capaz de as julgar pelos seus méritos como mutuários, elas não terão capacidade para atingir o seu potencial como motores do crescimento e do emprego. Com vista a concretizar os seus objectivos, o governo angolano tem de redobrar os seus esforços destinados a criar as instituições necessárias e o quadro regulador para apoiar um sector financeiro diverso, eficiente e competitivo.

# V. ANEXOS



Anexo 1: Angola – Indicadores Económicos Seleccionados, 2009-2014

	2009	2010	2011	2012(e)	2013(f)	2014(f)
<b>Economia Real (alteração percentual, excepto indicação contrária)</b>						
PIB real	2.4	3.4	3.4	8.1	7.2	7.5
Sector petrolífero	-5.1	-3.0	-5.6	5.2	6.0	9.2
Sector não petrolífero	8.1	7.6	8.9	9.5	7.8	6.7
PIB nominal	-6.1	31.4	24.9	13.5	10.9	14.8
Deflador do PIB	-8.3	27.0	20.8	5.0	3.5	6.7
Preços no consumidor (média do período)	13.7	14.4	13.5	10.3	8.7	7.7
Preços no consumidor (final do período)	14.0	15.3	11.4	9.0	8.0	7.5
PIB (milhares de milhões de USD)	72	83	101	113	122	133
PIB (milhares de milhões de AOA)	5801	7621	9519	10800	11981	13753
PIB não petrolífero (milhares de milhões de AOA)	3138	3921	4894	5852	6843	7854
<b>Governo Central (percentagem do PIB)</b>						
Receitas e subvenções	35.7	43.2	50.2	46.0	43.1	42.4
Das quais: Receitas petrolíferas	25.0	32.8	40.1	37.5	33.8	33.8
Total das despesas	41.1	35.3	38.7	36.5	37.6	37.0
Despesas correntes	28.3	25.7	29.8	26.4	27.1	26.5
Despesas de capital	12.8	9.6	8.9	10.1	10.6	10.6
Saldo primário	-5.4	7.9	11.5	9.6	5.5	5.4
Pagamentos de juros	2.2	1.2	1.0	1.0	1.0	0.8
Saldo global	-7.6	6.8	10.5	8.6	4.5	4.6
Saldo primário não petrolífero/PIB não petrolífero	-56.2	-48.3	-55.6	-51.6	-49.7	-49.8
<b>Balança de pagamentos (Milhares de milhões de USD, excepto indicação contrária)</b>						
Exportação de bens	40.9	50.6	67.0	69.7	68.5	72.4
Das quais: Exportação de petróleo	39.4	48.6	64.5	67.4	66.0	69.7
Importação de bens	22.7	16.7	20.2	23.9	25.5	27.3
Balança comercial	18.3	33.9	46.8	45.9	43.0	45.1
Termos de trocas (alteração percentual)	-18.2	14.5	12.3	-5.9	-6.5	-2.1
Saldo da conta corrente	-7.6	7.5	11.3	7.5	6.2	6.7
<i>(em percentagem do PIB)</i>	-10.4	9.0	11.2	6.7	5.1	5.0
NIR em meses de importações	3.2	5.9	7.1	7.4	8.4	9.3
<b>Taxa de câmbio</b>						
Taxa de câmbio (média do período, AOA/USD)	79.8	92.2	94.1	95.6	98.5	103.5
Taxa de câmbio (final do período, AOA/USD)	89.6	92.9	95.5	95.7	100.9	105.8
Alterações da taxa de câmbio nominal	6.1	15.6	2.1	1.6	3.0	5.1

E: estimativas, F: Previsões

Fonte: Previsões e estimativas das autoridades Angolanas e dos funcionários do Banco Mundial.

## Anexo 2: Angola – Produto Interno Bruto

	2009	2010	2011	2012(e)	2013(f)	2014(f)
<b>Produto Interno Bruto sectorial (percentagem, anual)</b>						
Agricultura e Pesca	27.8	5.4	9.1	7.3	9.0	6.8
Indústria extractiva	-4.4	-3.5	-5.3	5.2	5.9	8.8
<i>Petróleo</i>	-5.1	-3.0	-5.6	5.2	6.0	9.2
<i>Outro</i>	4.6	-10.3	-0.7	4.6	4.0	4.0
Transformação	5.3	10.7	13.0	1.3	8.0	8.0
Electricidade	21.3	10.9	3.5	8.3	8.0	8.0
Construção	23.7	16.1	12.0	21.8	11.0	9.1
Comércio	-1.5	8.9	9.5	9.3	6.8	6.0
Serviços	6.0	4.7	9.5	7.5	5.4	4.8
Direitos de Importação	3.3	4.3	-10.3	12.5	6.7	8.1
<b>Produto Interno Bruto Sectorial (percentagem do PIB)</b>						
Agricultura e Pesca	9.9	9.1	9.0	9.4	10.0	10.1
Indústria extractiva	46.9	49.5	49.5	46.6	43.7	43.6
<i>Petróleo</i>	45.9	48.5	48.6	45.8	42.9	42.9
<i>Outro</i>	1.0	0.9	0.9	0.8	0.8	0.7
Transformação	5.9	5.7	5.8	5.7	6.1	6.2
Electricidade	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Construção	7.3	7.4	7.5	8.9	9.7	9.9
Comércio	20.1	19.1	19.0	20.1	21.1	21.0
Serviços	7.4	6.7	6.7	7.0	7.2	7.1
Direitos de Importação	2.5	2.5	2.3	2.1	2.1	2.1
<b>Despesas do Produto Interno Bruto (percentagem, anual)</b>						
<b>Procura Nacional</b>	<b>23.3</b>	<b>-20.5</b>	<b>6.9</b>	<b>12.5</b>	<b>7.2</b>	<b>7.0</b>
Consumo privado	50.3	-28.3	1.6	14.7	7.8	7.4
Consumo público	-14.0	10.6	26.3	2.7	5.0	5.5
Investimento privado	32.2	1.0	10.0	24.3	10.8	9.3
Investimento público	-27.0	-15.1	2.9	17.3	6.7	6.6
Exportações	0.7	0.5	0.3	5.5	7.1	8.4
Importações	24.7	-25.6	4.7	11.2	7.1	7.7

Fonte: Previsões e estimativas das autoridades Angolanas e dos funcionários do Banco Mundial.

### Anexo 3: Angola – Operações fiscais do Governo Central

	2009	2010	2011	2012(e)	2013(f)	2014(f)
<b>Receitas e subvenções</b>	35.7	43.2	50.2	46.0	43.1	42.4
Receitas tributárias	34.3	40.6	47.6	44.3	40.7	40.2
Receitas petrolíferas	25.0	32.8	40.1	37.5	33.8	33.8
Receitas não petrolíferas	9.3	7.8	7.5	6.8	6.9	6.4
Das quais: Imposto sobre rendimentos	3.4	3.1	3.3	3.2	3.4	3.3
Receitas não tributárias	1.4	2.6	2.6	1.7	2.3	2.2
Subvenções	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Total das despesas</b>	41	35	39	36	38	37
Despesas correntes	28	26	30	26	27	26
Salários	11	9	9	9	9	9
Bens e serviços	6.6	8.1	10.8	11.4	11.7	11.5
Transferências	10.2	8.2	9.7	6.4	6.5	6.1
Despesas de capital	12.8	9.6	8.9	10.1	10.6	10.6
<b>Saldo primário</b>	<b>-5.4</b>	<b>7.9</b>	<b>11.5</b>	<b>9.6</b>	<b>5.5</b>	<b>5.4</b>
<b>Pagamento de juros</b>	2.2	1.2	1.0	1.0	1.0	0.8
Nacional	1.6	0.4	0.6	0.6	0.6	0.6
Externo	0.6	0.8	0.4	0.3	0.3	0.3
<b>Saldo global</b>	<b>-7.6</b>	<b>6.8</b>	<b>10.5</b>	<b>8.6</b>	<b>4.5</b>	<b>4.6</b>
Variação dos pagamentos em atraso (líquido)	-0.3	0.0	1.6	-0.7	0.0	0.0
Nacional	0.3	0.0	1.6	-0.7	0.0	0.0
Externo	-0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Saldo global (base de tesouraria)</b>	<b>-7.9</b>	<b>6.8</b>	<b>12.1</b>	<b>7.9</b>	<b>4.5</b>	<b>4.6</b>
<b>Financiamento</b>	7.9	-6.8	-12.1	-7.9	-4.5	-4.6
Financiamento externo (líquido)	2.2	2.5	1.1	0.8	2.1	2.1
Financiamento nacional (líquido)	5.7	-9.3	-13.3	-8.6	-6.6	-6.6
Crédito bancário (crédito líquido ao governo)	11.3	-3.8	-5.4	-4.5	-7.2	-7.8
<i>Créditos líquidos do governo central sobre o Banco Central</i>	11.0	-3.3	-4.5	-3.1	-6.0	-6.8
<i>Créditos líquidos do governo central de depósitos bancários</i>	0.3	-0.5	-1.0	-1.4	-1.2	-1.0
Sector não monetário	-5.7	-5.5	-7.8	-4.1	0.6	1.2

Fonte: Previsões e estimativas das autoridades Angolanas e dos funcionários do Banco Mundial.

## Anexo 4: Angola – Balança de pagamentos

ANGOLA: BALANÇA DE PAGAMENTOS  
(milhões de USD)

	2009	2010	2011	2012 <sup>F</sup>	2013 <sup>F</sup>	2014 <sup>F</sup>
<b>Conta corrente</b>	<b>-7,553</b>	<b>7,455</b>	<b>11,306</b>	<b>7,545</b>	<b>6,243</b>	<b>6,706</b>
<b>Balança Comercial</b>	<b>18,288</b>	<b>33,927</b>	<b>46,806</b>	<b>45,862</b>	<b>42,994</b>	<b>45,146</b>
<b>Exportações</b>	<b>40,948</b>	<b>50,594</b>	<b>66,996</b>	<b>69,744</b>	<b>68,480</b>	<b>72,417</b>
Petróleo crude	39,391	48,630	64,473	67,366	65,985	69,741
Gás e produtos petrolíferos refinados	532	722	1,027	943	1,050	1,166
Diamantes	833	970	1,187	1,173	1,175	1,222
Outros	192	272	308	262	271	288
<b>Importações</b>	<b>22,660</b>	<b>16,667</b>	<b>20,189</b>	<b>23,882</b>	<b>25,487</b>	<b>27,271</b>
Produtos petrolíferos	4,326	3,159	3,383	4,646	4,971	5,319
Produtos agrícolas e bens alimentares	3,185	2,774	3,891	4,824	5,094	5,451
Outros	15,149	10,734	12,916	14,412	15,421	16,501
<b>Serviços</b>	<b>-18,648</b>	<b>-17,864</b>	<b>-23,086</b>	<b>-25,181</b>	<b>-25,304</b>	<b>-27,157</b>
Exportações	623	856	532	457	678	861
Importações	19,271	18,720	23,618	25,638	25,983	28,018
<b>Rendimento</b>	<b>-6,823</b>	<b>-8,171</b>	<b>-11,938</b>	<b>-12,660</b>	<b>-10,927</b>	<b>-10,717</b>
Crédito (receitas líquidas)	131	134	138	138	138	138
Débito (pagamentos líquidos)	6,954	8,305	12,076	12,798	11,065	10,855
<b>Transferências</b>	<b>-371</b>	<b>-438</b>	<b>-476</b>	<b>-476</b>	<b>-520</b>	<b>-567</b>
Das quais: remessas dos trabalhadores	-397	-395	-456	-496	-540	-587
<b>Conta de Capital e Financeira</b>	<b>2,316</b>	<b>-1,286</b>	<b>-2,820</b>	<b>-3,018</b>	<b>-784</b>	<b>109</b>
<b>Conta de Cap. e finan. Privado de longo prazo</b>	<b>203</b>	<b>-2,955</b>	<b>-3,965</b>	<b>-4,394</b>	<b>-3,278</b>	<b>-2,642</b>
a) Investimento Directo Estrangeiro (IDE))	2199	-4567	-5574	-3,500	-1,500	1,000
Do qual:						
Reinvestimento	2,743	3,325	4,899	5,157	4,371	4,240
b) Capital privado de médio, longo e curto prazo	-1,996	1,612	1,609	-894	-1,778	-3,642
<b>Financiamento Público Externo</b>	<b>1,524</b>	<b>2,093</b>	<b>1,144</b>	<b>1,376</b>	<b>2,494</b>	<b>2,751</b>
Endividamento	1,719	2,433	2,689	2,637	1,494	1,751
Desembolsos	4,579	5,702	5,959	5,910	5,220	5,220
Amortização	-2,860	-3,270	-3,270	-3,274	-3,726	-3,469
Depósitos do Estado no Exterior (Fluxos da Conta de Garantia)	-195	-339	-1,545	-1,260	1,000	1,000
Bloqueada						
<b>Erros e Omissões</b>	<b>589</b>	<b>-424</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldo Global</b>	<b>-5,237</b>	<b>6,169</b>	<b>8,486</b>	<b>4,527</b>	<b>5,458</b>	<b>6,814</b>
<b>Financiamento</b>	<b>5,237</b>	<b>-6,169</b>	<b>-8,486</b>	<b>-4,527</b>	<b>-5,458</b>	<b>-6,814</b>
Reservas Líquidas Internacionais	4,828	-6,100	-8,616	-4,527	-5,458	-6,814
Financiamento Excepcional	409	-69	130	0	0	0
<b>Notas:</b>						
Balança Comercial (% do PIB)	25.3	41.1	46.3	40.6	35.4	34.0
Conta corrente (% do PIB)	-10.4	9.0	11.2	6.7	5.1	5.0
Volume Líquido de Reservas Internacionais (% do PIB)	15.7	21.1	25.8	27.1	29.6	32.3

E: estimativas, F: previsões

Fonte: Estimativas e projecções das autoridades angolanas e dos funcionários do Banco Mundial.

Amostra das Estatísticas dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial, 2006 e 2010 em Angola

Sem ponderações da Amostra				
Dimensão	2006		2010	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Pequena (1-19 funcionários)	355	83.5	184	51.1
Média (20-99 funcionários)	64	15.1	131	36.4
Grande (mais de 100 funcionários)	6	1.4	45	12.5
<i>Total</i>	<i>425</i>	<i>100.0</i>	<i>360</i>	<i>100.0</i>

Com ponderações da Amostra				
Size	2006		2010	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Pequena (1-19 funcionários)	355.7	83.7	193.8	53.8
Média (20-99 funcionários)	62.4	14.7	127.3	35.4
Grande (mais de 100 funcionários)	6.9	1.6	38.9	10.8
<i>Total</i>	<i>425</i>	<i>100.0</i>	<i>360</i>	<i>100.0</i>

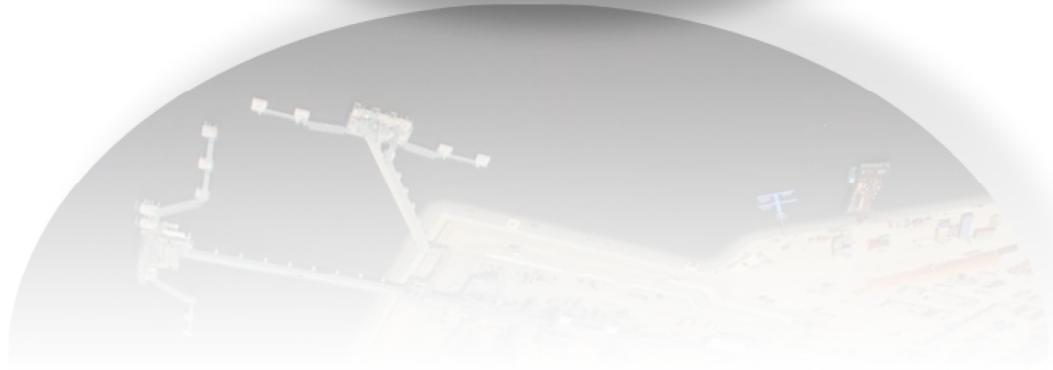
Fonte: Inquérito às Empresas do Banco Mundial

## VI. BIBLIOGRAFIA

- AfDB (2012). “Angola Private Sector Country Profile”, Tunis: Banco Africano de Desenvolvimento.
- AfDB *et al.* (2012), “Angola, in African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment” OCDE
- Aguemon, H., I. Mireles and S. Ogilvie (2009). “*Angola Financial Systems*”, <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/africa/angola%20final-final.pdf>
- Akerlof, G. (1970). “The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism” *The Quarterly Journal of Economics* 84 (3): 488-500.
- Alba, E. (2009). “The Extractive Industries Value Chain: A Comprehensive Integrated Approach to Developing Extractive Industries” Africa Region Working Paper Series #125. Washington DC: Banco Mundial
- Ayyagari, M., A Demirguc-Kunt and V. Maksimovic, (2011). “Small vs. Young Firms across the World: Contributions to Employment, Job Creation, and Growth”, World Bank Policy Research Working Paper 5631. Washington DC: Banco Mundial.
- Ayyagari, M., A. Demirguc-Kunt and V. Maksimovic (2012). “Financing of Firms in Developing Countries: Lessons from Research”, World Bank Policy Research Working Paper 6036. Washington DC: Banco Mundial
- Barma, N., K. Kaiser, T.M. Le and L. Viñuela (2012). “Rents to Riches? The Political Economy of Natural Resource - Led Development” Washington DC: Banco Mundial
- Beck, T. (2007). “Financing Constraints of SMEs in Developing Countries: Evidence, Determinants and Solutions”, Washington DC: Banco Mundial.
- Beck, T., A. Demirgüç-Kunt and V. Maksimovic (2005). “Financial and Legal Constraints to Firm Growth: Does Firm Size Matter?” *Journal of Finance* no. 60, pp. 137-177.
- BNA (2012). “Determinantes da Inflação em Angola”, Luanda: Banco Nacional de Angola.
- BNA (2012). “Relatório de Inflação - III trimestre de 2012”, Luanda: Banco Nacional de Angola.
- BNA (2012). “Relatório de Estabilidade - I Semestre de 2012”, Luanda: Banco Nacional de Angola.
- Claessens, S. (2009). “Competition in the Financial Sector: Overview of Competition Policies”, *World Bank Research Observer*, Grupo Banco Mundial, vol. 24(1), pages 83-118.
- Claessens, S., and L. Laeven (2004). “What Drives Bank Competition? Some International Evidence” *Journal of Money, Credit and Banking* vol. 36(3), pp. 563-83.
- De Nicolás, G., P. Honohan and A. Ize (2003). “Dollarization of the Banking System: Good or Bad?” World Bank Policy Research Working Paper 3116. Washington DC: Banco Mundial.
- Herberger, A. (2005). “On the Process of Growth and Economic Policy in Developing Countries” USAID PPC Issue Paper no. 13. Washington DC: USAID
- IMF (2012). “2012 Article IV Consultation and Post Program Monitoring”, IMF Country Report 12/215. Washington DC: Fundo Monetário Internacional.
- IMF (2012). “Fiscal Frameworks for Resource-Rich Developing Countries” Washington DC: Fundo Monetário Internacional.
- INE (2012). “Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais” Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- Klapper, L., L. Laeven and R. Rajan (2006). “Entry Regulation as a Barrier to Entrepreneurship” *Journal of Financial Economics* vol. 82 (3) pp.591– 629.
- Klein, N. (2010). “The Linkage between the Oil and the Non-oil Sectors—A Panel VAR Approach”, IMF Working Paper 10/118. Washington DC: Fundo Monetário Internacional.
- Klein, N. and A. Kyei (2009). “Understanding Inflation Inertia in Angola”, IMF Working Paper 09/98. Washington DC: Fundo Monetário Internacional.
- Ley, E. (2010) “Exhaustible Resources and Fiscal Policy: Copper Mining in Zambia” Zambia PER Background Paper. Washington DC: Banco Mundial
- Love, L. and M. Martinez Peria (2012). “How Bank Competition Affects Firms’ Access to Finance”, World Bank Policy Research Working Paper 6163. Washington DC: Banco Mundial.
- Petrie, M. (2009) “Public Investment Management in Resource Rich Countries: Overview Paper” Washington DC: Banco Mundial (não publicado)
- Raghuram R., and L. Zingales (1998). “Financial Dependence and Growth” *The American Economic Review* vol. 88, (3), pp. 559-586.



- Rajaram, A., T.M. Le, N. Biletska and J. Brumby, (2008). “A Diagnostic Framework for Assessing Public Investment Management” Washington DC: Banco Mundial
- WEF (2011). “The Africa Competitiveness Report 2011”, World Economic Forum, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.
- World Bank (2006). “Angola Country Profile 2006”, World Bank Enterprise Survey. Washington DC: Banco Mundial
- \_\_\_\_\_ (2007). “Angola Country Economic Memorandum: Oil, Broad-based Growth, and Equity”, Washington DC: Banco Mundial.
- \_\_\_\_\_ (2010). “Angola Country Profile 2010”, World Bank Enterprise Survey. Washington DC: Banco Mundial
- \_\_\_\_\_ (2013). “Doing Business 2013: Smarter Regulations for Small and Medium-Size Enterprises”, Washington, DC: Banco Mundial.
- \_\_\_\_\_ (2013). *Global Economic Prospects* vol. 6 Washington, DC: Banco Mundial



**The World Bank** | Banco Mundial  
Largo Albano Machado, 23/25  
Luanda, Angola  
[www.worldbank.org/angola](http://www.worldbank.org/angola)  
Tel. +244 222 394727  
+244 222 394928

© 2013 The World Bank  
All Rights Reserved